

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS PASTANA DA SILVA

**CENTRALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA DE MACAPÁ NA SUB-  
REGIÃO NORTE DO MARAJÓ ENTRE 1990 A 2015: Gurupá e Afuá**

**BELÉM – PARÁ  
2016**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS – GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JONAS PASTANA DA SILVA

**CENTRALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA DE MACAPÁ NA SUB-  
REGIÃO NORTE DO MARAJÓ ENTRE 1990 A 2015: Gurupá e Afuá**

Dissertação de Mestrado sob o título de “Centralidade Política e Econômica de Macapá na sub-região norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá” apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia, sob orientação do Prof. Dr. João Márcio Palheta da Silva.

**BELÉM – PARÁ  
2016**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)  
Sistema de Bibliotecas da UFPA

---

Silva, Jonas, 1974-

Centralidade política e econômica de Macapá na sub-região norte do Marajó entre 1990 e 2015: Gurupá e Afuá / Jonas Silva. - 2016.

Orientador: João Marcio Palhata da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2016.

1. Macapá (AP)-aspectos políticos. 2. Macapá (AP)-aspectos econômicos. 3. Macapá (AP)-Política e governo. 4. Divisões territoriais e administrativas. 5. Descentralização na administração-Macapá (AP).  
I. Título.

CDD 22. ed. 320.4098116

---

JONAS PASTANA DA SILVA

Dissertação de Mestrado “Centralidade Política e Econômica de Macapá na sub-região norte do Marajó entre 1990 a 2015: Gurupá e Afuá” sob orientação do Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Data de Apresentação: \_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_/\_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. João Marcio Palheta da Silva – PPGeo/Ufpa  
(Orientador e Presidente da Banca)

---

Prof. Dr. Christian Nunes da Silva – PPGeo/Ufpa  
(Examinador Interno)

---

Prof. Dr. Ricardo Ângelo Pereira de Lima – UNIFAP  
(Examinador Externo)

A minha esposa Marivone e ao meu filho Asafe pela inspiração permanente.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pela vida concedida e pelo renovo sempre que necessário para eu sonhar, começar e terminar este processo longo e por vezes dolorido, que é a pesquisa.

A minha amada esposa Marivone Pastana que foi permanentemente minha ajudadora. Pois me deu suporte emocional, espiritual e manteve seu companheirismo sempre, especialmente no período de minha ausência para a execução das disciplinas.

Grato também ao meu filho Asafe Pastana, que ainda muito bebê teve que conviver com minha ausência de casa. Ele foi e é sempre inspiração, estímulo para eu continuar. Para ele este trabalho é também um pedido de perdão pela dura ausência.

Aos meus pais Airton e Catarina pelo estímulo e manutenção desde os primeiros anos da minha vida intelectual. Eles são os reais fundadores deste projeto.

Aos meus Pastores Elias e Simone pelo apoio espiritual e material que sempre ofertaram enquanto eu estive envolvido no processo da pesquisa.

Ao meu orientador professor João Márcio Palheta que sempre teve habilidade na orientação da construção deste documento e sempre se manteve paciente diante das dificuldades que eu apresentei.

Aos preciosos amigos Professor Ricardo Ângelo pelo encorajamento que sempre me deu; ao Elcio e ao Rafael pela indispensável ajuda nos trabalhos de campo no Afuá. E aos amigos e irmãos Alan, Magdiel e Hudson pela imensa contribuição na construção do documento final e revisão. A eles minha imensa gratidão.

Não vos conformeis com este mundo, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente. (Romanos 12: 02)

## RESUMO

A partir de 1960, a Amazônia Oriental experimentou grandes transformações através das mudanças na organização do espaço regional que as estratégias de ocupação então manifestaram. Uma importante mudança experimentada foi a reestruturação na rede urbana da região. A nova rede urbana que começou a se organizar não removeu a importância das tradicionais metrópoles regionais: Belém e Manaus. Mas, essas metrópoles passaram a conviver com centros regionais de importância cada vez mais crescente. O crescimento desses centros regionais os tornou capazes de exercer diferentes níveis de centralidades nas suas respectivas sub-regiões. Esses espaços urbanos têm convocado vários estudos para defini-los como cidades médias e refletir as implicações desse processo no território. É neste contexto, que Macapá a partir da década de 1990, emerge como cidade média e com capacidade crescente de exercer centralidade em todo o território amapaense e na sub-região norte do Marajó. A pesquisa em questão trata de um estudo qualitativo, tendo como instrumentais metodológicos: a observação, a entrevista, questionário e formulários. O método de interpretação está baseado no materialismo histórico e dialético. O referencial teórico convocou debates acerca da centralidade política e econômica de Macapá em relação à Gurupá e Afuá; e estão pautados na produção social do espaço, dinâmica territorial, e centralidade de cidade média discutidos a partir do objetivo da pesquisa que é analisar a centralidade política e econômica de Macapá na sub-região norte do Marajó: Gurupá e Afuá em detrimento de Belém, no período de 1990 a 2015. O trabalho está desdobrado em outros três objetivos que orientaram a realização da pesquisa: analisar a implicação de Macapá como capital de Estado e cidade média nos fluxos políticos e econômicos com Gurupá e Afuá; identificar os principais agentes articuladores dos fluxos políticos e econômicos; analisar os fluxos políticos e econômicos que articulam a centralidade política e econômica de Macapá em relação à Gurupá e Afuá. As principais conclusões apontam que: i) a condição de capital de Estado e de cidade média que Macapá carrega, são fatores decisivos nos fluxos políticos e econômicos que a cidade desenvolve; ii) há uma centralidade de Macapá na oferta de serviços públicos e bens basicamente no norte do município de Gurupá e iii) Macapá exerce centralidade nos fluxos de serviços públicos e fluxos econômicos no município de Afuá em relação a cidade de Belém.

**Palavras – chave:** Espaço. Rede. Território. Amazônia. Macapá. Centralidade.

## ABSTRACT

Since 1960, the oriental amazon experimented big transformations thru the changes of regional space organization that the strategies of occupations so on manifested. One important change experimented was the restructuration in the region Urban's net. The new Urban's net that beggined organize themselves didn't removed the importance of tradicionals regional's metropolis: Belém and Manaus, but these metropolis become to survive with regionals centers of the importance growing. The growing of these Regionals Centers become them Able to exercise differents levels of centralities in yours respectives sub-regions. These Urban's spaces have been summoned a lot of studys to define them like medium cities and reflect the implications of these process in the territory. In this context that Macapá since the decade of 1990 rises like a medium city with a growing capacity of exercise centralities in all the amapaense territory and in sub-region north of Marajo. The source in question talks about one qualitative study, having like instrumental, methodological observacion the interview questionnaire and formulaires. The method of interpretation is based in the historical materialism and dialect. The theoric referencial summoned debates above of the political and economical centralism of macapa in the sub-region north of Marajo: Gurupa and Áfua in detriment of Belém, In period of 1990 to 2015. The work is unfolded in others three objectives that guide the realization of the source: analyze the implication of Macapá like capital of state and city and the political fluxes with Gurupa e Áfua. Identify the principals agents articulate of political and economic fluxes the articulate the political and economical of Macapá in relation to Gurupa and Áfua. The main conclusions show that the condicion of capital state and the medium city of Macapá loads is a factor in the economical and political fluxes in the city rises. There is a centrality of Macapá in the offer of public services and assets basically in the north of the Marajo county Macapá exercises centrality in the fluxes of public services and economicals fluxes in the county of Áfua in relation to Belém city.

**Keywords:** Space. Net. Territory. Amazônia. Macapá. Centrality.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Planta da Vila de São José de Macapá de 1761 desenhada pelo Capitão Engenheiro Gaspar João de Gronsfeld.....	37
Foto 01 – Embarcação que realiza viagem para o município de Gurupá.....	97
Foto 02 – Porto de Gurupá.....	102
Foto 03 – Barco de linha para Afuá.....	102
Gráfico 01 - Evolução da população do Amapá e concentração urbana.....	46
Mapa 01 - Localização da área de estudo.....	26
Mapa 02 – Concentração de instituições e equipamentos no aglomerado urbano de Macapá e Santana.....	51
Mapa 03 - Concentração de instituições e equipamentos no aglomerado urbano de Macapá por tipo e serviço.....	52
Mapa 04 - Mapa de hierarquia urbana e polarização de serviços.....	56
Mapa 05 – Agentes não governamentais.....	69
Mapa 06 - Instituições públicas e privadas.....	76
Mapa 07 – Produtos agroextrativistas.....	91
Mapa 08 – Comércio de produtos industrializados.....	96
Quadro 01 - Relação dos principais promotores imobiliários que atuam no Amapá.....	58
Quadro 02 - Instituições gerenciadoras de território e fornecedoras de serviços públicos.....	63
Quadro 03 - Cidades que sofrem a centralidade de Macapá em diferentes níveis.....	67
Quadro 04 - Agentes não governamentais presentes em Macapá e com abrangência na região do Marajó.....	71
Quadro 05 - Instituições de Ensino Superior público e privado de Macapá e Santana.....	82
Quadro 06 - Participação dos eleitores do Afuá e Gurupá no processo eleitoral do Amapá.....	84
Quadro 07 - Fluxo de produtos do comercio atacadista, varejista e atacarejo, eletrodomésticos e material de construção em Macapá.....	100
Quadro 08 - Fluxos de embarcações, passageiros e mercadorias de Macapá para Gurupá e Afuá.....	103
Quadro 09 - Estrutura e serviços bancários de Macapá presentes ou voltados para a sub-região norte do Marajó.....	106

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - População residente no Território Federal do Amapá e Município de Macapá – 1950.....	41
Tabela 02 - População residente no Território Federal do Amapá e Município de Macapá – 1970.....	42
Tabela 03 - População no Território Federal do Amapá e município de Macapá - 1980 – 1990.....	44
Tabela 04 – Quantidade e tipos de atendimentos no período de 2008 a 2015.....	78
Tabela 05 - Evolução empresarial de Macapá e Santana-1980 a 1990 e 1990 à 2015.....	87
Tabela 06 - Quantidade de empresas nos municípios de Macapá e Santana atualmente cadastradas na Suframa por situação de cadastral e setor econômico.....	88
Tabela 7 - Evolução das compras dos municípios de Macapá e Santana por setor econômico (2010 - 2015).....	89

## LISTA DE SIGLAS

**ACIAEDES MUGUPA** - Associação Comercial Industrial Agroecológica em Desenvolvimento Sustentável do Município e Distritos de Gurupá

**ALCMS** – Área de Livre Comércio de Macapá e Santana

**AMAZON FRUITS** – Frutas da Amazônia

**AMCEL** - Amapá Florestal e Celulose

**BRUMASA** - Brunynzeel de Madeira S.A.

**CFA** - Companhia de Ferro Liga do Amapá

**CODEPA** - Companhia de Dendê do Amapá

**EMAPA** - Exportadora de Madeira no Pará

**FECOMÉRCIO** – Federação do Comércio do Estado do Amapá

**HADEX** – Comércio e Indústria de Madeira Ltda

**ICOMI** – Indústria e Comércio de Minérios

**INSS** – Instituto Nacional do Seguro Social

**JUCAP** – Junta Comercial do Amapá

**MEC** – Ministério da Educação

**PARFOR** – Plano Nacional de Formação de Professores

**PESCAP** – Secretaria de Pesca do Estado do Amapá

**SEAP** – Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República

**SEAD** – Secretaria de Estado da Administração

**SEED** – Secretaria de Estado da Educação

**SESA** – Secretaria de Estado Saúde do Amapá

**SUFRAMA** – Superintendência da Zona Franca de Manaus

**SUS** – Sistema Único de Saúde

**TRE**- Tribunal Regional Eleitoral / Amapá

## SUMÁRIO

<b>1 INTRDUÇÃO</b> .....	<b>13</b>
<b>2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REDE URBANA:</b> dinâmica territorial e centralidade de cidade média na amazônia.....	<b>19</b>
2.1 ESPAÇO E REDE.....	19
2.1.1 <b>Localidades Centrais e Polarização</b> .....	20
2.1.2 <b>Produção do espaço urbano</b> .....	23
2.1.3 <b>Rede urbana</b> .....	23
2.2 A REDE URBANA NA AMAZÔNIA: a fronteira do capital e o recente dinamismo urbano.....	25
<b>2.2.1 A fronteira do capital como condição para a nova fluidez territorial</b> .....	28
2.3 DEFINIÇÃO DE CIDADE MÉDIA: agentes e processos articuladores de centralidade.....	32
2.3.1 <b>Agentes e processos</b> .....	34
2.4 CIDADE MÉDIA E CENTRALIDADE NA AMAZÔNIA.....	35
<b>3 A EMERGÊNCIA DE MACAPÁ COMO CIDADE MEDIA E SUA CENTRALIDADE</b> .....	<b>36</b>
3.1 TRANSFORMAÇÕES HISTÓRICO-GEOGRÁFICAS EM MACAPÁ.....	36
3.2 CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL E IMPLICAÇÕES URBANAS.....	39
3.3 MINERAÇÃO E IMPACTOS URBANOS EM MACAPÁ A PARTIR DOS ANOS DE 1950 A 1970.....	40
<b>3.3.1 Diversificação produtiva da década de 1980 e os novos agentes do desenvolvimento urbano em Macapá</b> .....	42
3.4 DÉCADA DE 1990 EM DIANTE: estadualização e implicações urbanas.....	44
3.5 DÉCADA DE 1990 EM DIANTE: área de livre comércio de Macapá – Santana e implicações urbanas.....	45
3.6 MACAPÁ – SANTANA: cidade média e aglomerado urbano.....	46
<b>4 MACAPÁ:</b> centralidade política e econômica.....	<b>54</b>
4.1 A RECENTE CONFIGURAÇÃO DOS VELHOS E “NOVOS” AGENTES PRODUTORES DO ESPAÇO URBANO: a articulação da centralidade de macapá.....	57
4.2 A CENTRALIDADE POLÍTICA DE MACAPÁ .....	61
4.2.1 <b>Centralidade política pela atuação de agentes não governamentais</b> .....	69
4.3 A CENTRALIDADE POLÍTICA PELA AÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E PRIVADAS NO SETOR DA SAÚDE, EDUCAÇÃO E CENTRALIDADE NO FLUXO ELEITORAL.....	75
<b>4.3.1 Saúde</b> .....	77
<b>4.3.2 Educação</b> .....	81
<b>4.3.3 Fluxo Eleitoral</b> .....	83
4.4 A CENTRALIDADE ECONÔMICA DE MACAPÁ.....	86
<b>4.4.1 Do Marajó para Macapá:</b> a centralidade de Macapá no comércio de produtos agroextrativistas de Gurupá .....	90

4.4.2 <b>Do Marajó para Macapá:</b> a centralidade de Macapá no comércio de produtos agroextrativistas de Afuá.....	92
4.4.3 <b>De Macapá para o Marajó:</b> a centralidade de Macapá no comercio atacadista, varejista eletrodoméstico e materiais de construção com Gurupá e Afuá.....	95
4.4.4 <b>Do Marajó para Macapá:</b> a centralidade de Macapá no comércio de materiais de construção de Gurupá e Afuá.....	105
4.4.5 <b>Do Marajó para Macapá:</b> a centralidade de Macapá no serviço exercido pela rede bancária em Gurupá e Afuá.....	106
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>108</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>112</b>
<b>APÊNDICE</b> .....	<b>119</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Frequentemente, quando se analisa a configuração da rede urbana da Amazônia Oriental, é comum se reportar à primazia de Belém do Pará a partir de seu papel de metrópole regional. Mas, nas últimas décadas a organização regional dessa parte do território nacional tem sofrido profundas transformações ensejadas na rede urbana, decorrentes do incremento de novos processos econômicos, políticos e sociais que tem alterado a configuração dessa rede, constituindo nessa área algumas cidades médias como Macapá no Amapá.

Estas mudanças espaciais repercutem na configuração urbana do Amapá, e mais diretamente sobre Macapá que se apresenta ao mesmo tempo como capital de Estado, como cidade média e cabe mencionar que Macapá constitui uma aglomeração urbana, recentemente formalizada como Região Metropolitana (SPÓSITO; CASTELO BRANCO, 2007).

Tem-se ampliado a ideia de que as transformações que afetaram Macapá nas últimas décadas guardam os elementos para entender o momento atual. Por isso, é importante compreender que a cidade média, o aglomerado urbano apresentam interações espaciais intensas, complexas, multidirecionais e marcadas pela multiescalaridade. Na prática, a partir desses espaços, as interações se realizam em duas escalas espaciais gerais, a escala regional e a escala extra-regional (SPÓSITO; CORRÊA, 2007).

Nesse contexto de transformações, é que Macapá nos últimos 25 anos emerge como cidade média; que passa a desenvolver um papel de centralidade econômica através de fluxos de bens, serviços especializados e de pessoas em relação à sub-região norte do Marajó. O processo de centralidade econômica é reforçado pela centralidade política, já que Macapá como capital do Amapá promove a gestão político-administrativa do território amapaense, bem como oferece serviços públicos essenciais para a referida sub-região. Neste sentido, Macapá vem polarizando cada vez mais a sub-região norte do Marajó em detrimento de Belém.

A partir deste quadro buscou-se pensar a centralidade de Macapá a partir de algumas problemáticas tais como: a emergência de Macapá como-cidade média e seu papel de capital política e nesse sentido, pensar nexos entre a condição de Macapá para identificar a centralidade política e econômica a partir da origem, natureza dos agentes e processos que articulam a centralidade em Macapá; bem

como identificar os tipos de fluxos, intensidade e o real alcance espacial da centralidade de Macapá em relação à Gurupá e Afuá na ilha do Marajó.

Diante do contexto exposto, este estudo objetivou a partir da análise da atual configuração da rede urbana, compreender como se desenvolve uma possível lógica da centralidade econômica e política de Macapá em relação com a sub-região do Marajó, motivo pelo qual se propõe estabelecer três caminhos; primeiramente, se identificou os principais agentes e processos articuladores dos fluxos e interações espaciais. Segundo, foram analisadas as dinâmicas desses agentes e processos que definem o papel centralizador político e econômico de Macapá em relação à área de estudo.

E por último, a partir dos agentes foi feita a análise da Centralidade Política e Econômica de Macapá considerando os fluxos e interações espaciais em relação à sub-região norte do Marajó, à medida que Macapá é cidade média e capital de Estado, e o principal centro econômico, mantendo, portanto a primazia sobre Santana no interior do aglomerado urbano de que as duas compõem.

A pesquisa foi desafiadora, em primeiro lugar, pela importância histórica – geográfica que envolve o recorte espacial por nós escolhido. Isto porque, buscamos analisar algumas mudanças na organização espacial da Amazônia Oriental e especificamente as transformações no Amapá, mais diretamente no sudeste do Estado e sub-região norte do Marajó, pois esta área é considerada como a sub-região de ocupação mais antiga da Amazônia Setentrional vinculada ao Amapá e; que pela proximidade e vínculos históricos, é frequentemente analisada em sua relação com Marajó no Estado do Pará. É uma área formada pelo sudeste do Amapá e pelas ilhas do Arquipélago do Marajó, que pertencem aos municípios de Gurupá e Afuá.

Outra razão que nos impulsionou para estudar a Centralidade de Macapá é a necessidade de compreender a peculiaridade, diversidade, complexidade e dinamismo com que a rede urbana se apresenta em várias partes da Amazônia, especialmente nas últimas décadas.

A terceira razão repousa na preocupação de entender a relação de Macapá com a região ribeirinha norte do Marajó em um tempo de modernidade, haja vista que essa relação compõe redes geográficas antigas, sempre mediadas pelo tempo lento do rio, das marés, do barco; mesmo numa era de modernização e acréscimos de equipamentos pelo território.

Essa porção regional continua apresentando baixa modernidade e densidade de redes técnicas, que por sua vez manifestam a difusão desigual do período técnico-científico-informacional e dos diferentes níveis de fluidez instaladas no território nacional. Finalmente, a última justificativa resultou da necessidade de ampliar os estudos sobre a urbanização no Amapá e no Marajó.

Portanto, a pesquisa se inscreveu nesse campo de investigação e acabou por revelar novos contornos da rede urbana na Amazônia; ao se analisar a emergência de cidade média no sentido de compreender o papel da centralidade a partir da dimensão econômica e política, inscritos na divisão territorial do trabalho.

Partindo-se desse pressuposto é pertinente ressaltar que em um estudo de rede urbana e cidade média, nesta parte da Amazônia mediada pelo contexto exposto, deve necessariamente levar em conta que há alguns elementos que precisam de maior esforço analítico para identificar características novas da centralidade política e econômica de uma cidade média, como por exemplo, a condição capital de Estado.

Para a execução desta pesquisa foi necessário o uso de diversas fontes e informações, tais como: pesquisa bibliográfica e documental, entrevistas, aplicação de questionários. Também foi realizada a coleta de dados em diferentes instituições públicas e privadas de Macapá, Santana, Afuá e Gurupá.

O levantamento bibliográfico deu suporte teórico para a análise, bem como buscou aproximar a reflexão do processo de configuração da rede urbana da Amazônia Oriental e especificamente, da área definida para a pesquisa.

Buscou-se estruturar o levantamento bibliográfico em torno de três eixos. No primeiro eixo foram feitas as leituras voltadas para categorias e conceitos como espaço, centralidade, polarização, território, rede, rede urbana e dinâmica da rede urbana na Amazônia. No segundo eixo, concentramos o embasamento bibliográfico para a emergência de Macapá como cidade média na Amazônia. No último eixo usamos referências sobre a centralidade política e econômica de Macapá em relação à sub-região norte do Marajó.

A pesquisa documental foi feita recuperando recenseamentos e relatórios do IBGE, diferentes relatórios oficiais do Governo Federal, Estadual e Municipal. As entrevistas semiestruturadas, aplicação de questionários e formulários foram realizadas com gestores e técnicos de secretarias executivas do Estado do Amapá e das cidades envolvidas na pesquisa, proprietários e usuários de embarcações que

circulam na área de estudo, comerciantes e associações, madeireiros e representantes de instituições públicas de Gurupá e Afuá, representantes de instituições públicas, privadas Colônias de pescadores de Macapá e Santana.

A etapa do levantamento de dados foi realizada através da seleção e visitas em instituições públicas, privadas in loco, para possibilitarem maior aproximação com as informações adquiridas, bem como reafirmá-las. O trabalho foi operado com a pesquisa de campo em três frentes: primeiramente em Macapá e Santana, em seguida Afuá e por último Gurupá. Os instrumentais de pesquisa utilizados nos trabalhos de campo foram: entrevistas, questionários e formulários.

Em Macapá, foi executada 01 entrevista com o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, cujo objetivo buscou compreender o fluxo eleitoral de Gurupá e Afuá para Macapá. Na sequência, 01 entrevista articulada com 08 formulários aplicados junto aos donos de embarcações, tendo como objetivo: compreender a natureza dos fluxos de pessoas e mercadorias. Realizou-se ainda, 2 entrevistas com os presidentes das Colônias de Pescadores de Macapá e Santana. Respectivamente, objetivou-se compreender as formas de atendimento aos pescadores de Gurupá e Afuá.

Foi realizada também 01 entrevista com um membro da coordenação do Projeto Missões Camilianas na foz do Amazonas. Este entrevistado é membro da Ordem dos Camilianos, organização que desenvolve o projeto a partir de Macapá. Essa entrevista teve o propósito de identificar a oferta de serviço médico – voluntário para o Marajó e finalmente, foram aplicados 07 formulários junto a gerentes comerciais de empresas que atuam nos ramos do atacado, varejo, atacarejo, móveis, eletroeletrônicos e materiais de construção com o objetivo de compreender os fluxos de produtos alimentícios, bebidas e outros produtos industrializados para Gurupá e Afuá.

Para Gurupá trabalhou-se durante um período de 05 dias uma pesquisa de campo onde foram aplicadas 03 entrevistas juntos aos secretários de agricultura, educação, saúde e 01 entrevista com madeireiro, que tiveram respectivamente os objetivos de compreender o fluxo de estudantes e pacientes para Macapá, bem como o fluxo da produção agroextrativista de Gurupá para Macapá. Finalmente, 01 entrevista com o presidente da Associação Comercial Industrial Agro-ecológica em Desenvolvimento Sustentável do Município e Distritos de Gurupá (ACIAEDES MUGUPA) que teve o objetivo de identificar o fluxo de produtos alimentícios, bebidas e outros produtos industriais de Macapá para Gurupá.

No Afuá foram realizados dois trabalhos de campo, onde foram realizadas 04 entrevistas. Uma das entrevistas foi com o secretário de saúde com o intuito de compreender o fluxo de paciente para Macapá. Outra entrevista foi realizada com o secretário de educação para identificar fluxos de estudantes. Com o secretário de planejamento, a entrevista teve o objetivo de compreender o panorama sócio-econômico de Afuá. Por fim, entrevistou-se o secretário de agricultura com o objetivo de identificar a dinâmica da produção agroextrativista e o fluxo desses produtos para Macapá. Outras duas entrevistas foram realizadas com os empresários do ramo madeireiro, cujo objetivo foi identificar a produção e o fluxo de madeira para Macapá.

No processo de coleta de dados em instituições públicas, privadas de Macapá, percebeu-se a dificuldade no Estado do Amapá de se estruturar uma cultura estatística, capaz de dar conta de registros dos serviços ofertados e natureza dos beneficiados, entre elas, a origem de cada pessoa. Do lado das empresas, se percebe que algumas estão estruturando seus setores estatísticos e outras não.

No que diz respeito aos dados colhidos em Gurupá e Afuá, não há registro estatísticos nesses municípios feitos por setores dessas instituições, tanto públicas quanto entidades privadas. O que há nessas áreas é o uso de estimativas para quantidade e fluxos de produtos e serviços. Na esfera federal as estatísticas existentes no IBGE, MEC e SUS, muitas vezes também não recobrem alguns fenômenos quando se trata de identificar a origem. Nesse sentido, é importante fazer uma ressalva de que muitos números apresentados na presente pesquisa representam estimativas ofertadas pelas instituições públicas e entidades privadas.

Ao longo deste trabalho buscou-se manter uma postura pautada principalmente no materialismo histórico e dialético, no qual priorizamos o princípio da interpenetração dos contrários, que diz respeito aos fenômenos que se entrelaçam; que mantém conexão. Este princípio foi fundamental para pensar o espaço, as conexões geográficas, isto é, a rede urbana como um conjunto que se dá a partir da articulação de fenômenos variados. Assim, a perspectiva da contradição dialética também foi importante, porque serviu de plataforma à lei do desenvolvimento desigual e combinado, onde se destacam elementos como a desigualdade e a combinação. Por sua vez, o desenvolvimento desigual e combinado se inscreve no processo contraditório expresso na organização espacial e conseqüentemente, na rede urbana.

Para ampliar o entendimento do fenômeno da centralidade, fez-se necessário no decorrer da análise da rede urbana; recorrer à ideia de contradição, expressa no desenvolvimento desigual e combinado, que por sua vez relaciona-se com divisão territorial do trabalho. Isto porque, segundo Corrêa (2006), a rede urbana é simultaneamente, um reflexo da divisão territorial do trabalho. Também é uma condição para que ocorra essa divisão do trabalho pelo território. Por isso, uma análise pautada no materialismo histórico dialético nos permitiu enxergar parte importante do movimento geral da realidade representado na configuração da rede urbana.

Com a aquisição de todas essas informações, buscou-se estruturar e sistematizar a compreensão da problemática proposta. A análise foi organizada no primeiro capítulo a partir de uma releitura da produção do espaço urbano, rede, dinâmica territorial e rede urbana na Amazônia. O objetivo deste capítulo se constituiu em analisar a rede urbana da Amazônia. Para tanto, refletimos sobre a configuração da rede urbana na Amazônia no que diz respeito a emergência de cidade média, seus principais processos e agentes de centralidade na dinâmica territorial.

O segundo capítulo tratou da emergência de Macapá como cidade média. O objetivo aqui foi identificar e analisar os agentes e os processos que definem Macapá como cidade média e, que a colocam em condições de exercer diferentes níveis de centralidade em relação à sub-região norte do Marajó.

No terceiro capítulo constitui-se como a parte substancial da dissertação à medida que buscou demonstrar empiricamente in loco os agentes e os processos articuladores da centralidade política e econômica de Macapá em relação à sub-região norte marajoara. O interesse aqui foi compreender objetivamente e a partir de exemplo concreto as questões levantadas nos capítulos anteriores. Para tanto, empreendemos a análise das implicações da centralidade política e econômica de Macapá na dinâmica dos fluxos de bens, serviços, pessoas e os impactos desse processo no mercado consumidor da sub-região do Marajó.

O objetivo deste último capítulo também foi de se concentrar de maneira específica na análise da dimensão política na centralidade de Macapá. Neste caso, a análise ocorreu a partir da oferta de serviços públicos essenciais que Macapá faz para a referida sub-região. Ao final fizemos uma breve reflexão destacando pontos considerados relevantes ao longo do desenvolvimento da pesquisa, tendo em vista a metodologia que empregamos e os resultados que foram alcançados.

## **2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REDE URBANA: dinâmica territorial e centralidade de cidade média na Amazônia**

### **2.1 Espaço e Rede**

A produção do espaço como realidade tem sido um dos mais complexos e arduos fenômenos humanos do ponto de vista da compreensão e definição. Certamente, essa característica criou variados esforços teóricos em torno do tema. Obviamente, que nós não temos o desejo pretensioso de esgotar o debate sobre espaço ou qualquer categoria, conceito e fenômeno neste texto. Mas, se pode afirmar genericamente, que a produção desse espaço passa pela relação permanente do homem com a natureza mediada pelo trabalho.

Para Geografia a compreensão de espaço está ancorada na ideia de que ele é produzido socialmente. Pensá-lo assim, significa compreendê-lo como produção social, principalmente a produção do espaço urbano. É compreendê-lo como o acúmulo de trabalho morto e trabalho vivo. A produção do espaço se realiza fundamentalmente através de um conjunto de relações mediadas por diferentes agentes e processos.

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas, que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares (SANTOS, 2004, p. 153).

Neste sentido, o espaço socialmente produzido é tempo historicamente acumulado. Para Soja (1993) é uma estrutura criada, que assemelha com outras construções sociais e que resultam da transformação de determinadas condições inerentes ao estar vivo. Como trabalho morto, o espaço se manifesta em edificações e infraestruturas, são as obras acrescentadas na natureza.

Uma das características mais importantes que pode ser atribuída ao espaço advém do fato dele ser condição e um resultado da realidade. Na verdade, o espaço

ergue-se como uma instância do real e que não pode ser negligenciada. Para Santos (2008), devemos considerar o espaço como uma instância da sociedade, como uma instância econômica, instância cultural-ideológica e político-institucional. Implicando que o espaço como instância, contém e é contido nas demais instâncias.

Convém aqui identificar dois processos importantes na configuração desse espaço produzido socialmente: um é a formação de espaços centralizadores, polarizadores. Esses espaços polarizadores são cidades com características de centralidades e polarização, que são capazes através de forças centrípetas de acumular em si diferentes bens, produtos e serviços para distribuí-los em zonas de influências, que são construídas no interior da divisão territorial do trabalho, bem como determina a circulação, que por sua vez permeia a rede urbana.

O outro processo que convocamos para compreender este debate do espaço socialmente produzido é o fenômeno da circulação, da rede. A circulação é importante para compreender o espaço atualmente, pelo estágio fluido em que a economia e a produção se encontram. Diferentes autores reconhecem que o espaço é cada vez mais compreendido a partir da circulação, da fluidez e distribuição para o consumo, portanto, do território e do fenômeno urbano.

As diferentes teorias sobre espaço, território, polarização e fluidez, nos colocam diante da dimensão da centralidade dos espaços e da rede como fundamentos para entender os processos de articulação que o território vem experimentando mais intensamente.

### 2.1.1 Localidades Centrais e Polarização

O retorno ao debate da teoria das Localidades Centrais não é voltar a um conservadorismo teórico e muito menos, focar em aspectos de geometria espacial de resultado quase sempre ideológico. Ao contrário, refletir sobre as Localidades Centrais e Polarização é importante porque trata de um tema cada vez mais recorrente na compreensão da dinâmica territorial, que é a organização espacial da distribuição de bens e serviços.

A emergência das Localidades Centrais se deu com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, pois, o capitalismo pós Revolução Industrial, se estabeleceu a ampliação em um ritmo radical da divisão social e territorial do

trabalho. É a divisão territorial do trabalho que preside a maneira como a produção, distribuição e o consumo de bens e serviços se espriam espacialmente.

Walter Christaller é um dos primeiros estudiosos a se preocupar com a proeminência de alguns centros urbanos, as Localidades Centrais. Para ele o “Lugar Central”, são os pontos do espaço nos quais os agentes econômicos se dirigem para efetivar suas demandas específicas. Esses Lugares Centrais seriam os hierarquicamente mais elevados economicamente, pelo fato de sediarem bens e serviços com qualificação mais elevada.

A noção de Lugar Central permitiu a Christaller imaginar a constituição de um sistema de cidades, onde a posição de cada uma dessas cidades estaria condicionada diretamente à quantidade e variedade de bens centrais e de serviços ofertados; o que determinaria o seu grau de centralidade da cidade na rede urbana.

Com base nesse pressuposto vale ressaltar que:

[...] existem princípios gerais que regulam o número, o tamanho e a distribuição dos núcleos urbanos de povoamento: grandes, médias e pequenas cidades. E ainda minúsculos núcleos semi-rurais, todos são considerados como localidades centrais. Todas são dotadas de funções centrais, isto é, atividades de distribuição de bens e serviços para uma população externa, residente na região complementar (hinterlandia, área de mercado, região de influência), em relação a qual a localidade central tem uma posição central. A centralidade de um núcleo, por outro lado, refere-se ao grau de importância a partir de suas funções centrais: maior o número delas, maior a sua região de influência, maior a população externa atendida pela localidade central, e maior a sua centralidade. (CHRISTALLER, apud CORRÊA, 1994, p. 21).

O que se percebe analisando alguns elementos da teoria das Localidades Centrais é que ao longo da história do capitalismo há uma organização espacial desigualmente estabelecida, reflexo da estrutura socialmente desigual do modelo de produção que polariza a renda de uma região, as funções de centros urbanos; e elege algumas cidades como centros de poder político e econômico.

O fenômeno da polarização também trata de espaços que exercem centralidades em relação ao entorno, por isso reclamou debates desde a segunda metade do século XX; constituindo-se na Teoria dos Pólos de Crescimento. Portanto, a polarização que algumas cidades conseguem exercer em algumas regiões compõe também base para importantes formulações teóricas. Um dos mais

proeminentes teóricos do processo de polarização foi François Perroux. O modelo de Perroux está profundamente associado à atividade industrial em determinada área, onde a indústria, especialmente a indústria principal é uma força motriz capaz de transformar determinado centro urbano em um ente Polarizador.

Segundo Perroux (1975, p. 07) cabe destacar que:

[...] o crescimento não aparece em toda parte ao mesmo tempo; manifesta-se em pontos ou pólos de crescimentos, com intensidade variável; difunde-se por meio de diferentes canais, com distintos efeitos sobre o conjunto da economia.

As teorizações de Perroux apontam para uma produção do espaço onde o crescimento econômico é sempre concentrado de alguns pontos das regiões, tornando esses pontos em espaços polarizadores de outras áreas. Na visão de Perroux, a gênese dos Pólos de Crescimento está na presença e crescimento de uma indústria motriz.

Para Perroux, a indústria motriz estabelecida em uma determinada área passa a atuar para obter matérias-primas, atrair mão-de-obra e produzir, articulando um papel de agente de dinamização da vida regional, provocando a atração de outras indústrias, criando aglomeração populacional, o que estimulará o desenvolvimento de atividades primárias fornecedoras de alimentos e matérias-primas, e desenvolvendo a formação de atividades terciárias proporcionais às necessidades da população que se instala em seu entorno.

Para o autor, este complexo industrial normalmente apresenta como principais características: presença de uma indústria-chave; regime não concorrencial entre as várias indústrias existentes e uma sempre crescente aglomeração territorial que agrega população. Nota-se que essa aglomeração territorial, de população, muitas vezes criou as bases para o fenômeno da urbanização concentrada, portanto para a metropolização, de aglomerados urbanos e de cidades médias.

Neste sentido, constitui-se o Pólo de Crescimento como um ponto em uma determinada área (geralmente uma cidade) que passa a polarizar os fluxos econômicos de uma região e ordená-los em sua área de influência. Perroux construiu alguns conceitos para analisar o processo de polarização tais como: eixo de desenvolvimento, nós de tráfego, zonas e pontos de desenvolvimentos.

Na prática esses conceitos estabelecem a ideia de que um pólo não funciona isoladamente, mas a partir de diferentes canais de conexões, isto é, uma variada estrutura de rede que tem na produção do espaço urbano sua maior expressão e tem o seu fim na fluidez territorial e articulação das cidades.

### 2.1.2 Produção do espaço urbano

A expressão urbana da produção do espaço talvez seja a dimensão que representa mais claramente uma espécie de natureza do espaço, o espaço urbano. Pode-se dizer que nele encontramos todos os atributos postos acima. Primeiramente, porque o espaço urbano resulta de interação homem – natureza. É a articulação de trabalho morto e trabalho vivo que resulta no espaço urbano e que por sua vez, é convocado a garantir a reprodução da própria produção através do fato de ser ele, o espaço, uma instância que participa da realização de todos os movimentos que engendram as relações na cidade, seja na dimensão interurbana, seja na difusão rede urbana.

Para Corrêa (2005) o espaço urbano é fragmentado e articulado, reflexo e condicionante da vida social, um conjunto de símbolos e campo de lutas. Portanto, é uma expressão da sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nos agentes, nas formas e processos espaciais. Estes agentes são sociais concretos, históricos, com interesses, estratégias e práticas que produzem o espaço urbano.

A fragmentação e articulação no processo de produção do espaço urbano decorrem da ação desses agentes modeladores do espaço. A articulação é o elemento que integra as partes da cidade. É esta a base da articulação da cidade com outros espaços urbanos inscritos na produção da rede.

### 2.1.3 Rede urbana

Inicialmente, pode-se afirmar que a rede urbana é segundo Corrêa (2006) um conjunto de centros urbanos que estão funcionalmente articulados entre si, o que sempre se desdobra em determinadas configurações e arranjos espaciais.

O debate sobre rede não é recente, mas podemos afirmar que é um dos temas mais fecundos na atualidade. As análises sobre rede são esforços importantes para entender o espaço urbano, a organização e fluidez no território. Portanto, é pela rede que é possível pensar a articulação do espaço urbano em um processo de interações espaciais, a dinâmica territorial e centralidade urbana.

Na verdade existem variadas noções de rede, mas optamos aqui por duas perspectivas. A primeira é estabelecida segundo Corrêa (2005), pela que trata como uma rede geográfica, entendida como um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por certo número de ligações que são reflexo e condição da divisão territorial do trabalho, em que se verifica a valorização de determinadas localizações urbanas em detrimento de outras.

O resultado que se tem (resultado e causa) da valorização de determinadas localizações é a divisão territorial do trabalho que se trata de um fenômeno de diferenciação espacial. Para Smith (1988) a diferenciação espacial é condicionante e resultante do desenvolvimento desigual, que cria um espaço diferenciado e o coloca a disposição do capital. O espaço diferenciado se apresenta para o capital como um mundo geográfico diferenciado através de diferentes escalas, que por sua vez é articulado pela rede urbana organizada para receber e viabilizar a fluidez em atividades como: comércio atacadista, varejista, transporte, serviços, bancos, indústria, educação e saúde. Isto é, a fluidez de bens e serviços no território.

O desenvolvimento do capitalismo deu para as cidades uma maior capacidade de promover a distribuição de bens e serviços em função das inovações que permitiram oferta de novos produtos aliados ao nascimento de novos hábitos de consumo, o que acabou originando as redes nacionais, regionais e centros locais.

Outra perspectiva importante que resgatamos sobre a rede vem de Lencione (2006), que define a rede em duas dimensões: a primeira estabelecida a partir da ideia de rede de proximidade territorial e a segunda compreende um tipo de rede definida como rede de proximidade relativa. Atentando ao fato de que a noção de rede de proximidade territorial aplica-se a rede de transporte viário, sem a inclusão da rede de transporte aéreo, já que essa só se materializa nos aeroportos.

A densidade das redes viárias com sua capacidade de fluidez redimensionou as distâncias entre os lugares. Significa que, quanto mais as redes viárias tiverem

fluidez, permitindo conexões mais rápidas, alteram-se as interações, as relações entre as diferentes cidades.

A rede de proximidade territorial é formada por redes materiais, como a de circulação. De outro lado a rede de proximidade relativa, diz respeito às redes imateriais, como a rede de fluxo de informação e comunicação que logicamente necessitam de infraestrutura material como cabo de fibra ótica. Esta rede imaterial permite que aquilo que está territorialmente distante fique próximo. Neste sentido, é que esta rede de proximidade relativa vem estruturando o sistema mundial – regional de cidades em redes (SILVA; LIMA; ELIAS; LENCIONE, 2006).

Estas duas formas de redes; proximidade territorial e proximidade relativa, como ocorrem em todas as ocupações no planeta, serviram para orientar a montagem das redes programadas na Amazônia; e obviamente definem a forma e complexidade da rede urbana na região.

## 2.2 A rede urbana na Amazônia: a fronteira do capital e o recente dinamismo urbano

O espaço amazônico sempre requer análises que em primeiro lugar dêem conta de acolher a imensa complexidade e peculiaridade que a região guarda. A diversidade da rede urbana na região é um dos assuntos que tem solicitado permanentemente novas análises. Portanto, o tema é desafiador, e reclama por análises que compreendam as mudanças na organização espacial, dinâmica territorial especialmente da Amazônia Oriental, onde eclodiram importantes processos desencadeadores das principais transformações que o Amapá experimentou nas últimas décadas, especialmente no sudeste do Estado articulado com a sub-região norte do Marajó.

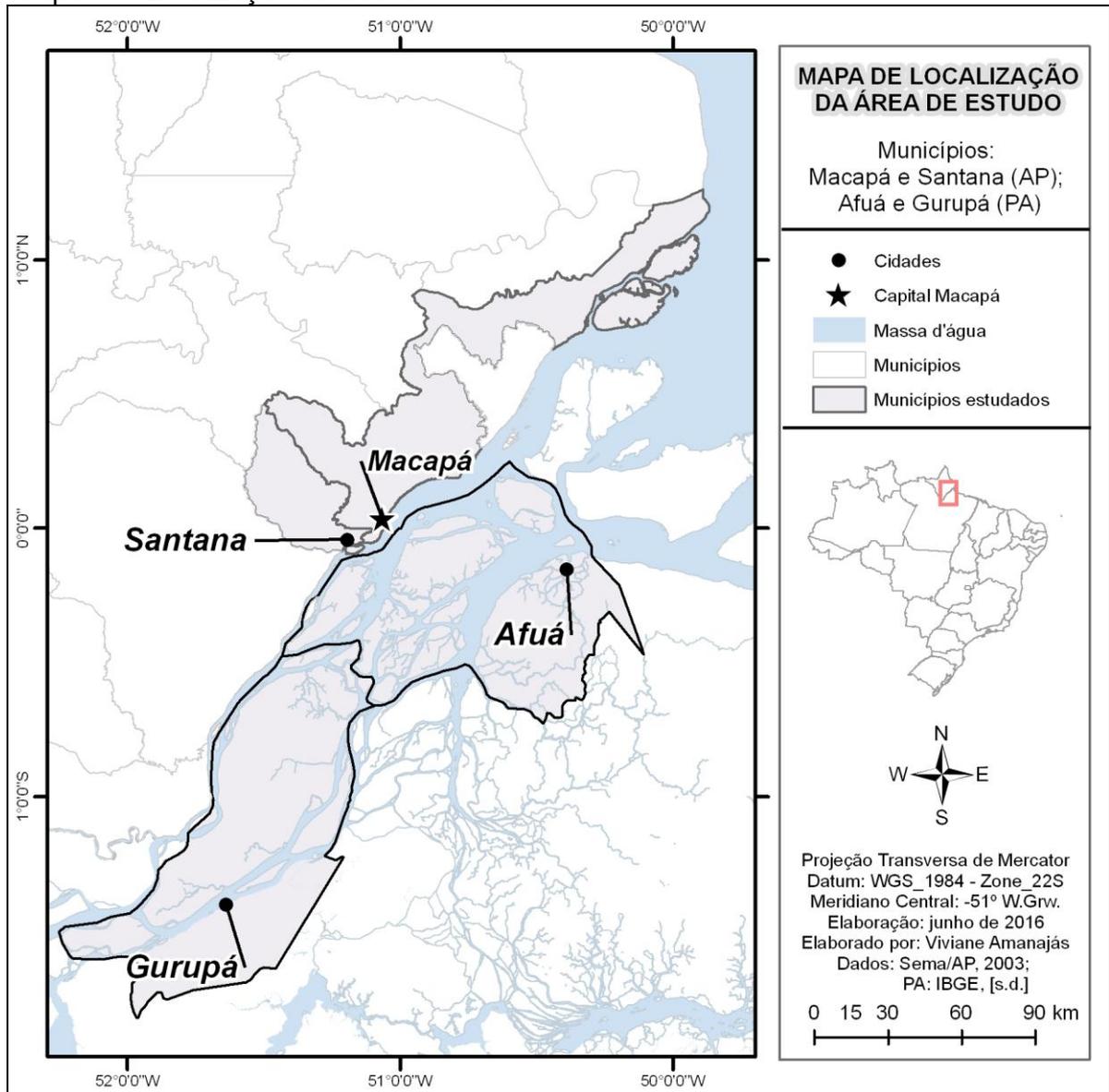
A área investigada (Mapa1) corresponde a Macapá e suas relações com Gurupá e Afuá. Essa área é parte da sub-região de ocupação mais antiga da ASA<sup>1</sup> (Amazônia Setentrional Amapaense). É formada pelas ilhas do “Arquipélago do Marajó; pertencentes ao município de Chaves, Afuá, e Gurupá no Estado do Pará e

---

<sup>1</sup>Para Emmanuel Santos trata-se da região do Amapá e norte do Marajó no Pará, que posto no recorte setentrional, pode ser pensado em 4 sub-regiões: A sub-região de Macapá, sub-região dos lagos, sub-região da fronteira norte do Amapá, sub-região do Vale do Jari, sub-região das áreas protegidas. A outra área é sub-região norte do Marajó - PA, correspondente especificamente às Ilhas da Foz norte do Rio Amazonas.

pelas ilhas do Arquipélago do Bailique, pertencente ao município de Macapá no Amapá” (NASCIMENTO; PORTO; SANTOS, 2013).

Mapa 01 - Localização da área de estudo



Antes de tratar de qualquer recorte e configuração da rede urbana de qualquer região ou sub-região brasileira, é importante destacar que em relação à genética e à complexidade; a rede urbana brasileira é constituída por um conjunto de centros datados de diversos momentos e com a interferência de diversos fatores, como: ciclos econômicos e fronteiras econômicas. Obviamente, este processo decorre de tempos e investimentos distintos na organização regional brasileira, repercutindo igualmente na organização regional da Amazônia e sua rede urbana.

Tratar da rede urbana na Amazônia, especialmente de um recorte da porção oriental; é reafirmar que toda rede urbana se inscreve na dinâmica de produção do espaço, já que é um reflexo e condição para a reprodução da produção. Por isso, que ela também é resultado e condição para divisão territorial do trabalho. Tanto a rede urbana, quanto a divisão territorial do trabalho ganharam contornos mais complexos a partir da inserção econômica das últimas décadas que a região vivenciou como frente do capital.

É importante reconhecer aqui que a rede urbana diz respeito à forma espacial da rede. As análises de Milton Santos em diferentes trabalhos buscam reconhecer que o entendimento das formas espaciais deve está atrelado à análise da estrutura, processo, forma e função articulados entre si, que por sua vez orientam a configuração que a rede urbana assume.

A rede urbana na Amazônia obviamente tem suas peculiaridades. Para Corrêa (2005) a rede urbana pode assumir espacialmente formas simples e complexas. As redes urbanas simples estão relacionadas com a forma espacial dendrítica orientada pela rede fluvial e de passado colonial, marcada por uma cidade primaz que drenava a riqueza de sua hinterlândia. Esse modelo dominou a rede urbana da Amazônia por várias décadas.

Já a rede urbana complexa é marcada por formas espaciais mais densas; em geral é marcada por uma importante cidade regional com variados padrões locais e urbanos. Segundo Corrêa (2006), a existência de vários padrões locais de centros urbanos na rede complexa, reflete na presença desses centros localizados na confluência de rios, e no contato entre áreas de produção diferente e localização portuária.

Estabelecidas estas observações sobre rede urbana e sua natureza; vale observar que na Amazônia, a conformação das formas espaciais da rede urbana expressa os diferentes tempos espaciais, que por sua vez está relacionado ao processo de ocupação territorial efetiva que remonta o século XVII até os dias atuais. O processo de ocupação territorial e produção do espaço foram atravessados pelos diversos ciclos econômicos de esplendor e estagnação. O fenômeno de ciclos de desenvolvimento e estagnação econômica participa ativamente da configuração da rede urbana em toda a região.

A forma dendrítica da rede urbana da organização espacial regional começa a mudar aceleradamente com a “nova” incorporação da Amazônia ao capital a partir da década de 1960, período que marca uma maior articulação da região com a economia nacional e internacional.

Neste período, a produção do espaço amazônico experimenta a densificação ou criação sobre sua base territorial de projetos de mineração, abertura de novas estradas, montagem da Zona Franca de Manaus, construção de hidrelétricas, recebimento de fluxo cada vez mais crescente de migrantes, crescimento das metrópoles: Belém e Manaus e emergência a partir da década de 1990 de cidades médias como Macapá. Esse processo resultou da conformação da Amazônia como fronteira do capital, que por sua vez, modificou a face da economia, da política e da urbanização.

#### 2.2.1 A fronteira do capital como condição para a nova fluidez territorial.

Grande parte do debate da segunda metade do século XX sobre Amazônia passa por uma análise baseada na ideia de fronteira do capital. Trata-se de um fenômeno de incorporação mais recente do território amazônico ao processo de expansão capitalista e consequente, divisão territorial do trabalho. Esse processo inicia nas décadas de 1960 e 1970, com resultados diretos na rede de cidades, e em uma maior fluidez territorial a partir das redes técnicas que vão se estabelecendo.

Segundo Becker (2001) o Estado brasileiro será o grande articulador e executor das poderosas estratégias de ocupação que tem o espaço como meio receptor das estratégias e na fluidez territorial, o fim. Trata-se da estruturação de uma nova lógica de fluidez na região para atender novas demandas no processo produtivo brasileiro.

É possível reconhecer algumas características desta ocupação, entre elas, a forte carga ideológica expressa no discurso de modernidade difundido na região e extra-regionalmente a partir da instalação de equipamentos no território. As estratégias de ocupação para Corrêa (2006), primeiramente visavam estabelecer especialmente na Amazônia Oriental o excedente demográfico de vários Estados da federação. E em segundo lugar, buscava a incorporação da Amazônia ao mercado consumidor de produtos industrializados e de matérias primas.

Segundo Becker (2001), as estratégias de ocupação se dividem em três eixos. O primeiro visou à fluidez através da instalação de redes de integração espacial como rede rodoviária, rede de telecomunicação e a rede urbana propriamente dita. O segundo eixo orientou-se para a prática de subsídio aos fluxos de capital e indução de fluxo migratório. O último eixo criou a superposição de territórios federais sobre territórios estaduais. Percebe-se que tanto as leituras de Corrêa, quanto a de Becker, convergem em torno da ideia que o Estado brasileiro é o grande articulador e executor das estratégias.

Todas estas estratégias de ocupação da região tiveram maior ou menor impacto na nova dinâmica territorial que subsidiou a recente faceta da urbanização e conseqüentemente, da rede urbana da Amazônia. Por exemplo, rede de integração espacial manifestou-se na criação de uma importante rede rodoviária (abertura da transamazônica, projeto da Perimetral Norte, Cuiabá-Santarém e Porto-Velho-Manaus) redundando nos arcos viários que fundam as bases da atual articulação da rede urbana com forte repercussão principalmente na Amazônia Oriental.

A estruturação da rede rodoviária, além de articular as cidades, foi fundamental para deslocar o antigo cominho dos fluxos que anteriormente eram feitos pela rede hidroviária. A abundância de rios permitiu conceber a construção de usinas hidroelétricas e conseqüentemente, a elaboração de uma rede hidroelétrica que trouxe as condições para as cidades imprimirem dinamismo em diversos setores da produção urbana; além de articular do ponto de vista energético internamente esses espaços com outras áreas do país. Becker (2001), também afirma que a rede de telecomunicação sobreposta à rede urbana, foi fundamental para difundir e consolidar o modo de vida urbano e para alterar estrutura, funções, forma, processos e formas da urbanização.

Essa alteração no fenômeno urbano pode ser detectada mais claramente através da indução de fluxos de capitais. Isso representou a articulação da Amazônia, especialmente dos espaços urbanos a uma rede bancária regional. A ampliação desta rede regional se realiza através da conexão com o sudeste do país. A extensão das respectivas redes de bancos significou maior polarização por cidades como Belém e Manaus, que passaram a sediar no seu tecido urbano as principais agências através dos escritórios regionais, dando para essas cidades um poder de mando na fluidez viabilizado pela rede financeira.

Estas mudanças no quadro urbano atingiram além das metrópoles outras cidades da Amazônia, entre elas, Macapá, tendo em vista que estes e outros centros urbanos começam a emergir como cidades médias à medida que essas cidades também se tornam importantes espaços de debates e decisões políticas, atividades comerciais e bancárias, articuladas às metrópoles regionais. Os bancos representam um dos agentes importantes para as cidades médias, considerando-se que a atividade bancária permite que essas cidades através de sua rede polarizem as cidades pequenas, bem como a população rural.

Outra estratégia com forte rebatimento político na dinâmica territorial foi a superposição dos territórios federais sobre territórios estaduais que surgiu como uma condição para ampliar o controle estatal sobre o território. Esta estratégia apresentou dois importantes efeitos. Primeiramente, permitiu maior controle para imprimir ritmo e direção das políticas na região, principalmente para operar a dimensão técnica, administrativa e legal dos projetos especialmente mineração e colonização agrária. O segundo efeito foi um maior controle na orientação, instalação e direção das redes técnicas.

Raffestin (1993) lembra que território, recursos e população são trunfos para a atuação de qualquer ator sobre o espaço. Reportar-se a Raffestin é oportuno à medida que o Estado brasileiro e empresas atuaram fortemente sobre os recursos naturais e como indutores de populações de migrantes para a área. O processo migratório sabidamente serviu de reserva de mão de obra para os variados projetos, bem como estabeleceu massa populacional sobre o território, fundando novas cidades ou adensando as várias cidades já existentes.

Diferentes regiões da Amazônia representaram em algum momento à convergência em praticamente um só lugar da maioria dessas estratégias, à medida que algumas dessas áreas foram submetidas às influências da rede ferroviária e rodoviária que cortou esses espaços; essas áreas também receberam fluxos de capital vindos do sul do país, a construção de um conjunto de recortes e sobreposição de territórios federais sobre os estaduais através das bordas de rodovias e áreas de grandes projetos.

Essas diferentes regiões também receberam grande quantidade de migrantes resultando no surgimento de novos núcleos urbanos e no crescimento concentrado de antigos centros que encontraram nesse dinamismo as condições fundadoras para

emergir como cidade média, como aglomerado urbano e passaram exercer algum tipo de centralidade na região.

Esta fronteira do capital também é pano de fundo para a ocupação recente no Amapá. O Estado do Amapá também experimentou algumas importantes estratégias de ocupação na segunda metade do século XX, especialmente a partir das décadas de 1960 e 1970.

Tomando como base esse cenário cabe ressaltar ainda que a área recebeu em seu território o importante projeto de mineração, que em grande medida pressionou a construção de redes de integração espaciais através da construção da hidroelétrica no rio Araguary, o que criou a incipiente articulação através da rede elétrica no sudeste do Estado e promoveu a conformação de rodovias conectando o sudeste com o sul e norte da região. Outros equipamentos como a construção da Estrada de Ferro Amapá (EFA), a construção do porto da ICOMI na cidade de Santana, que serviu para escoamento do minério de manganês ao mercado internacional e a construção da Company Towns de Serra do Navio.

Todos esses eventos aliaram-se ao aumento dos fluxos migratórios para o Amapá, especialmente para a capital Macapá e da cidade vizinha, Santana. Esse crescimento populacional veio em ritmo crescente desde a década de 1950, mas foi mais intenso a partir na década de 1980, e principalmente no decorrer de 1990. O crescimento populacional de Macapá aliado aos novos papéis assumidos na rede urbana são condicionantes importantes para a transformação da capital Macapá em cidade média e em um aglomerado urbano que articulou Macapá-Santana, em um só tecido urbano. O movimento de migrantes para Macapá reflete os fluxos de forças de trabalho para esta parte da Amazônia, intensificando a complexidade da fluidez e das redes que passam a articular a o espaço urbano.

As lições tomadas de uma Amazônia como fronteira do Capital, explicam a produção do espaço, a dinâmica territorial e a configuração da rede urbana recente na área, bem como um vigoroso projeto de dinamização econômica e urbana, amparado em redes que articulam uma malha programada onde as cidades são nodosidades fundamentais. Portanto, as mudanças espaciais a partir da esfera produtiva da região afetaram profundamente a rede urbana, significando maior complexidade funcional das cidades; maior complexidade na divisão territorial do trabalho na região e maior complexidade nos fluxos pelo território.

A atual complexidade nas redes de integração espacial é resultado da intensificação dos fluxos de diversas matérias primas, de produtos primários para consumo nos centros urbanos, dos fluxos da força de trabalho na busca de emprego, na busca de serviços privados ou públicos como educação e saúde. Em realidade o deslocamento de populações para as cidades e o maior fluxo de capital entre elas, especialmente entre as metrópoles; entre metrópoles e cidades médias; cidade média e entorno.

São essas as principais razões para o processo de reestruturação urbana dos últimos 25 anos. Essa reestruturação da rede urbana fortaleceu antigos agentes, processos e produtores do espaço urbano, bem como criou os novos agentes e processos que são os responsáveis pela emergência de cidades médias e centralidade na Amazônia, como Macapá.

### 2.3 Definição de cidade média: agentes e processos articuladores de centralidade

Analisar os agentes e os processos que articulam centralidades no interior da rede urbana na Amazônia e em qualquer região; requer fazer recortes e os enquadramentos do espaço urbano que se quer estudar. Portanto, o importante aqui são os processos e agentes definidores de centralidade de cidade média. Antes de entender os agentes e os processos de cidade média, é necessário estabelecer a noção de cidade média.

A construção intelectual que deu origem ao conceito de cidade média está relacionada com o contexto histórico e geográfico. Historicamente, foi a partir da segunda metade do século XIX, com o capitalismo industrial que se concebe a ideia de cidade média. Esse período experimenta o contexto geográfico onde nascem as cidades médias. É a porção ocidental da Europa e região nordeste dos Estados Unidos, que primeiramente conhecem esse fenômeno, ambas as regiões vivenciaram intenso crescimento econômico e crescimento populacional. Isso promoveu redefinição de papéis entre as grandes cidades e as ditas cidades médias.

O debate foi ganhando relevância ao longo do século XX em função da intensificação do processo de urbanização, especialmente a urbanização fortemente concentrada. Após a primeira Guerra Mundial, tanto a Inglaterra quanto a França experimentaram um processo de urbanização, e que, portanto presenciaram o nascimento das primeiras políticas de desconcentração urbana

que visavam restabelecer possíveis equilíbrios na rede urbana com a estruturação de uma cidade média.

A partir do final da década de 1960, o governo brasileiro através da criação do Sistema de Planejamento que pretendia pensar a dimensão espacial; lança a ideia de cidade de porte médio que acabou perdendo força ao longo dos governos durante a década de 1980. Mas, no âmbito da academia as preocupações com a intensificação da urbanização dos últimos 30 anos nas várias regiões foram acompanhadas pelo aumento de interesse entorno dos agentes e processos produtores do espaço urbano. Isso justificou diferentes estudos sobre espaços metropolitanos, não metropolitanos e conseqüentemente, das cidades médias.

Para Spósito (2001b) as cidades médias são aquelas que assumem um determinado papel na estrutura urbano-regional como centro sub-regional, não sendo simples centros locais, mas espaços urbanos com capacidade de polarizar e influenciar um número significativo de cidades e articular relações de várias ordens. Estabelecem-se assim, como anteparos e suportes às metrópoles regionais, mas não compõem junto com elas uma unidade funcional contínua e/ou contígua. É esta conceituação de cidade da Spósito que norteia as análises construídas no presente trabalho sobre centralidade, mas sem abrir mão do diálogo com outras reflexões.

Por isso, é importante lembrar que o estudo sobre centralidade de cidade média requer entendê-la através de várias dimensões como: a social, a cultural, econômica e política. Elementos como a elite empreendedora, a localização, as interações espaciais e o tamanho demográfico são importantes nessa análise. Todas essas esferas são importantes na emergência das centralidades das cidades médias na Amazônia, principalmente o tamanho demográfico, não porque explica todo o fenômeno, mas porque tem influência na renda do contexto regional e conseqüentemente, na escala da economia e seu espaço de atuação na rede urbana.

Por isso, normalmente se associa que quanto maior o tamanho demográfico da cidade média; mais complexas se tornam as atividades econômicas e as funções urbanas; também mais clara vai se tornando a centralidade. Frente a essa condição a respectiva cidade será mais fragmentada e mais articulada na rede urbana.

Na Amazônia é necessário considerar todas as dimensões, agentes e processos que articulam a centralidade. Por isso, é necessário levar em conta o

tamanho demográfico da cidade média, pois tem forte relação com os fluxos migratórios, fluxos de capital e os vários projetos arranjados a partir da fronteira do capital que se estabeleceu desde os anos de 1960.

### 2.3.1 Agentes e processos

Os agentes que estruturam o espaço urbano representam um ponto de partida, representam um tipo ideal e segundo Corrêa (1995) esses agentes sociais que fazem e refazem a cidade; são os proprietários dos meios de produção, sobretudo as grandes industriais; os proprietários fundiários; os promotores imobiliários; o Estado; os grupos sociais excluídos.

As estratégias e ações desenvolvidas por esses agentes são importantes, não só para produzir o espaço urbano, mas também para definir a importância da cidade na rede urbana, como por exemplo, a centralidade. Segundo ainda, Corrêa (2013) esse tipo ideal de agentes se desdobra nos bancos, companhia de seguro, empreiteiras, empresas ferroviárias e de bondes, firmas comerciais e de serviços, grupos de previdência privada, indivíduos com investimentos e ordens religiosas. São agentes que tem cada vez mais assumido importância na cidade e nos processos urbanos.

Existem diferentes processos pelos quais os agentes produtores do espaço urbano definem papéis e articulam a centralidade de cidade média na Amazônia e qualquer outra região. Para Corrêa (2007) os principais processos que definem papéis de cidades médias são: (1) a concentração e centralização econômica, (2) a melhoria e diversificação dos sistemas de transporte e telecomunicação, (3) modernização nas formas de organização espacial das atividades econômicas ligadas ao comércio e serviços, (4) o aumento do consumo de bens e serviços ligados à modernização do setor agropecuário.

Merece mais detalhamento o processo de concentração e centralização econômica. De acordo com Smith (1988) existe uma concentração espacial que está relacionada à localização dos capitais imobilizados como infraestruturas, já a centralização espacial refere-se ao capital produtivo centralizado e mais o capital fixo.

Portanto, as condições de uma centralidade urbana se estabelecem através dos agentes produtores do espaço urbano e dos processos envolvidos. Os agentes e os processos darão materialidade à centralidade urbana através das estratégias

da elite empreendedora, da localização relativa da cidade na rede urbana atrelando-se a eficiência na fluidez e das interações espaciais. As interações espaciais estão relacionadas à intensidade, a complexidade, ao aspecto multidirecional e a multiescalaridade das articulações da cidade, que por sua vez são importantes para definir a centralidade na rede.

#### 2.4 Cidade média e centralidade na Amazônia

Os processos articuladores de centralidade nas cidades na Amazônia estão invariavelmente atrelados ao fenômeno de fronteira econômica que a região assumiu nas últimas décadas, transfigurados nos ciclos econômicos e nos grandes projetos que várias cidades experimentaram.

Ao analisar a articulação de centralidade na Amazônia é indispensável levar em conta o papel do Estado como agente importante no processo. O Estado sempre foi na Amazônia um importante ente indutor de novas dinâmicas em diferentes porções da região, onde importantes projetos de exploração mineral, de urbanização rural, de melhorias infraestruturais (abertura de estradas, distribuição de energia elétrica, etc.), de disponibilidade de créditos e incentivos fiscais, dentre outros, que tiveram rebatimento nos novos papéis que as cidades têm assumido.

A conformação de centralidade de cidade média na Amazônia encontra essas cidades com suas histórias, frequentemente atreladas aos ciclos econômicos marcados por período de pujança econômica seguida de arrefecimento. De qualquer forma, essas cidades experimentam um revigoramento nas suas dinâmicas, onde novos e antigos agentes, atrelados a novos e velhos processos passam a articular a centralidade da cidade média que nos últimos anos passa a ter centralidade e polarizar economicamente e politicamente, a vida de relações.

Essa centralidade intensifica as interações espaciais, não só com as metrópoles regionais, mas também com metrópoles extra-regionais e principalmente, com entorno imediato dessas cidades. Trata-se de um novo arranjo na economia regional na Amazônia, aliado à reestruturação da rede urbana que tornou possível a emergência de cidades médias, como Macapá, com capacidade de articular uma nova centralidade econômica e política nas suas respectivas sub-regiões.

### 3 A EMERGÊNCIA DE MACAPÁ COMO CIDADE MÉDIA E SUA CENTRALIDADE

#### 3.1 Transformações histórico-geográficas em Macapá

Macapá foi fundada na margem esquerda do Rio Amazonas como Vila de São José de Macapá, que de acordo com Vicentini (2004) representou a lógica do urbano colonial barroco amazônico de penetração e de defesa, que marcou a presença local do além-mar das metrópoles do colonizador; do urbano e da soberania dos estados absolutistas.

A ocupação efetiva da cidade de Macapá se dá à medida que os portugueses tendo assegurado o domínio sobre as terras situadas entre o Oiapoque e a foz norte do Rio Amazonas, começam a fixar-se efetivamente na região através do estabelecimento de um destacamento militar em 1738. Por falta de dinamismo, o referido destacamento militar não apresentou os resultados esperados, problema que se ampliava com as frequentes tentativas de ocupação por parte de holandeses e franceses. Diante disso, a autoridade portuguesa responsável pela ocupação, via a necessidade urgente de estabelecer povoamento e fortificação na área (PICANÇO, 1981).

Outro momento importante na tentativa inserção do Amapá mais direta neste processo de ocupação também ocorreu nos séculos XVII e XVIII. Durante estes dois séculos, segundo Marin (2005) quando está em curso a expansão mundial das espécies de arroz cultiváveis, na Amazônia, o governo português ensaiou transformar o delta amazônico e a planície fluvial (várzea) em um celeiro agrícola, através de um ambicioso projeto de rizicultura introduzido, na época, no Estado do Grão Pará<sup>2</sup>.

Tal iniciativa para a região significaria a passagem de uma exploração extrativista para agrícola, o que era reforçado pela presença de arroz nativo que crescia livremente nas várzeas do delta amazônico. É neste contexto que a colonização do Amapá se insere, com a forma de abastecimento de grãos para a metrópole e com a intenção de ocupação e defesa do delta Amazônico.

No ano de 1748, o povoamento de Macapá foi elevado a categoria de vila. A instituição da vila visava principalmente planejamento militar para promover a defesa

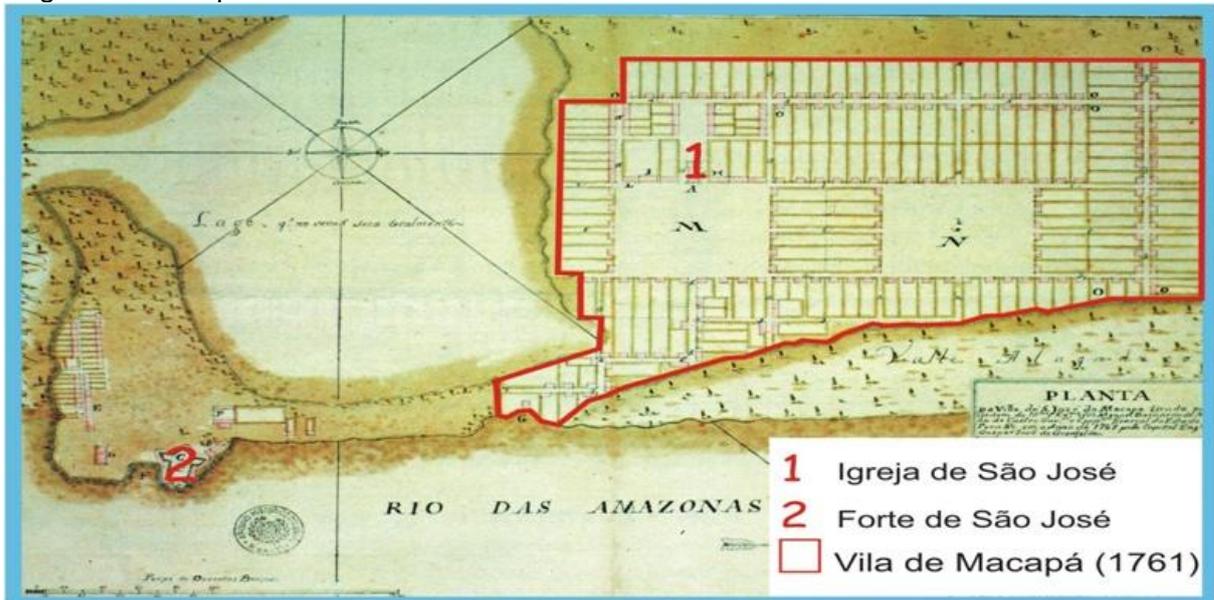
---

<sup>2</sup> Já na metade do século XVIII Portugal enfrentava um grande déficit de cereais, sem uma saída a curto prazo a orientação dada pelas reformas pombalinas indicavam uma saída temporária para a crise da economia metropolitana através da reorganização da política de exploração das colônias.

da área, estabelecer o controle das nações indígenas no entorno da área para disponibilizar a mão de obra e auxiliar no combate a invasores estrangeiros. Destaca-se ainda, que com o objetivo de intensificar o povoamento, o governo português envia por volta do ano de 1751, os primeiros colonos da ilha de Açores. A vinda desses novos colonos representou o reforço no povoamento e ampliação dos mecanismos de proteção territorial (PICANÇO, 1981).

Na figura 01 podemos verificar o desenvolvimento do formato ortogonal em que a cidade foi inicialmente projetada: à direita a Igreja de São José com o núcleo urbano inicial de Macapá em seu entorno e, à esquerda o Forte de São José. Anos depois é criada a Comarca de Macapá em 30 de Abril de 1841, pelo Decreto-Lei Imperial número 87, em 7 de setembro de 1856, Macapá recebe a categoria de cidade através da Lei Provincial 281 (TOSTES, 2006).

Figura 01 - Planta da Vila de São José de Macapá de 1761 desenhada pelo Capitão Engenheiro Gaspar João de Gronsfeld.



Fonte: Braga (2008).

O que se constata inicialmente, é que desde o início, existiram projetos de ocupação que foram efetuados para dinamizar a área. Esses projetos vão desde iniciativas de transformar a colônia militar em vila, bem como transformar a área em pólo agrícola e pólo de pecuária. Isso revela desde o princípio a importância da área, apesar de esses projetos terem fracassado como grandes vetores de atração populacional e dinamismo econômico na região.

A ocupação mais sistemática da região veio ocorrer através do planejamento regional, no sentido de conter ações efetivas do Estado na economia e no território. Segundo Porto (2007), pode ser pensada a partir da década de 1930, quando, incentivado por interesses geopolíticos e de controle de fronteiras, são tomadas iniciativas em nome da segurança nacional, que sugeria a criação de Territórios Federais, com a justificativa de povoamento adequado, assim como a própria defesa das fronteiras. Para Becker (2001), o período que inicia em 1930 e vai até 1960, corresponde a um primeiro momento do planejamento regional, pois somente em 1966, é que se dá de forma efetiva o planejamento regional, sobretudo, através de um projeto geopolítico baseado em estratégias de ocupação, o que foi possível pela imposição:

[...] sobre o território uma malha de duplo controle – técnico e político – constituída de todos os tipos de conexões e redes, capaz de controlar fluxos e estoques, e tendo as cidades como base logística para a ação. Essa malha, que denominamos “malha programada”, foi implantada entre 1965-85, no Estado brasileiro da Amazônia, visando completar a apropriação física e o controle do território (BECKER, 2001, p. 03).

Para Machado (1999), a intervenção estatal na Amazônia foi decisiva no período de 1966/1985, quando dois elementos deste processo ganham destaque. Um deles é a subordinação dos projetos de colonização regional a um projeto mais amplo de modernização institucional e econômico. o segundo diz respeito ao uso de redes técnicas modernas visando estimular e viabilizar a mobilização de capitais e de imigrantes para as novas frentes de povoamento.

Portanto, a realidade de baixo crescimento populacional no Amapá só começa a mudar na segunda metade do século XX. Pois, o recenseamento de 1940 apontou fracasso dos projetos de ocupação populacional na primeira metade do respectivo século; e isso é percebido através da constatação de redução da população na área. Mas ainda assim, a cidade de Macapá foi assumindo cada vez mais importância ao longo da segunda metade do século XX.

Destarte, o século em questão marca o período de grandes transformações econômicas, políticas e espaciais que Macapá iria experimentar. Durante o referido século XX, quatro processos políticos e econômicos foram decisivos para manifestar uma nova configuração econômica e urbana no Amapá e que conseqüentemente,

estão na gênese dos agentes e processos que articulam o crescimento e a centralidade de Macapá e Santana.

O primeiro importante processo que o Amapá experimentou ocorreu próximo da segunda metade do século XX, foi à transformação da área do Estado do Amapá em Território Federal do Amapá<sup>3</sup>, no ano de 1943. O segundo diz respeito à implantação a partir da década de 1950 de um grande projeto mineral; o chamado Projeto Exploração do Manganês através da Indústria e Comércio de Minérios/SA – ICOMI<sup>4</sup>. O terceiro processo ocorreu em 1988, com a elevação do Território Federal do Amapá à condição de Estado. E finalmente, o quarto processo trata da instalação em 1992 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS<sup>5</sup>.

Todos estes processos tiveram fortes implicações sociais, culturais políticas, econômicas e espaciais, principalmente através da densificação da urbanização no sudeste amapaense. Uma das fortes implicações redundou em um importante fluxo populacional para o Estado e especialmente, para Macapá. Segundo Drummond; Pereira (2007) se levarmos em conta o volume sempre crescente de pessoas, que nas últimas três décadas deste século, decidiram morar no Amapá. Frente a essa assertiva, constatamos que dentro da Amazônia, o Estado do Amapá tem sido um lugar de razoável atratividade. Para entender melhor, vamos a cada um desses processos e as implicações urbanas para Macapá de cada um deles.

### 3.2 Criação do Território Federal e implicações urbanas

A primeira grande implicação da criação do Território Federal para Macapá é o fato da respectiva cidade, manter o status de capital no ano de 1944, o que trouxe certa euforia política e econômica com a possibilidade do governo Federal fazer investimentos na área. Isso se confirma à medida que ocorreram algumas transformações com a chegada do governador recém empossado, Janary Nunes. E

<sup>3</sup> Decreto - Lei n. 5.812, de 13/9/1943.

<sup>4</sup> Segundo Porto (2003, p. 120) a instalação da ICOMI marcou o início da produção industrial e extrativa mineral na Amazônia, com a venda do minério voltado ao mercado norte-americano, com apoio financeiro da rede bancária e creditícia regional e empréstimos internacionais. Essa atividade foi a primeira executada na Amazônia no pós-guerra, por mineradoras estrangeiras e em ritmo industrial.

<sup>5</sup> “A criação da ALCMS ocorreu pelo Decreto-Lei n. 8.387, de 30/12/1991, e foi regulamentada pelo Decreto n. 517, de 08/05/1992. O modelo a ser desenvolvido nesta ALC está voltado para comercialização, embora seja viável somente a instalação de indústrias de beneficiamento de matérias primas na região”. (PORTO, 2003, p. 165).

de fato, foram perceptíveis as mudanças no espaço urbano de Macapá com a chegada de Janary, pois a cidade sofreu mudanças políticas, sociais e espaciais para receber a estrutura da nova administração pública.

Segundo Reis (1949) no final de 1944, Macapá já apresentava uma população que retomara o crescimento e apresentava um novo dinamismo expresso na criação de associação de classes, como: a associação comercial, instituto histórico, existência de centros esportivos e a circulação de um jornal oficial. Para Bastos (1947) o novo governo de Janary buscou criar uma face moderna para Macapá construindo novos prédios para o funcionalismo público e para sediar as instituições do governo. Na prática, Macapá passa por uma redefinição espacial imposta pelo governo com uma ordem baseada na padronização de casas com a finalidade de ajustar a cidade a uma nova lógica urbana e social que aspirava disciplinar e servir de modelo à população local.

Na verdade a chegada de Janary Nunes no governo do Território Federal do Amapá transformou o Estado em um dos agentes mais importantes na urbanização do período. Também representou para a cidade de Macapá a chegada de uma dita nova visão urbana baseada na modernização. Foi uma primeira tentativa de promover uma dita modernização na cidade. Obviamente, que a iniciativa de uma modernização de Macapá guardou as contradições sócio-espaciais da cidade, pois, a construção de prédios públicos, edificação de conjuntos residenciais, foi acompanhado pelo remanejamento da área central da cidade de populações mais pobres e negras para as zonas periféricas.

### 3.3 Mineração e impactos urbanos em Macapá a partir dos anos de 1950 a 1970

Segundo Drummond e Pereira (2007) antes do início das atividades da ICOMI em 1957, a atividade da mineração no Amapá estava reduzida às operações garimpeiras, baseadas na extração de tantalita, cassiterita, columbita e principalmente, ouro. Essas operações garimpeiras eram artesanais e sem envergadura capaz de mudar a dinâmica econômica na área. Neste sentido, a capital Macapá não experimentou impactos na sua vida urbana até o início das atividades da ICOMI.

A ICOMI nasce com uma vocação urbana, pois uma das primeiras estruturas montadas foi a construção de uma vila para os operários da companhia (Vila Amazonas). Essa vila foi construída a 25 quilômetros de Macapá, na cidade de Santana que na época era um distrito de Macapá. Além da Vila Amazonas, a ICOMI implantou outra vila no entorno da mina (Vila de Serra do Navio). A Vila de Serra do Navio foi uma das maiores expressões quanto a atividade de mineração a partir da década de 1950, iria trazer grandes transformações para a urbanização no Amapá.

Segundo Portilho (2006), Macapá também conheceu significativa expansão no seu contingente populacional, refletindo no surgimento de novos bairros como o Trem, parte do Beírol (ao sul da cidade), expansão do bairro Central, Santa Rita (área central), bairro Lagunho e Igarapé das Mulheres, ao norte da cidade. Essa expansão tem continuidade com o surgimento do aglomerado da Vacaria (sul), Buritizal (sudoeste), Jesus de Nazaré (a noroeste) e Pacoval também ao norte. O referido crescimento está refletido no Anuário Estatístico do Amapá elaborado na década de 1950 (Tabela 1).

Tabela 01 - População residente no Território Federal do Amapá e Município de Macapá – 1950.

ÁREA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		RURAL		URBANA	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
<b>AMAPÁ</b>	37.477	23.577	62.91	13.900	37.09
<b>MACAPÁ</b>	20.594	10.526	51,11	10.068	48.89

Fonte: Adaptado de Brasil (Governo do Território Federal do Amapá, 1980/1990, apud PORTILHO, 2006).

Para a cidade de Macapá e para a cidade de Santana, esta atividade da mineração no Território Federal do Amapá, representou a permanência de uma característica cada vez mais sólida, que era a expansão do espaço urbano. E esta expansão urbana iria permanecer nas próximas décadas, com maior e menor dinamismo dependendo dos agentes e processos envolvidos. Isso se materializa quando se observa os dados do Anuário Estatístico do Amapá da década de 1960, que mostra a população de Macapá alcançando um patamar de 36. 214 habitantes, dos quais 70,10% eram residentes da área urbana de Macapá.

Esse quadro fez com que Macapá respondesse, em termos percentuais, por uma concentração de 52,86% de toda a população amapaense. De outro lado, a década de 1970 (Tabela 2), especialmente a primeira metade desse período

manteve o crescimento populacional em um patamar relativamente estável, já a segunda metade da referida década teve certo aumento no crescimento da população, especialmente a urbana como mostra o Anuário Estatístico de 1970.

Tabela 02 - População residente no Território Federal do Amapá e Município de Macapá – 1970.

ÁREA	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO RESIDENTE			
		RURAL		URBANA	
		ABSOLUTA	%	ABSOLUTA	%
<b>AMAPÁ</b>	114.359	51.908	45,39	62.451	54,61
<b>MACAPÁ</b>	86.097	31.421	36,26	54.886	63,74

Fonte: Adaptado de Brasil (Governo do Território Federal do Amapá, 1980/1990, apud PORTILHO, 2006).

Segundo Portilho (2006) um dos principais agentes impulsionador de novos processos de crescimento populacional do Amapá e Macapá foi à construção e inauguração de Hidroelétrica de Coracy Nunes, durante a segunda metade da década de 1970, no rio Araguari. Essa hidrelétrica representou um marco no desenvolvimento urbano, já que a oferta de energia elétrica em maior abundância acabou fomentando o estabelecimento de novos agentes produtores do espaço urbano.

### 3.3.1 Diversificação produtiva da década de 1980 e os novos agentes do desenvolvimento urbano em Macapá

Na década de 1980, começa no Amapá um plano centrado fortemente na diversificação produtiva que teve seu impulso no aumento do fornecimento de energia elétrica da Hidroelétrica Coaracy Nunes. A maior oferta de energia representou, portanto, a partir da própria ICOMI a diversificação de empreendimentos como Companhia de Dendê do Amapá (Codepa), instalada na cidade de Porto Grande, e voltada para a produção de óleo de Dendê; a empresa Amapá Florestal e Celulose (Amcel) com sede em Santana e finalmente, uma produtora de compensados (Brumasa) localizada também na cidade de Santana. No ano de 1986, foi instalada também na cidade de Santana a Companhia de Ferro Liga do Amapá (CFA) com o objetivo de beneficiar através do processo de pelotização o Manganês que vinha de Serra do Navio.

Nesse período de diversificação produtiva também houve a instalação da Mineradora Novo Astro, na localidade do Lourenço no município de Amapá. A

criação do Distrito industrial de Santana foi uma importante estratégia para agregar novas empresas capazes de dinamizar a economia amapaense especialmente a economia urbana. Esse esforço para diversificar a economia amapaense fez surgir novos processos e agentes produtores do espaço urbano.

Inevitavelmente, a presença desses novos agentes produtores do espaço urbano resultou em maior crescimento populacional, pois atraiu novos migrantes e conseqüentemente, contribuiu com a expansão urbana de Macapá e Santana. Isso estaria desenhado nas transformações espaciais, que principalmente Macapá iria sofrer no período com o surgimento de novos bairros.

Segundo Portilho (2006) Macapá na década de 1980, viu surgir vários vetores de crescimento como em direção a zona oeste nas bordas da Rodovia Duque de Caxias com o surgimento do Bairro Alvorada. A partir de 1985, a zona sul experimentou significativa expansão com o aumento do Bairro Santa Inez, também se dá início ao Bairro do Congós e, completa-se a segunda metade do Bairro do Buritizal, bem como o Bairro do Muca que tem seus contornos finalizados. Em 1989, começam a surgir no entorno da Rodovia Juscelino Kubitscheck os Bairros Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero.

O período da década de 1980, também presenciou a intensificação na ocupação da zona leste através do aumento do Bairro Perpétuo Socorro, que recebeu um incremento de sua população, principalmente habitantes oriundos da região do Marajó. Para Portilho (2006) o vetor de expansão para a zona norte na década de 1980, se deu com o desenvolvimento de bairros às margens da BR 156, como: São Lázaro e Jardim Felicidade. Todos esses vetores de crescimentos para as diferentes zonas de Macapá estão relacionados ao crescimento populacional que se mantiveram em percentuais significativos no Amapá, sendo que Macapá e Santana foram as cidades que atraíram sempre as maiores parcelas de migrantes, pois continham os principais agentes e processos. Ao se analisar o crescimento da população do Amapá (Tabela 3) durante a década de 1980, é possível constatar o significativo crescimento.

Identifica-se que o crescimento populacional no Amapá na década de 1980, foi 65% superior em relação à década de 1970. Para Macapá com 137.451 habitantes em 1980, ficou o legado de concentrar juntamente com Santana 78% de toda a população amapaense.

Tabela 03 - População no Território Federal do Amapá e município de Macapá - 1980 – 1990.

AREA	POPULAÇÃO RESIDENTE									
	1980					1990				
	TOTAL	URBANA		RURAL		TOTAL	URBANA		RUARAL	
		ABS	%	ABS	%		ABS	%	ABS	%
<b>AMAPÁ</b>	175.257	103.735	59,91	71.522	40,80	289.397	234.131	80,90	55.266	19,09
<b>MACAPÁ</b>	137.451	137.451	67,75	44.319	32,24	233.614	201.315	86,17	32.239	13,80

Fonte: Adaptado de Brasil (Governo do Território Federal do Amapá, 1980/1990, apud PORTILHO, 2006).

A referida década de 1980, terminaria confirmando uma condição inexorável de Macapá e Santana como as principais cidades do Amapá e que continuariam a expansão urbana na década de 1990, pois continuariam agregar novos agentes e novos processos produtores do espaço urbano, assumindo assim, um perfil de urbanização concentrada.

### 3.4 Década de 1990 em diante: estadualização e implicações urbanas

Em outubro de 1988, o Território Federal do Amapá retorna à condição de Estado. Essa transformação do Amapá em Estado tem vários reflexos na organização política, administrativa e econômica da área. Segundo Alcântara (2012, p. 62):

[...] a transformação dos territórios federais em Estados e a criação de novos municípios com funções político-administrativas complementares e conseqüentemente serviços de comércio necessários, concorre para ampliar nas capitais municipais, o espaço urbanizado, o poder e o controle sobre o espaço regional.

Segundo Porto (2002) quanto ao aspecto político o Amapá passou eleger o chefe do executivo, experimentou a criação da Assembleia Legislativa; criação de 3 vagas para o Senado e aumento de 4 vagas para 8 vagas para representantes na Câmara Federal. Esta conformação da engrenagem política do novo Estado é o que cria as bases para Macapá como capital a assumir efetivamente a primazia, a ampliação do poder, o controle sobre o espaço regional e conseqüentemente, tornou-se o espaço urbano que reúne as principais condições econômicas, políticas e administrativas para desenvolver, ampliar e sediar as principais instituições com capacidade de ofertar serviços públicos para todo o Estado e para a sub – região norte do Marajó.

A estadualização, portanto, é um processo político, administrativo, institucional e econômico à medida que redundou inicialmente na montagem ou redefinição do aparato institucional e administrativo do Estado. Neste sentido, as instituições públicas existentes são redefinidas e as instituições inexistentes são criadas. A montagem desse aparato institucional e administrativo vai se constituindo através de diferentes concursos públicos para as diferentes instituições.

A possibilidade de trabalho no serviço público constituiu-se numa importante motivação no fluxo migratório para Macapá e Santana. Esse fluxo migratório gerou rebatimentos diretos na produção do espaço urbano de Macapá e Santana, que passaram, por exemplo, a comportar em seu tecido urbano um grande número de migrantes que se deslocaram para a área.

O resultado deste fluxo migratório veio em forma de uma forte pressão demográfica sobre as cidades de Macapá e Santana, produzindo uma urbanização concentrada nestas duas cidades. Esta urbanização concentrada e os agentes agregados nela foram condições importantes para fortalecer o papel político de Macapá como capital do Estado, bem como, o status de cidade média e da capacidade de polarização.

A urbanização concentrada também foi importante na conformação do aglomerado urbano de Macapá – Santana, que a partir de então, passou a ter maiores condições no atendimento das demandas do Estado do Amapá, mas também na sub-região norte do Marajó.

Na prática, a transformação do Território Federal do Amapá em Estado no ano de 1988, consolidou o Estado como um importante agente articulador de novos processos desencadeadores de fluxo populacional, pois a criação do Estado implicou a abertura de muitas vagas no serviço público. A construção civil através de obras públicas também foi significativa como um mecanismo de atração de trabalhadores, bem como para a forma que Macapá e Santana iam tomando.

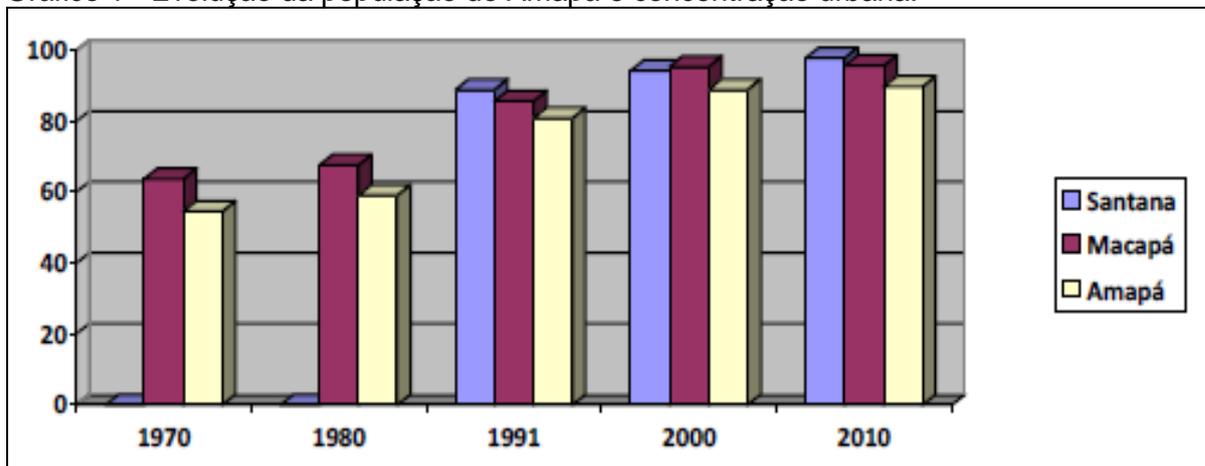
### 3.5 Década de 1990 em diante: área de livre comércio de Macapá - Santana e implicações urbanas

Este foi um dos mais importantes processos estabelecidos em Macapá e Santana. Sua gênese está atrelada à transformação do Amapá em Estado. A Zona

de Livre Comércio de Macapá e Santana acima de tudo viabilizou a abertura de novos empreendimentos e de novos serviços na capital amapaense e na vizinha Santana, trazendo um novo dinamismo para o comércio das duas cidades e delas com as sub- regiões de influência.

Diante desse contexto, é possível inferir que a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana fomentou e radicalizou as transformações no processo de urbanização concentrada que já vinham ocorrendo em Macapá e Santana, à medida que intensificou ainda mais o fluxo de migrantes em busca de oportunidades. Esse fluxo migratório resultou em aumento no crescimento da população amapaense e concentrou a população urbana como mostra o Gráfico 1.

Gráfico 1 - Evolução da população do Amapá e concentração urbana.



Fonte: Censo Demográfico - IBGE, 2010.

Esse quadro demográfico no Amapá caracterizou um dos mais emblemáticos crescimentos populacionais do país e teve seu ápice no período da década de 1990, cuja taxa média foi de 4,7% para o período de 1980 a 1991 e de 5,7%, no período de 1991 a 2000; enquanto as taxas no resto do país registravam índices de 1,9% e 1,6%, respectivamente (IBGE, 2000). É bom lembrar que na década seguinte, de 2001 a 2010 o Amapá registrou índices de crescimento demográfico anual de 3,4%. Isso mostra que na primeira década deste século as taxas de crescimento demográfico no Amapá ainda continuavam sendo uma das maiores do país (IBGE, 2010).

Foram estas transformações de caráter administrativo, político, institucional, econômico e social que delinearão de 1990 em diante as diversas mudanças que presidiram a recente configuração urbana do Amapá, reflexo da reestruturação da

rede urbana da Amazônia e fator indispensável na criação das condições de produção do espaço urbano de Macapá e Santana, bem como da centralidade exercida.

### 3.6 Macapá - Santana: cidade média e aglomerado urbano

O crescimento urbano do Amapá destes últimos 25 anos, concentrado em Macapá e Santana não se relaciona somente ao crescimento dessas cidades e de sua população, seu conteúdo foi igualmente remodelado e sua organização também assumiu novas facetas.

É uma urbanização que segue os ditames da contemporaneidade da urbanização brasileira marcada sempre pela “explosão” tradicional das formas de concentração urbana, mas também pela emergência contínua de novas formas espaciais em diferentes escalas. Segundo Davidovick (2001) nas diferentes regiões do Brasil verificou-se a emergência de novos arranjos espaciais polarizadores do crescimento da população urbana que passaram a desenvolver a função de centros urbanos numa escala regional, bem como de centros urbanos sub-regionais.

Na esteira da reestruturação da rede urbana, especialmente das últimas décadas do século XX, é que se inscrevem as transformações em várias partes da Amazônia. Segundo Tostes (2006), as cidades da Amazônia – até mesmo as pequenas cidades – mudaram de forma significativa, pois elas foram atendidas por um conjunto de técnicas que tornou possível a maior circulação de ideias e o acesso a modernização. Tudo isso contribuiu para construir concreta e subjetivamente o novo universo urbano em sua complexidade, configuração e proporção diversas na região.

O Amapá, atualmente incluso no rol das cidades médias, se destaca por também ter sido palco inicial de uma espécie de “novo” período de devassamento da Amazônia com implicações diversas. No caso da configuração urbana, como já foi dito, o processo de estadualização e criação da Área de Livre Comércio foi importante para o novo arranjo urbano que se constituiu a partir da década de 1990 com a urbanização concentrada em Macapá e Santana.

Trata-se de um arranjo espacial que atribuiu uma nova dinâmica à capital Macapá e a cidade de Santana. Pois, segundo Spósito; Castelo Branco (2007)

Macapá se apresenta ao mesmo tempo como capital de Estado, como cidade média e cabe mencionar que também se constitui como uma aglomeração urbana, recentemente formalizada.

Nesse sentido, esse arranjo espacial que veio recebendo contornos através da reestruturação urbana de Macapá e Santana, passou ser compreendido por diferentes estudos, como um incipiente aglomerado urbano. Antes de demonstrar alguns traços do aglomerado urbano de Macapá- Santana é importante descrever breves definições relativas a aspectos teórico – conceituais, a inter-relação entre as cidades e aos aspectos morfológicos que permeiam a noção de aglomerado urbano.

Há diferentes abordagens teórico-conceituais no que tange ao conceito propriamente dito e à morfologia aplicados ao fenômeno do Aglomerado Urbano. A noção de aglomerado urbano, segundo Villaça (2001, p.52), “refere-se ao núcleo urbano que apresenta um mínimo de atividades centrais, sejam religiosas, administrativas, políticas, sociais ou econômicas”.

A definição de Villaça guarda semelhança com abordagens de diferentes autores, uma vez que, em diferentes estudos, o termo aglomeração urbana está relacionado com o espaço urbano de uma única cidade. Neste caso, o termo aglomeração refere-se ao agrupamento de pessoas, serviços, atividades etc. que caracteriza a concentração inerente à cidade. Já Deffontaines (2004), utiliza o termo aglomerado/aglomeração, quando se refere ao povoamento das cidades para diferenciar da população rural.

Na realidade, dois pontos de vista sobre aglomerado urbano se estabeleceram. O primeiro trata o fenômeno como essa concentração de pessoas, serviços, atividades etc. em espaços compactos, sem extrapolar necessariamente, os limites político-administrativos de uma cidade. Já, o outro ponto de vista identifica a aglomeração urbana numa perspectiva mais ampla, na qual o urbano se desenvolve em um conjunto mais complexo e extenso e que engloba mais de uma cidade. Pelas características, acredita-se que a dinâmica entre Macapá e Santana se enquadra neste segundo ponto de vista.

Elemento também importante na definição de aglomerado urbano está relacionado ao processo de inter-relações entre as cidades envolvidas. Essas inter-relações podem ocorrer através das relações de dependência e/ou pela relação de complementaridades das funções urbanas. De outro lado, as relações de

dependências das funções entre as cidades podem ser de diferentes níveis; nível elevado, nível intermediário e nível baixo. Quando a relação entre as cidades do aglomerado urbano é de complementaridade, normalmente estamos diante de níveis de dependência intermediários e baixo nível.

Cabe também algumas reflexões no que diz respeito à configuração do aglomerado urbano independente da morfologia (mononuclear ou polinucleada). Para os diferentes autores que analisam a configuração territorial do aglomerado urbano, é possível identificar aglomerados territorialmente contínuos e aglomerados espacialmente contínuos.

A continuidade territorial está relacionada com a conturbação do tecido urbano e a continuidade espacial se relaciona com as interações espaciais. Spósito contribui com esse debate analisando a dinâmica da continuidade territorial e continuidade espacial; diferenciando os dois fenômenos.

Tomando como base essa premissa Spósito (2004, p. 204) cabe destacar que:

(...) muitas vezes, a descontinuidade territorial é possível porque a continuidade espacial se fortalece por meio de ampliação de infraestruturas de circulação e comunicação (sistema viário, sistema de fornecimento de água ou captação de esgotos, redes de telefonia, televisão e internet etc) e pela difusão do acesso aos equipamentos que possibilitam os deslocamentos e os contatos (veículos automotivos, antenas, microcomputadores etc).

Para a autora, é possível ocorrer a continuidade espacial mesmo sem uma continuidade territorial, já que a continuidade espacial compreende as inter-relações e fluxos, isto é, a integração espacial. Já a continuidade territorial diz respeito às áreas urbanas, é uma integração do tecido urbano.

Percebe-se que no caso do aglomerado de Macapá – Santana há uma continuidade territorial que vem ganhando mais contorno como a reestruturação do espaço das duas cidades dos últimos anos, que por sua vez, vem intensificando a continuidade espacial; especialmente com a expansão de condomínios e de serviços no eixo rodoviário, eixo sul e no eixo rodoviário oeste com a expansão também de condomínios, empreendimentos comerciais e de serviços.

Na prática, são diferentes investimentos nos eixos rodoviários Macapá – Santana que vinculam territorialmente cada vez mais as duas cidades. Esses eixos estão divididos em dois setores: eixo rodoviário sul, caracterizado principalmente pela criação de condomínios as margens da Rodovia JK e eixo rodoviário oeste da

Rodovia Duca Serra, marcado por empreendimentos como estâncias de beneficiamento de madeira, depósitos, um bairro “espontâneo” conhecido como Coração e um processo mais recente de surgimento de condomínios.

Segundo Santos (2015) novos produtos imobiliários ligados ao setor de comércios e serviços têm surgido, acompanhando a produção imobiliária da cidade. No Eixo Sul, por exemplo, destacam-se: a inauguração do Amapá Garden Shopping, 01 Atacarejo denominado Atacadão, a construção de um empreendimento comercial ao lado do condomínio Verana e, também, do Supercenter Fortaleza. Esses empreendimentos e serviços estão distribuídos no eixo sul para atender preferencialmente as populações de Macapá e Santana.

A reestruturação do espaço urbano das duas cidades através da integração do tecido urbano expresso na continuidade territorial, ganha mais força ainda quando se analisa a continuidade espacial das duas cidades. Trata-se da articulação funcional de Macapá – Santana expressa na complementaridade que as duas cidades mantêm através do compartilhamento do sistema de objetos e sistema de ações.

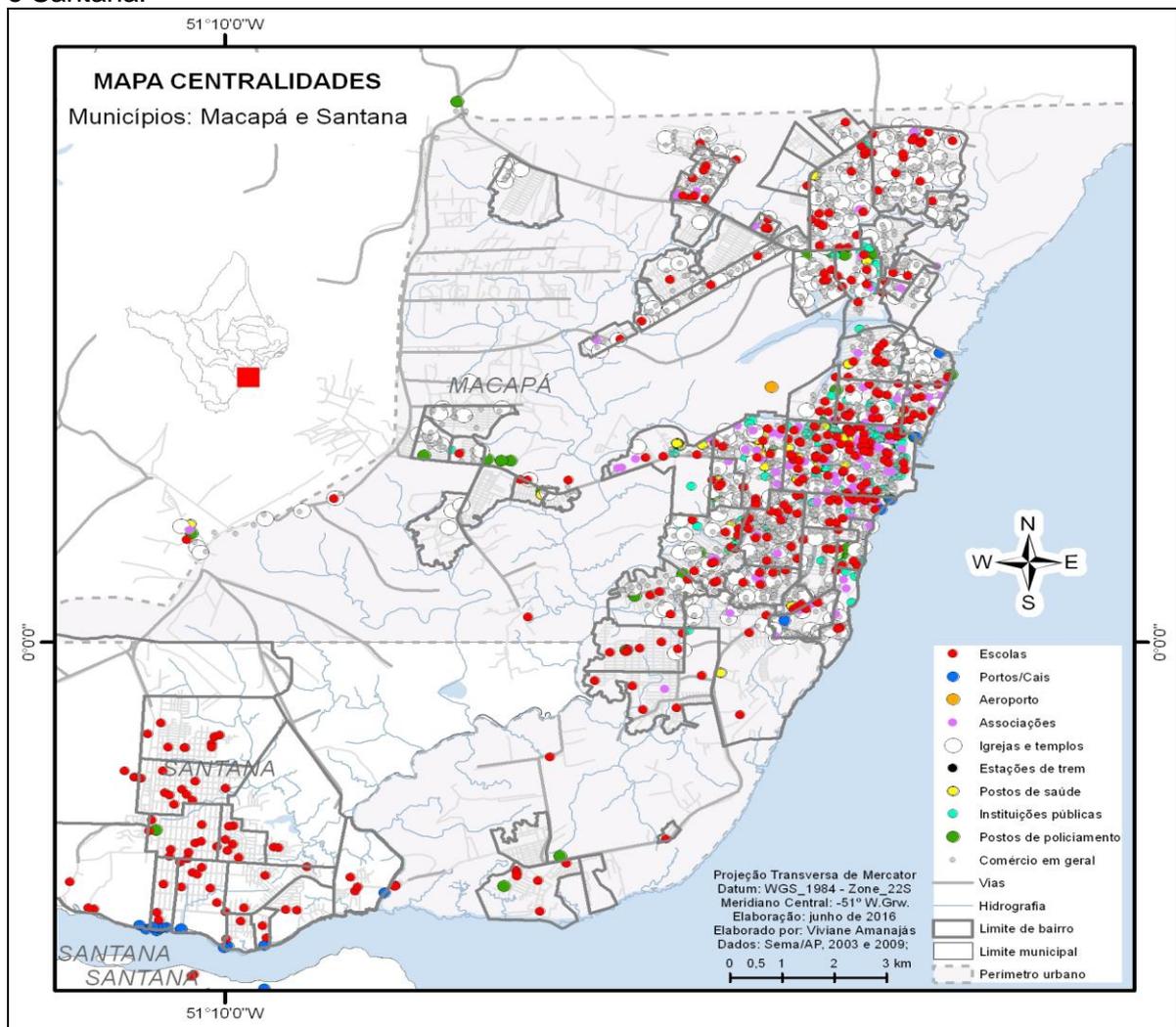
Este é o caso do compartilhamento do aeroporto Internacional de Macapá, cuja segunda cidade que mais usa depois da própria capital Macapá, é a cidade de Santana. O Porto de Santana e o Distrito Industrial de Santana são outros exemplos de compartilhamento no uso desses objetos; pois o referido Porto e o Distrito Industrial são portas de entrada da maior parte das mercadorias que chegam à Macapá.

O fato de Macapá ser a capital política amapaense e sediar no seu tecido urbano as principais instituições públicas; confere-lhe a primazia política no respectivo aglomerado urbano em relação à Santana. Só para se ter uma ideia, de acordo com a Secretaria de Administração do Estado do Amapá, o Amapá, mantém 1.084 imóveis, entre prédios próprios e alugados para colocar em funcionamento sua a estrutura institucional. Desse total de 1.084 imóveis, 276 estão em Macapá e 134 estão sediados em Santana.

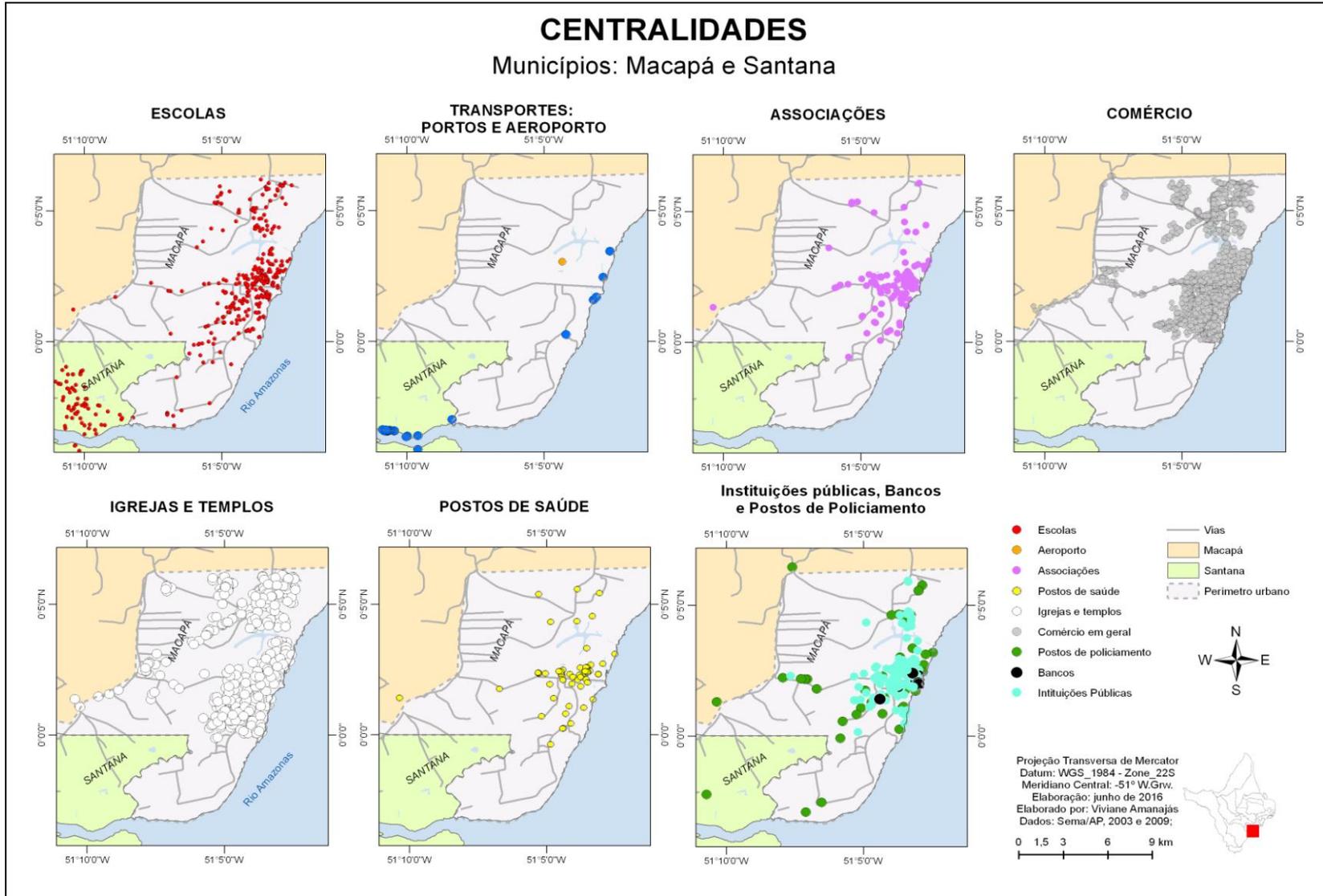
Estes números são traduzidos espacialmente em instituições públicas, como: escolas, postos de saúde e postos de policiamento, predominantemente em Macapá. Também, Macapá sedia a maioria das organizações sociais como associações e igrejas. E ser a capital econômica implica em agregar a maior parte dos equipamentos de vocação econômica, como: aeroporto e o comércio em geral.

A maioria dos portos estão estacionados na cidade de Santana, mas nota-se que a maioria dos fluxos de mercadorias e cargas que entram nesses portos acabam se dirigindo para Macapá. Aliás, o comércio é um dos fenômenos que mais realça a primazia de Macapá em relação a Santana. A aglutinação de instituições, equipamentos urbanos e fenômenos sediados a maior parte em Macapá, define sua centralidade no aglomerado urbano e em relação à Gurupá e Afuá. Cabendo a Santana exercer uma centralidade através dos portos e uma sub-centralidade em relação aos demais equipamentos e fluxos. Vejamos os mapas 02 e 03.

Mapa 02 – Concentração de instituições e equipamentos no aglomerado urbano de Macapá e Santana.



Mapa 03 – Concentração de instituições e equipamentos no aglomerado urbano de Macapá por tipo e serviço.



A centralidade política de Macapá está na oferta de serviços públicos e esta condição lhe reforça a condição de cidade média, o que lhe assegura o papel natural de cidade polarizadora de Santana. No interior do aglomerado urbano e a partir do respectivo aglomerado, projetam-se os tentáculos econômicos e políticos para a sub-região norte do Marajó, especialmente Gurupá e Afuá. No interior do aglomerado ergue-se a centralidade econômica de Macapá como resultado de uma maior concentração de agentes econômicos e dos fluxos que eles articulam.

Portanto, por razões metodológicas, faz-se necessário adotar na reflexão da próxima e última parte deste trabalho, uma análise que tenha Macapá como a referência para explicar os fenômenos que ocorrem em todo o aglomerado de Macapá – Santana. Por isso, Macapá é a cidade base do estudo da Centralidade Política e Econômica, já Santana aparece eventualmente sempre quando se fizer necessário, pois é inegável sua importância na Centralidade de Macapá.

Finalmente, os processos de transformação da área do Estado do Amapá em Território Federal do Amapá em 1943, a instalação da Indústria e Comércio de Minérios – ICOMI em 1950, a elevação do Território Federal do Amapá à condição de Estado em 1988, e a instalação em 1992 da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, constituíram os grandes ciclos de transformações políticas, econômicas e espaciais que resultaram na urbanização concentrada entorno de Macapá, que por sua vez, é o fundamento da condição de cidade média que a capital amapaense alcançou, bem como da centralidade política e econômica que ela passa a exercer.

#### **4 MACAPÁ: CENTRALIDADE POLÍTICA E ECONÔMICA**

As cidades sempre apresentaram um papel importante na organização do território e sempre foram ferramentas de gestão territorial e de controle de fluxo na organização de qualquer espaço. Desde o início da história, as cidades têm se constituído em locais capazes de organizar, direcionar e centralizar determinadas regiões e sub-regiões. Desta forma, algumas cidades foram desenvolvendo um poder extraordinário na polarização de fenômenos.

Em diferentes estudos Bertha Becker alertou para a importância das cidades e do urbano como instrumento importante para a compreensão da dinâmica que o território assume. A centralidade é um desses processos que torna a cidade capaz de interferir na organização do território. Essa centralidade pode ser política e econômica.

Pensar a centralidade política e econômica de Macapá requer avaliar os primeiros esforços que visaram fornecer à cidade algum papel diferenciado nesta parte da Amazônia, com destaque para os esforços do Governo Federal no sentido de ampliar, destacar o papel político de Macapá. Esse esforço está expresso na própria transformação da área em Território Federal na década de 1940.

A criação do Território Federal do Amapá permitiu não só a intervenção na cidade, mas também a montagem do aparato político e governamental em Macapá que se instituiu com a chegada do Governador Janary Nunes. Isso representou também uma iniciativa de obliterar os poderes dos fazendeiros que estavam sediados no município de Amapá, interior do Território e que até a constituição de Macapá como a principal base do novo poder político, esse município dispunha de importante influência na área.

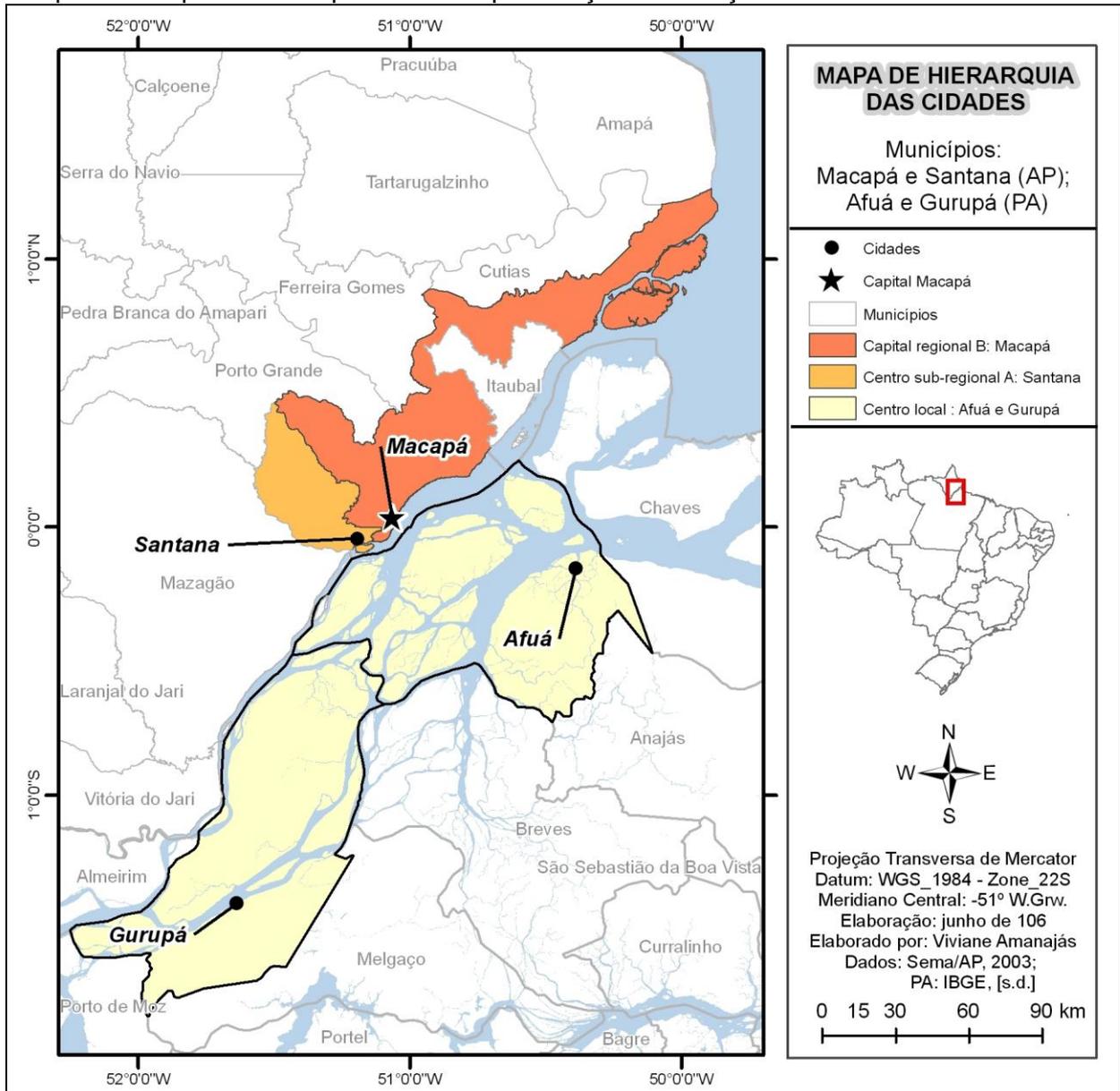
Do ponto de vista econômico Macapá experimentou na década de 1970, um esforço que tentou lhe conferir um papel econômico estratégico na área. Segundo Portilho (2012) esse esforço foi concebido especialmente pelos planos urbanos da época em que Macapá deveria assumir uma condição de entreposto para a distribuição de mercadorias na área. Tratava-se de conferir a Macapá o papel de cidade anteparo à Belém do Pará com a função de redistribuir bens oriundos da capital paraense.

No caso de Macapá enquanto cidade média, a centralidade que por ela começa a ser exercida, se constitui a partir do início da década de 1990. Isso se justifica, porque como já foi mostrado, é a partir desse período que ocorre o declínio na atividade da mineração e ao mesmo tempo, a conformação de novos processos econômicos e políticos com novos agentes políticos e econômicos, que irão impulsionar o fenômeno da centralidade. Portanto, a polarização que Macapá vem exercendo relaciona-se a este processo, que por sua vez, foi resultado da reestruturação do espaço urbano amazônico que redundou na organização de estruturas territoriais e centralidade urbana sub-regional.

Segundo Santos (2012) Macapá exerce esta centralidade através da polarização de todo o Estado do Amapá e ilhas da porção norte, oeste e noroeste do Arquipélago do Marajó no Estado do Pará. Nesse sentido, é uma centralidade estabelecida dialeticamente a partir da relação cidade-região (SPÓSITO, 2009). Essa é a dinâmica relacional estabelecida entre Macapá e a sub-região norte do Marajó.

Podemos compreender essa centralidade a partir da identificação da importância da hierarquia e do papel que Macapá tem construído sobre a condição de capital de Estado, na condição de cidade média; a partir das transformações no contexto regional, dos agentes e fluxos que congregou nos últimos anos. Os fluxos nada mais são que resultados da ação de velhos e “novos” agentes que atuam em Macapá, criando, reafirmando a posição e a polarização de serviços públicos e econômicos da capital amapaense em relação às cidades da sub-região norte do Marajó, como Gurupá e Afuá. Vejamos o mapa 04 abaixo.

Mapa 04 - Mapa de hierarquia urbana e polarização de serviços.



Esse processo de centralidade ou polarização se traduz na qualificação oficial dado à Macapá como capital regional, bem como para Gurupá e Afuá como centro de zona. Na prática é a qualificação das cidades expressa no volume de incrementos concentrados na capital amapaense e sua polarização natural sobre as duas cidades da sub-região norte do Marajó a partir dos agentes que atuam no espaço urbano de Macapá.

#### 4.1 A recente configuração dos velhos e “novos” agentes produtores do espaço urbano: a articulação da centralidade de Macapá

O estado é um agente que atuou fortemente na recente produção e articulação do espaço urbano de Macapá. Isso foi importante para que Macapá começasse efetuar algum nível de centralidade na oferta de diversos serviços e bens. Do ponto de vista da produção do espaço urbano em Macapá, o estado como em outras cidades atuou e atua como um marco regulador e como indutor dos agentes e processos.

Especialmente na década de 1990, tanto o governo estadual quanto a prefeitura municipal de Macapá organizaram diversos loteamentos, o que orientou substancialmente o ordenamento do espaço urbano de Macapá. A participação do estado na produção do espaço urbano contribuiu com a urbanização concentrada e trouxe para Macapá e Santana a conformação de um importante aparato administrativo – institucional que congrega nas duas cidades as principais instituições públicas dedicadas à oferta de serviços em todo Amapá e em certa medida para a sub-região norte do Marajó. Outro traço importante do poder público amapaense é a sua intensa participação na vida econômica das cidades, entre elas Macapá, haja vista que, uma parcela importante da população tem seu poder aquisitivo oriundo das verbas pagas ao funcionalismo público.

Os promotores imobiliários que segundo Corrêa (2003) representam um conjunto de agentes que realizam parcial ou totalmente, as operações de incorporação, financiamento, estudo técnico, construção e comercialização de imóveis; começam a se fazer mais presente nos últimos anos na cidade de Macapá e Santana, fortalecendo a configuração de Macapá como cidade média.

O quadro 01 mostra os principais promotores imobiliários que atuam no Amapá, baseado na quantidade e tamanho dos empreendimentos e na abrangência de sua atuação. Destacamos que esses agentes começaram a se instalar mais intensamente no tecido urbano de Macapá e Santana, principalmente a partir do ano 2000, e desde então, o processo vem se intensificando.

Quadro 01- Relação dos principais promotores imobiliários que atuam no Amapá.

<b>EMPRESA PRINCIPAL</b>	<b>QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS</b>	<b>ESTADOS ONDE ATUA</b>
VEX	12	Amapá
VETOR IMOBILIÁRIA	3	Amapá
VILA BELLA SPE	1	Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo e Amapá
Catedral Tower SPE 1	1	Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo e Amapá
Renda Portuguesa	3	Tocantins e Amapá
CIPASA	1	Acre, Amapá, Pará, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
ICON	6	Amapá
Construtora Meio Norte	2	Amapá
Direcional Engenharia	1	Amapá, Pará, Amazonas, Rondônia, Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul.
Manari	10	Amapá
CASA & TERRA empreendimentos	1	Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Acre, Mato Grosso e Tocantins
DM Imobiliária	1	Amapá, Goiás, Maranhão, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Rondônia, Acre, Mato Grosso e Tocantins
Dinâmica Engenharia LTDA.	1	Amapá
LGPLAN Construtora e Incorporadora LTDA	1	Amapá
SMC – Construções e Incorporações	2	Amapá
Verticalle Construções e Incorporações	2	Amapá

Fonte: Adaptado de Santos 2015.

Os proprietários fundiários são outro grupo importante nesta nova produção do espaço urbano de Macapá. Segundo Corrêa (2003) esses agentes são aqueles voltados para a especulação fundiária, portanto o interesse desse grupo se volta para o valor de troca da terra e menos para o seu valor de uso. Esses agentes vêm afirmando o seu papel no mercado da terra em Macapá a partir dos três grandes vetores de expansão urbana: eixo sul da rodovia JK, eixo oeste da rodovia Duca Serra e eixo norte na rodovia 156.

Os proprietários dos meios de produção/comércio/serviço representam outro importante agente na organização do espaço urbano de Macapá. Para Corrêa (2003) esses agentes são representados pelas grandes indústrias, comerciantes e prestadores de serviços. O caráter quase sempre grandioso de suas atividades os torna importantes consumidores de grandes espaços, necessitando de amplos terrenos e de baixo custo para que satisfaçam aos seus interesses de localização e acessibilidade.

Estes agentes são fundamentais para a compreensão das articulações regionais e sub-regionais de Macapá. É necessário frisar que a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana instalado em 1992, trouxe importante dinamismo para o comércio local. Neste sentido, o comércio corresponde a uma significativa parcela do dinamismo econômico da cidade que é composto por pequenas, médias e grandes empresas, incluindo: as importadoras, supermercados, lojas de eletrodomésticos, de materiais de construção e empreendimentos do varejo, do atacado e do atacarejo, que é uma modalidade comercial recente em Macapá e resultado da intervenção de atores comerciais de outros Estados da Federação e, em alguns casos, resultado da atuação de empreendedores locais.

A chegada de grandes áreas exclusivas de compras, a exemplo de Shopping Center, surge a partir de uma relação entre atores nacionais e elites locais. O Shopping Macapá foi o primeiro empreendimento desta natureza a se instalar na capital em 1996. Essa iniciativa parte de empresários locais chamados de Grupo Fortaleza, cuja atividade base liga-se principalmente ao ramo de supermercados.

O Amapá Garden Shopping é outro empreendimento deste porte e que já anunciava antes mesmo do início de sua construção, que sua estrutura iria reproduzir feições da arquitetura marcada por um padrão das grandes metrópoles. Sua construção foi realizada na Rodovia Juscelino Kubistchek, em frente a Universidade

Federal do Amapá - UNIFAP. Esta localização é bastante estratégica, pois, além da Rodovia JK ser uma das principais vias de articulação entre as duas cidades que concentram os maiores contingentes populacionais do Estado, reúne um crescente número de loteamentos fechados e de áreas de lazer. Este shopping é uma iniciativa de um grupo norte americano, CBL & Associates Properties em parceria com a brasileira Tenco Realty de Minas Gerais e outros dois grupos locais, o Bento Pereira<sup>6</sup> e o SEAMA<sup>7</sup>.

No que tange ao setor de serviços, Macapá dispõe de bancos públicos e privados, entre eles: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Basa, Bradesco, Itaú, HSBC e Banco Santander. Dispõe ainda, de empresas de consultorias em tecnologia da informação, contabilidade, gestão empresarial, publicidade, agrícola e pecuária (JUCAP, 2016).

Ha também várias instituições privadas de ensino superior em Macapá, e em Santana, além da Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, da Universidade Estadual-UEAP e o Instituto Federal do Amapá-IFAP. Essas instituições vêm registrando uma importante capilaridade na prestação de serviços educacionais no Amapá e sub - região norte Marajó.

A atividade industrial da mineração representa outro importante grupo localizado em Macapá. Essa atividade da mineração e suas respectivas implicações em Macapá e Santana são históricas. É um agente articulador de verticalidades e horizontalidades no processo de centralidade macapaense. Aqui, cabe destacar as mineradoras que nos últimos anos desenvolveram suas atividades no município de Pedra Branca do Amapari e transportavam o minério para o porto de Santana, mas em virtude da crise internacional que afetou o preço dessas commodities, a atividade paralisou no Estado.

Atualmente, diversos setores econômicos de Macapá passam por uma espécie de euforia em função da transferência das terras da União para o controle do Estado do Amapá, o que pode contribuir com a flexibilização na titulação das propriedades, aumentando o dinamismo no mercado de terras, podendo dessa

---

<sup>6</sup> Este grupo foi fundado a mais de 60 anos, atualmente está entre os 5 maiores grupos do Estado do Amapá, com atuação em diversos segmentos do ramo automotivo, jornalístico e construção civil. Além disso, possui franquia de uma das maiores redes hoteleiras mundiais, a Accor.

<sup>7</sup> O grupo SEAMA foi formado no ano de 2000, inicialmente criou a faculdade SEAMA em 2005 e atualmente desenvolve outras atividades na área de comunicação e saúde (Panfleto Informativo do Amapá Garden Shopping).

forma atrair as frentes de expansão do agronegócio para o Amapá, o que certamente, trará novos contornos para a centralidade de Macapá.

Há novos eventos importantes que estão relacionados com a aprovação do projeto de instalação em Macapá e Santana da Zona Franca Verde. Além disso, vive-se também a expectativa da costa do Amapá entrar na lista de regiões produtoras de petróleo. Estes últimos incrementos econômicos se confirmados desenharão igualmente um novo quadro para a centralidade política e econômica de Macapá.

Vale ressaltar no âmbito desse contexto, que mesmo sem considerar as projeções advindas da instalação da Zona Franca Verde e da atividade do petróleo como os novos incrementos econômicos, Macapá se estabelece como uma cidade cuja base econômica está relacionada ao serviço público e ao comércio. Desta forma, a centralidade da cidade se revela pela organização, distribuição de bens e serviços em todo o território amapaense e sub-região norte do Marajó.

#### 4.2 A centralidade política de Macapá

Como foi mostrado anteriormente, às últimas duas décadas, em virtude do incremento de novos processos econômicos e políticos e ao intenso processo de urbanização concentrada, especialmente no sudeste amapaense; Macapá apresentou um novo dinamismo Político, reafirmando a sua condição de capital do Estado, de fórum regional de decisões políticas e debates em torno de questões que afetam diretamente a sub-região em que está inserida, o que é resultado do fato de a cidade sediar as instituições gerenciadoras de território e conseqüentemente, fornecedoras de diferentes serviços públicos, realçando a centralidade política, que é exercida no território amapaense e na sub-região norte do arquipélago do Marajó.

A presença de instituições federais, estaduais e municipais na cidade de Macapá sempre foi uma forma de a cidade participar ativamente de algumas demandas políticas da região do Marajó. O atendimento à saúde e à educação são notadamente, os serviços mais solicitados pelas comunidades marajoaras, entre elas Gurupá e Afuá. O surgimento de instituições públicas e a expansão de algumas já existentes foi fundamental para uma maior procura das populações de Gurupá e Afuá em relação aos serviços encontrados em Macapá. Além disso, é importante destacar que uma maior proximidade territorial de Gurupá e Afuá com a cidade de

Macapá do que Belém do Pará é também uma condição para alguns fluxos dessas áreas se dirigirem para Macapá.

No quadro 02 são apresentadas as principais instituições sediadas em Macapá que atuam em território marajoara, fornecendo serviços públicos. Destacam-se a Secretaria Nacional de Agricultura e Pesca através do Departamento de Pesca e três escolas estaduais, que também cumprem com importante função na área. Estas escolas foram construídas na ilha de Santana para atender os moradores da própria ilha, ribeirinhos das ilhas próximas pertencente ao Estado do Pará. A presença dessas escolas também se deu em resposta a reivindicações de moradores da ilha de Santana e de pescadores da Ilha do Pará no Afuá e extremo norte de Gurupá.

Quadro 02 - Instituições gerenciadoras de território e fornecedoras de serviços públicos.

<b>NOME OU REPRESENTAÇÃO</b>	<b>ESFERA</b>	<b>OBJETIVO</b>	<b>ÁREA DE ATUAÇÃO</b>
Agência Nacional de Telecomunicações- <b>ANATEL/AP</b>	Federal	Regular o setor de telecomunicações para contribuir com o desenvolvimento do Brasil.	Atuação Nacional e Regional.
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis- <b>IBAMA/AP</b>	Federal	Proteger o meio ambiente e assegurar a sustentabilidade no uso dos recursos naturais, visando promover a qualidade ambiental propícia à vida.	Atuação Local
Empresa Brasileira- <b>Correios/AP</b>	Federal	Fornecer soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios, no Brasil e no mundo.	Atuação Nacional e Regional.
Polícia Federal- <b>PF/AP</b>	Federal	Apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas. Também atua nas infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme.	Atuação Nacional, Regional e Local
Capitania dos Portos-Santana	Federal	Cumprir e fazer cumprir a legislação, os atos e normas, nacionais e internacionais que regulam os tráfegos marítimos, fluvial e lacustre; fiscalizar os serviços de praticagem; realizar inspeções navais e vistorias; instaurar e conduzir Inquéritos administrativos sobre fatos e acidentes da navegação; auxiliar o serviço de salvamento marítimo; concorrer para a manutenção da sinalização náutica; e coordenar, controlar e/ou ministrar cursos do Ensino Profissional Marítimo (EPM), a fim de contribuir para orientação, coordenação e controle das atividades relativas à Marinha Mercante e organizações correlatas, no que se refere à segurança da navegação, defesa nacional, salvaguarda da vida humana e prevenção da poluição hídrica.	Atuação regional, Amapá e fluxos de embarcações para o Marajó.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- <b>IBGE/AP</b>	Federal	Retratar o Brasil com informações necessárias ao conhecimento de sua realidade e ao exercício da cidadania.	Atuação nacional, local e regional através do processamento de informações de algumas regiões do Marajó.
Universidade Federal do Amapá-	Federal	Ser uma fonte formadora de saberes e práticas das diversas	Atuação local, regional,

<b>UNIFAP</b>		áreas do conhecimento, por meio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para o desenvolvimento regional amapaense e amazônico.	e nacional através do atendimento. A fluxos de estudantes inclusive da sub-região norte do Marajó
Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuário- <b>INFRAERO/AP</b>	Federal	A Infraero tem por finalidade implantar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeroportuária e de apoio à navegação aérea, prestar consultoria e assessoramento em suas áreas de atuação e na construção de aeroportos, bem como realizar quaisquer atividades, correlatas ou afins, que lhe forem conferidas pela SAC-PR.	Atendimento local e regional, através do atendimento a sub-região do Marajó.
Instituto Nacional do Seguro Social- <b>INSS/AP</b>	Federal	Garantir proteção ao trabalhador e sua família, por meio de sistema público de política previdenciária solidária, inclusiva e sustentável, com o objetivo de promover o bem-estar social.	Atuação nacional, local e sub-regional, através da prestação de serviço a sub-região norte do Marajó.
Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República- <b>SEAP/PR-AP</b>	Federal	Assessorar direta e imediatamente o Ministro da Agricultura e Pesca na formulação de políticas e diretrizes para o desenvolvimento e o fomento da produção pesqueira e agrícola e, especialmente, promover a execução e a avaliação de medidas, programas e projetos de apoio ao desenvolvimento da pesca artesanal e industrial.	Atuação no Estado do Amapá e sub-região norte do Marajó.
Tribunal Regional Eleitoral do Amapá- <b>TRE/AP</b>	Estadual	Garantir a legitimidade do processo eleitoral visando ao fortalecimento da democracia.	Atuação no Estado do Amapá.
Agência de Pesca do Amapá- <b>PESCAP</b>	Estadual	Buscar a sustentabilidade ambiental, econômica e social da atividade pesqueira praticada, atuando em consonância com os órgãos gestores da pesca no Brasil, entendendo por atividade pesqueira e pesca extrativa e aquicultura.	Atuação no Estado do Amapá e sub-região norte do Marajó.
Secretaria de Estado da Saúde do Amapá- <b>SESA</b>	Estadual	Formular, implantar e implementar políticas públicas de saúde no Estado do Amapá, baseado nos princípios do SUS, garantindo vigilância, regulação e assistência, promovendo a participação do controle social e a satisfação do cidadão.	Atuação no Estado do Amapá e de fluxos principalmente da sub-região norte do Marajó.

Secretaria de Educação do Amapá- <b>SEED</b>	Estadual	Realizar estudos estatísticos e pesquisas educacionais para subsidiar o Sistema de Ensino, no planejamento das políticas educacionais da Secretaria Estadual de Educação e instituições afins.	Atuação no Estado do Amapá e de fluxos principalmente da sub-região norte do Marajó.
Universidade do Estado do Amapá- <b>UEAP</b>	Estadual	Promover o acesso ao conhecimento, estimulando a produção, integração e divulgação dos saberes, com a responsabilidade de formar cidadãos comprometidos com a ética, o desenvolvimento humano e sustentável dos recursos naturais, que possam contribuir para a geração de uma sociedade justa e democrática.	Atuação no Estado do Amapá e a fluxos de estudantes do da sub-região norte do Marajó.
Secretaria da Fazenda do Amapá- <b>SEFAZ</b>	Estadual	Administrar as Receitas Públicas e a Política Tributária do Estado, de forma dinâmica, moderna, eficaz e justa visando garantir os recursos para promover o desenvolvimento com justiça fiscal.	Atuação no Estado do Amapá.
Rádio Difusora de Macapá- <b>RDM</b>	Estadual	Fazer um jornalismo de qualidade, que leve em conta as peculiaridades da região e atenda aos interesses dos cidadãos da Amazônia.	Atuação principalmente no Estado do Amapá e sub-regiões do Pará.
E.E. OSVALDINA FERREIRA DA SILVA	Estadual	Ofertar ensino fundamental, médio e EJA para alunos da ilha de Santana e alunos das ilhas do entorno de Afuá e Gurupá.	Atuação na Ilha de Santana-AP e fluxos do oeste do Afuá-PA e norte do Gurupá-PA.
E.E. NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	Estadual	Ofertar ensino fundamental e EJA para alunos da ilha de Santana e alunos das ilhas do entorno de Afuá e Gurupá.	Atuação na Ilha de Santana-AP e fluxos do oeste do Afuá-PA e norte do Gurupá-PA.
E.E. LEVINDO ALVES DOS SANTOS	Estadual	Oferta ensino médio regular para alunos da ilha de Santana e alunos das ilhas do entorno de Afuá e Gurupá.	Atuação na Ilha de Santana-AP e fluxos do oeste do Afuá-PA e norte do Gurupá-PA.

Fonte: Secretaria Nacional de Patrimônio, 2016; Secretaria de Administração do Amapá, 2016.

Organização: Jonas Pastana.

O quadro 02 revela que Macapá concentra as principais instituições federais e estaduais de abrangência em todo o Amapá e na região do Marajó. São várias instituições governamentais de natureza e objetivo múltiplos, que desenvolvem ações e atendem as necessidades regionais, tanto em termos políticos quanto econômicos, atendendo o cotidiano da população amapaense, de Gurupá e Afuá na sub-região norte do Marajó. Sendo assim, é importante reconhecer que as representações políticas não governamentais também marcam a centralidade política de Macapá.

Em relação às instituições públicas cabe destacar o papel exercido pela Secretaria de Saúde de Macapá através de atendimentos como consultas médicas, exames e internações. O serviço de educação também merece destaque em função de que o atendimento especialmente da década de 1990, foi marcante através de matrículas no ensino fundamental e médio. Atualmente, as demandas voltam-se mais para a busca em instituições de ensino superior como Universidade Estadual do Amapá e instituições federais como Instituto Federal do Amapá e Universidade Federal do Amapá, que sempre atendeu demandas de estudantes egressos do Marajó. Também é marcante o papel de três escolas estaduais que atuam na Ilha de Santana. Essas escolas buscam suprir as demandas dos estudantes ribeirinhos do município de Santana, extremo oeste de Afuá e extremo norte de Gurupá.

Merece mais atenção no referido quadro a Secretaria Nacional de Pesca que coordena no Amapá o Departamento de Pesca. Também existe a Secretaria Estadual da Pesca ligada ao governo do Amapá. As duas instituições prestam importante papel nas demandas de pescadores oriundos da região Gurupá e Afuá, à medida que são as esferas que atendem as reivindicações normalmente canalizadas pelas colônias de pescadores de Macapá e Santana.

Percebe-se, também, que instituições como o Departamento da Pesca e a Secretaria da Pesca do Estado do Amapá, através da prestação de serviços públicos, acabam por contribuir com o dinamismo econômico à medida que estão vinculadas aos pescadores que abastecem o mercado de Macapá.

Tanto o Departamento da Pesca quanto a Secretaria estadual da Pesca, tem se apresentado como instâncias que servem de bases institucionais para o fortalecimento de instituições não governamentais como as colônias de

pescadores. É esta prestação de serviços pelas instituições públicas e agentes não governamentais que desenharam o cenário de influência de Macapá sobre o Estado do Amapá e em municípios paraenses no Marajó como Gurupá e Afuá.

Santos (2012) destaca a influência de Macapá sobre Amapá e sobre os municípios do Pará como Afuá e Gurupá, o que se justifica, em parte pela distância e tempo de viagem de sua cidade-sede em relação a Belém. Enquanto para Macapá as viagens de barco das cidades de Afuá e Gurupá duram em média de 05 a 10 horas. Para Belém, essas viagens duram em média dois dias no caso de Afuá e um dia partindo de Gurupá. Portanto, a proximidade é elemento importante para Centralidade de Macapá sobre as áreas em estudo. Assim, no quadro 03 estão apresentados os principais centros locais que Macapá exerce centralidade política e econômica.

Quadro 03 - Cidades que sofrem a centralidade de Macapá em diferentes níveis.

<b>CIDADES</b>	<b>DISTÂNCIA EM RELAÇÃO A MACAPÁ (km/aprox.)</b>	<b>EIXOS DE CIRCULAÇÃO</b>	<b>MEIO DE TRANSPORTE DE ARTICULAÇÃO REGIONAL</b>
<b>Afuá/PA</b>	<b>93</b>	<b>Rio Amazonas</b>	<b>Hidroviário</b>
Chaves/PA	132	Rio Amazonas	Hidroviário
<b>Gurupá/PA</b>	<b>186</b>	<b>Rio Amazonas</b>	<b>Hidroviário</b>
Almeirim/PA	398	Rio Amazonas/PA-473/BR-156	Rodoviário/Hidroviário
Amapá/AP	322	BR-156	Rodoviário
Calçoene/AP	366	BR-156	Rodoviário
Cutias/AP	110	AP-070	Rodoviário
Ferreira Gomes/AP	132	BR-156	Rodoviário
Itaubal/AP	90	AP-070	Rodoviário
Laranjal do Jari/AP	275	BR-156/Rio Jari/Rio Amazonas	Rodoviário/Hidroviário
Macapá/AP	-	-	Rodoviário/Hidroviário/Aéreo
Mazagão/AP	36	AP-010	Rodoviário
Oiapoque/AP	590	BR-156	Rodoviário
Pedra Branca do Amapari/AP	185	BR-210	Rodoviário
Pracuuba/AP	266	BR-156	Rodoviário
Porto Grande/AP	103	BR-210	Rodoviário
Santana/AP	12	AP-010	Rodoviário
Serra do Navio/AP	197	BR-210	Rodoviário
Tartarugalzinho/AP	230	BR-156	Rodoviário
Vitório do Jari/AP	290	BR-156/Rio Jari/Rio Amazonas	Rodoviário/Hidroviário

Fonte: Santos, 2012.

Considerando os quadros 02 e 03 acima, nota-se que a centralidade política e econômica exercida por Macapá em Afuá e Gurupá está relacionada ao papel

assumido pela rede de proximidade territorial e pela rede proximidade relativa. Pois, as redes de proximidade territorial e relativa constituem o palco por onde se manifesta a centralidade política e econômica de Macapá, tanto material quanto imaterial.

Portanto, as redes materiais e imateriais são componentes importantes na oferta de serviços públicos e na polarização da área, para onde o serviço é ofertado. Esse é o caso da Radio Difusora de Macapá que oferta importante serviço de comunicação para a região de Afuá e Gurupá, através de difusão de informações de utilidade pública e individual para a população dessas áreas e também o uso das redes sociais nas transações comerciais.

O serviço de saúde sempre foi um dos mais procurados pelas populações de Afuá e Gurupá. A partir da década de 1990, o atendimento à saúde dos moradores de Afuá e Gurupá experimenta momentos de expansão, diminuição e estabilização nos números de pacientes. Apesar de que o registro da origem dos pacientes só passou a ser feito a partir de 2008. Nesse caso, é possível deduzir que foi importante a procura por atendimento médico em Macapá na década de 1990. E a base para esta dedução está no significativo fluxo migratório do Marajó para Macapá registrado neste período.

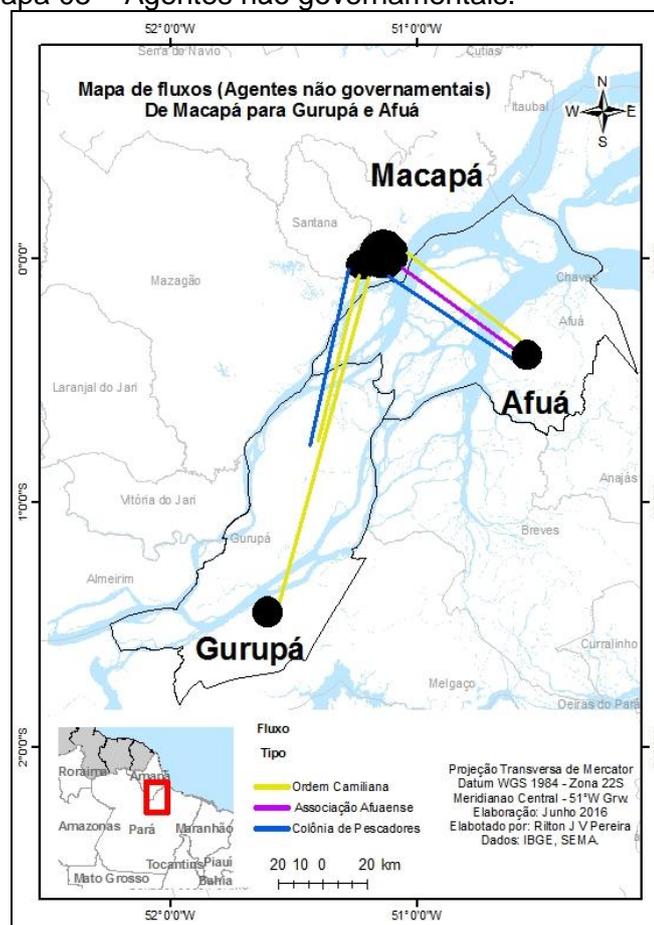
Nesse contexto, é importante ressaltar, que independentemente de qualquer variável, os registros atuais da Secretaria de Saúde do Amapá continuam indicando a procura pelo serviço em Macapá. Essa oferta de serviços de saúde feita por Macapá à Gurupá e Afuá é desenvolvida em forma de atendimento médico, efetuado pela rede pública de saúde na cidade de Belém do Pará. Esse processo é organizado e executado através de um pacto entre o Governo do Estado do Amapá e Governo do Estado do Pará, através das respectivas secretarias de saúde.

No cerne dessa discussão é pertinente destacar ainda, que antes de tratar da atuação de instituições públicas amapaenses em Gurupá e Afuá, vamos refletir sobre a atuação da Ordem dos Camilianos através do Hospital – Escola São Camilo, das Colônias de Pescadores de Macapá e Santana e por fim, a Associação dos Afuaenses; esta última já foi extinta. Estas três agentes não governamentais têm historicamente importante papel no atendimento a partir de Macapá das demandas da sub-região norte do Marajó.

#### 4.2.1 Centralidade política pela atuação de agentes não governamentais

A oferta ao atendimento à saúde para Gurupá e Afuá, além das outras demandas que a cidade de Macapá polariza nos últimos 25 anos, não tem unicamente como agente apenas as instituições públicas. A Ordem dos Camilianos com apoio da Ordem Cruz de Malta, através do Hospital – Escola São Camilo de Macapá, ligada à Igreja Católica; desenvolve na foz do Amazonas um trabalho de atendimento médico e espiritual em vários municípios marajoaras como: Chaves, Almeirim, Gurupá e Afuá no Pará. O nome do projeto é Missões Camilianas na foz do Amazonas. Outro agente é a Associação dos Afuaenses no Amapá, que atualmente está extinta, mas também exerceu importante papel para a comunidade afuaense no Amapá e finalmente, o papel das Colônias dos Pescadores de Macapá e Santana. Isso completa o quadro de agentes articuladores de centralidade, através da oferta de diferentes serviços em distintas porções de Gurupá e Afuá como mostra o mapa 05.

Mapa 05 – Agentes não governamentais.



O médico e Padre Raul Matte é um dos coordenadores do projeto. Segundo o padre Raul, o projeto é sustentado pela Ordem dos Camilianos e recebe apoio da Ordem de Cruz de Malta, que é uma organização francesa, ligada à Igreja Católica e que em Macapá, presta apoio técnico, financeiro e logístico ao projeto. Na prática, a presença dessas Ordens, demonstra que Macapá vem se transformando em um importante centro urbano escolhido por agentes com atuação internacional para articular verticalidades e horizontalidades a partir da cidade, o que consolida a centralidade política da capital amapaense na sub-região norte do Marajó à medida que é a base política mais imediata para fluxos dirigidos a esta área. Segundo o padre Raul Matte, de 1990 até 2015 saíram de Macapá várias expedições médicas e espirituais para o Marajó.

Foram feitas 427 viagens com colegas médicos para a Foz do Amazonas, eram feitas duas viagens a cada mês, uma semana sim, uma semana não e em cada viagem eram feitos em Média 300 atendimentos, 600 por mês. (José Raul Matte, Coordenador do Projeto Missões Camilianas na foz do Amazonas, entrevista realizada em 04/05/2016).

No que tange a Gurupá e Afuá, segundo o padre Raul Matte, as missões de atendimento médico e espiritual são feitas em diversas localidades. Mas, no caso de Afuá, o atendimento se concentrou principalmente na ilha do Pará, onde o papel da missão é mais emblemático, pois nessa área, a missão camiliana construiu 10 postos de saúde. Já no município de Gurupá, o atendimento se concentrou inicialmente na cidade de Gurupá, de onde a equipe se desloca para as demais localidades, especialmente para a região norte da grande ilha de Gurupá, onde atualmente atua mais intensamente.

Como demonstramos a Ordem dos Camilianos através do Hospital – Escola São Camilo não se constitui como único agente não governamental, capaz de articular centralidade política em Macapá e polarizar os interesses das populações gurupaenses e afuaenses. A associação dos afuaenses e Colônias de pescadores guardam um histórico de vínculo político de Macapá e Santana com Gurupá e Afuá. Vejamos o quadro 04.

Quadro 04 - Agentes não governamentais presentes em Macapá e com abrangência na região do Marajó

<b>Instituição</b>	<b>Objetivo</b>	<b>Local de Atuação</b>
Ordem dos Camilianos (Hospital-Escola São Camilo)	Tem o objetivo de coordenar e executar com o apoio Igreja Católica e a Ordem Cavaleiros Cruz de Malta, o projeto Missões Camilianas na Foz do Amazonas. Fornece atendimento médico e espiritual para a população ribeirinha.	Foz do Amazonas (Destaque pra a Ilha do Pará e norte da Grande Ilha de Gurupá).
*Associação Afuaense no Amapá	Promover encontros, eventos e tratar de assuntos de interesses dos migrantes de Afuá residentes no Amapá.	Amapá (principalmente as cidades de Macapá e Santana).
Colônia de Pescadores de Macapá e Colônia de Pescadores de Santana	Agregar pescadores de Macapá, Santana e Ilha do Marajó para coordenar as reivindicações frente as instituições competentes.	Amapá e Ilha do Marajó (Breves, Chaves, Gurupá e Afuá).

Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Organização: Jonas Pastana

\*Associação de Afuaenses no Amapá atuou até meados da década de 1990, quando encerrou suas atividades.

As pesquisas em campo mostraram que a Associação dos Afuaenses encerrou suas atividades em meados da década de 1990. Enquanto atuou, tinha a função de cadastrar os migrantes da região de Afuá que fixavam residência no Amapá especialmente em Macapá. Dessa forma, a associação agregava os interesses da população egressa de Afuá em Macapá e assim, tornou-se um nó articulador de vínculos principalmente entre parentes e de afirmação do grupo no Amapá a partir de Macapá. Com base na identificação cultural dos afuaenses, a associação permitia que Macapá através das elites políticas, polarizasse diversos interesses de caráter: culturais, políticos e econômicos.

O atendimento a pescadores da ilha do Marajó é outro importante exemplo de quanto Macapá através de suas instituições públicas, e agentes não governamentais vem atendendo nos últimos anos diferentes demanda das comunidades paraenses localizadas na região marajoara. Mas, antes de qualquer debate, é importante dizer que até o segundo semestre do ano de 2015, os interesses dos pescadores nas colônias de Macapá e Santana eram capturados pela Superintendência da Pesca, vinculado ao Ministério da Pesca, que foi extinto e transformado em uma Secretaria Nacional de Pesca, através da Medida Provisória nº 696 de 2 de outubro de 2015, atrelada ao Ministério da Agricultura

Esta medida provisória foi convertida na Lei nº 13.266, de 5 de Abril de 2016. De toda forma, tratamos aqui no debate do atendimento aos pescadores na Ilha do

Marajó a partir das Colônias de Macapá e Santana na esfera institucional da Secretaria Nacional da Pesca e do Departamento da Pesca, órgão que representa a Secretaria nos Estados e também a Secretaria Estadual de Pesca (Pescap), que é instituição de esfera estadual. Entretanto, nas entrevistas com os presidentes de Colônias e com outras pessoas relacionadas ao assunto. Para tanto, usaremos os nomes Ministério da Pesca e Superintendência da Pesca em virtude de que eles usaram esses antigos nomes, pois eram os que estavam acostumados a lidar até as mudanças ministeriais do governo federal.

Para além das mudanças ministeriais, é para a Secretaria Nacional da Pesca via Departamento da pesca e para o Pescap, que tanto a Colônia de Pescadores de Macapá quanto à Colônia de Pescadores de Santana pleiteiam seus interesses, ambas com pescadores de Gurupá e Afuá nos seus cadastros. É bom deixar claro, que ambas as colônias reconhecem que há sempre fluxo de não pescadores nas respectivas entidades. De acordo com as respectivas Colônias, os que não são pescadores buscam acessar principalmente benefícios como o seguro-defeso.

Independente dessa especificidade, tanto a Colônia de Pescadores de Macapá quanto a de Santana, são importantes para capitanearem as demandas dos pescadores amapaenses, cujo território de pesca se estende da costa do Amapá até a sub – região norte do Marajó, bem como de pescadores dos municípios marajoaras como: Chaves, Breves e principalmente de Gurupá e Afuá, como mostra o quadro 04 acima.

Inclusive, segundo a presidência na Colônia de Pescadores de Macapá, até o ano de 1991, existia na cidade de Afuá uma base da Colônia de Pescadores de Macapá. Esta base congregava pescadores do Afuá à Colônia de Macapá, para onde os interesses desse grupo eram polarizados.

Atualmente, de acordo com os presidentes das Colônias, existem alguns motivos importantes para os respectivos pescadores de Afuá e Gurupá buscarem cadastramento nas Colônias de Macapá e Santana, entre eles, estão a garantia de estarem mais próximos territorialmente e politicamente das instituições de governo como: Departamento da Pesca e INSS (Instituto Nacional de Seguro Social), todas em Macapá.

Essas instituições são a porta de entrada para viabilização de acesso à carteira de pescador, que é o instrumento documental necessário para acessar a outros direitos

como: o seguro-defeso, as aposentadorias, auxílio maternidade, auxílio-doença e até mesmo, a intermediação através de orientações jurídicas para acessarem a programas sociais, como o bolsa família. Isso está expresso na entrevista do senhor Francisco Viana, presidente da colônia de pescadores de Macapá.

Na nossa missão aqui na Colônia Z-1, nós demos apoio a todos esses pescadores inclusive na parte documental, por que a gente faz tudo orientação e tivemos o cuidado de organizar a documentação dele pra que não fique sem o benefício do INSS tanto nos diversos segmentos que tem auxílio maternidade, aposentadoria, auxílio doença, tudo isso a gente organiza a documentação dele para que ele adquira esse benefício no momento que ele precisa. (Francisco Viana, Presidente da Colônia de Pescadores de Macapá, entrevista realizada em 16 e 22/02/2016)

As respostas às diversas demandas dos pescadores, operadas a partir das instituições sediadas em Macapá, mostra que a centralidade de Macapá se expressa também na capacidade de organizar e processar informações.

Segundo o senhor José Vivaldo, que é presidente na Colônia de Pescadores de Santana, pelo menos 80% dos pescadores cadastrados da respectiva Colônia são originárias da Ilha do Marajó e a grande maioria deles recebem os benefícios do governo federal nas agências do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, em Macapá.

Para o senhor José Vivaldo, a proximidade física com Macapá, a organização da Colônia e articulação política da entidade para acessar as instituições competentes localizadas em Macapá são muito importantes. Na verdade trata-se de um conjunto de motivos que fazem com que os Pescadores de Gurupá e Afuá sejam centralizados através do cadastramento na Colônia de Santana.

De acordo com o senhor José Vivaldo, pelo menos a metade dos 4.500 pescadores da Colônia de Santana se cadastraram diretamente na respectiva Colônia de Santana para acessar os programas sociais do governo federal. Quanto aos demais, se cadastraram através das prefeituras de Gurupá e Afuá para receberem os valores referentes aos programas sociais como: o bolsa família, bolsa verde<sup>8</sup> e o próprio seguro-defeso em Macapá e Santana, por conta da

---

<sup>8</sup> É um programa de apoio a conservação ambiental com transferência de renda do Governo Federal, instituído pela Lei 12.512/2011.

proximidade em acessar o comércio local, bem como acessar a rede bancária por onde os programas sociais são pagos.

Frente a essa assertiva, o que se conclui independente de onde é feito o cadastramento dos pescadores nos programas sociais do governo; pelas prefeituras de Gurupá, de Afuá, ou pela Colônia de Pescadores de Santana; o recebimento dos vencimentos é polarizado por Macapá através das agências bancárias sediadas na referida capital amapaense. Isso é dito pelo senhor José Vivaldo.

Alguns fazem o cadastramento dentro do estado do Amapá e outros fazem no Pará, enquanto recebimento, o recebimento deles é no estado do Amapá, então as prefeitura, os técnicos das prefeitura principalmente de Afuá e Gurupá, eles andam junto os ribeirinhos, fazem o cadastramento, mas o recebimento é aqui. (José Vivaldo, Presidente da Colônia de Pescadores de Santana, entrevista realizada em 02/03/2016)

De acordo com o senhor José Vivaldo a proximidade territorial tanto de Macapá quanto de Santana, é importantíssima para os pescadores de Afuá e Gurupá vinculados às Colônias do Amapá. Só para se ter uma ideia os pescadores que atuam no Rio Amansa Bravo na região de Gurupá; se eles fossem se deslocar para comercializar seus produtos em Gurupá, sede do município, gastariam em média 18 horas de barco percorrendo o Rio Amazonas e correriam o risco de não ter como escoar toda a sua produção na cidade de Gurupá; enquanto que o deslocamento para o porto de Santana dura em média 6 horas de barco e tem a garantia de toda produção ser absorvida no comércio local.

Exemplo semelhante é narrado em relação aos pescadores do Rio Maniva no município de Afuá que gastam em média 7 horas para chegar à sede do município com a mesma possibilidade de não conseguir escoar toda a produção, enquanto o tempo gasto para chegar a Macapá e Santana dura em média 01 hora com a comercialização assegurada.

Ainda segundo o senhor José Vivaldo, os registros documentais importantes da maioria dos pescadores de Gurupá e Afuá vinculados à Colônia de Santana como RG, CPF, e Título de Eleitor são feitos nas instituições de Macapá, muitas vezes a partir de um segundo endereço, cuja base é Macapá ou Santana.

Na prática, o segundo endereço registrado em Macapá ou em Santana é um elemento importante no relacionamento com o comércio local, pois facilita a abertura de

crediário. Essa fidelização em crediários de Macapá e Santana dos pescadores de Gurupá e Afuá mostra um quadro de centralidade comercial de consumidores dessas áreas.

Para os presidentes das Colônias de Macapá e Santana, as reivindicações pleiteadas pelos pescadores especialmente do norte de Gurupá e da Ilha do Pará no Afuá seriam mais difíceis com um cadastramento efetuado nas suas Colônias de base, Afuá e Gurupá; considerando o distanciamento territorial das instituições públicas sediadas em Belém e uma desidentificação política dessas respectivas organizações com os agentes políticos de Belém, já que os pescadores de Gurupá e Afuá não se constituíram como uma base com força política na capital paraense como tem se tornado em Macapá. É essa força política em Macapá que permite que as Colônias sejam pressionadas pelos pescadores a buscarem no Amapá serviços públicos para o interior do Marajó, tais como segurança, postos médicos e escolas.

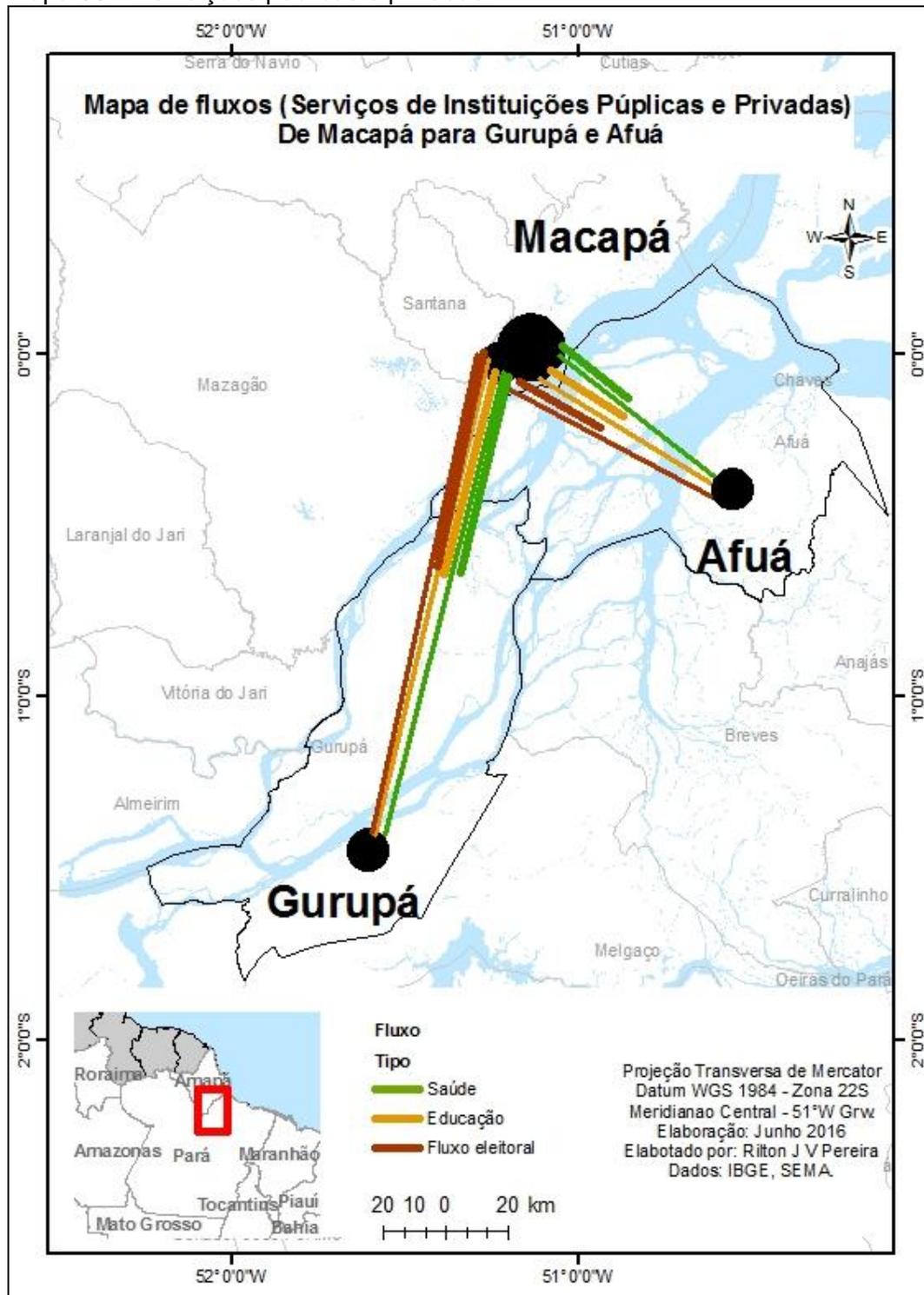
Na prática, percebe-se que as Colônias de Macapá e Santana são entidades que permitem aos pescadores de Gurupá e Afuá alcançarem algumas conquistas, principalmente do governo federal e estadual a partir de Macapá. Essas conquistas vão além das questões relacionadas à pesca, e são capturadas pelas instituições de Macapá, à medida que as Colônias têm sido também um instrumento para reivindicação em Macapá de políticas voltadas para a segurança, saúde e escolas nas comunidades de pescadores.

Portanto, a centralidade de Macapá em relação à Gurupá e Afuá através, das ações da Ordem dos Camilianos, na ação da Associação afuaense e na ação das próprias Colônias de Pescadores, mostra que a centralidade política efetuada por Macapá é uma territorialização do urbano amapaense no Marajó, que significa construir, controlar fluxos, redes e criar referências simbólicas em um território essencialmente dinâmico Haesbaert (2009) como o sudeste amapaense e a borda norte do Marajó.

#### 4.3 A centralidade política pela ação das instituições públicas e privadas no setor saúde, educação e centralidade no fluxo eleitoral

As instituições públicas e privadas de Macapá sempre atenderam as demandas do arquipélago do Marajó. Igualmente, Macapá através do fluxo migratório das últimas décadas. Na prática, Macapá transformou-se em importante espaço de polarização para serviços médicos, educacionais, além de sempre ter acolhido fluxo eleitoral de Gurupá e Afuá, como mostra o mapa 6.

Mapa 06 - Instituições públicas e privadas.



Essa centralidade é desenvolvida logicamente por várias instituições, mas os serviços de saúde, educação tem especial projeção pelo fato de serem as demandas mais frequentes das populações de Gurupá e Afuá, por isso foram as reivindicações de serviços mais percebidos nas pesquisas realizadas neste trabalho

#### 4.3.1 Saúde

A centralidade política de Macapá está relacionada principalmente com as instituições públicas ligadas à saúde e educação que mantêm suas sedes na capital Macapá. A década de 1990, serviu para consagrar Macapá como um dos primeiros centros urbanos procuradas pelas populações gurupaenses e afuaenses em busca de serviços de saúde e educação já que esse fenômeno sempre existiu, principalmente por certa precariedade destes serviços na maioria dos municípios marajoaras, realçando o papel dos agentes articuladores de centralidade em Macapá.

Pois no Marajó a assistência na Atenção Básica é deficiente, a alta rotatividade dos profissionais de saúde dificulta a implantação das Estratégias Saúde da Família em todos os municípios (RELATÓRIO ANALÍTICO DO TERRITÓRIO DO MARAJÓ, 2012, p. 29)

Esse cenário na Ilha do Marajó faz com que Macapá torne-se uma alternativa mais rápida em busca de serviços de saúde. A Secretaria Estadual de Saúde do Amapá (Sesa) reconhece sua importância no atendimento à saúde na região de Afuá e Gurupá. Apesar do sistema de registro no Amapá só passar a fazer o reconhecimento da origem do paciente a partir do ano de 2008; há o reconhecimento na referida secretaria de que o atendimento nos anos anteriores sempre foi significativo, especialmente com fluxo migratório intenso dessa região na década de 1990 para Macapá.

No âmbito dessa discussão, a divisão de registro da Sesa chama atenção ao fato de que mesmo com o registro da localidade de origem, que começa a ser feito a partir de 2008; os números não são precisos em virtude de que muitos pacientes dessas áreas fornecem endereços de familiares e amigos residentes em Macapá e Santana, pois tem a crença de que se declararem que são da ilha do Marajó, podem não receber atendimento em Macapá. De qualquer forma, a Secretaria de Saúde do Amapá vem registrando nos últimos anos um atendimento que se mantém permanente e com intervalos de crescimento e diminuição.

É o que mostra o Ministério da Saúde que entre 2008 até 2015, registrou 733 atendimentos em Macapá de pacientes oriundos de Gurupá e 3.186 atendimentos à pacientes de Afuá, totalizando 3.919 pacientes atendidos. A quantidade de pacientes desdobra-se vários procedimentos que somados representam um significativo volume de serviço ofertado, como mostra a tabela 4 abaixo, deixando claro que não são números desprezíveis os procedimentos médicos ofertados por Macapá.

Tabela 04 – Quantidade e tipos de atendimentos no período de 2008 a 2015.

GRUPO DE PROCEDIMENTO	ANO DE PROCESSAMENTO								Total
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
Ações de promoção e prevenção em saúde	1.126.353	1.504.170	1.616.731	1.229.881	877.115	981.126	1.423.748	1.674.004	10.433.128
Procedimentos com finalidade diagnóstica	1.626.967	1.832.552	1.586.580	1.711.506	2.187.445	1.568.058	2.459.772	1.871.267	14.844.147
Procedimentos clínicos	3.784.286	4.472.459	4.448.457	4.134.484	4.108.183	4.407.101	3.698.764	3.815.281	32.869.015
Procedimentos cirúrgicos	303.687	514.937	189.134	165.726	140.704	136.842	106.890	103.197	1.661.117
Transplantes de órgãos, tecidos e células	0	3.623	7.742	3.667	374	770	0	0	16.176
Medicamentos	304.259	391.391	415.881	370.624	287.470	175.282	277.787	282.555	2.505.249
Órteses, próteses e materiais especiais	504	929	3.357	6.664	443	793	996	1.342	15.028
Ações complementares da atenção à saúde	10.751	75.102	74.169	85.513	99.174	117.549	127.413	80.465	670.136
<b>TOTAL</b>	<b>7.156.807</b>	<b>8.795.163</b>	<b>8.342.051</b>	<b>7.708.065</b>	<b>7.700.908</b>	<b>7.387.521</b>	<b>8.095.370</b>	<b>7.828.111</b>	<b>63.013.996</b>

Fonte: BRASIL, Ministério da Saúde Tabwin>SIASUS>Arquivos. DEF>PAAP.\*DBC>Datusus>, 2016.

As pesquisas de campo revelaram que principalmente a região norte da grande ilha de Gurupá, especialmente a ilha de Itatupã mantém um histórico de maior relacionamento com as instituições de Macapá através de Santana. Dessa região se gasta em média de 4 horas de voadeira (pequena lancha de grande velocidade) para se chegar em Santana, enquanto que para a cidade de Gurupá gasta-se entre 8 a 12 horas; então a proximidade territorial é aqui também um elemento importante para Macapá polarizar atendimentos através de serviços de saúde e também educação no norte de Gurupá.

Para a Secretaria de Saúde Municipal de Gurupá o aumento no fluxo de pacientes de Gurupá em direção a Macapá dos último 25 anos, se deu também, por algum aumento na oferta de equipamentos de saúde em Macapá, aumento populacional em Gurupá, mas principalmente por uma mudança de visão de mundo nas populações das ilhas de Gurupá. Essa é uma impressão do secretário municipal de saúde de Gurupá, Manoel Pantoja.

Acredito que depois do ano de 1992 ocorreu um aumento no fluxo para Macapá porque aumentou a população de Gurupá, apareceu novos tipos de doença que não tinha, entendeu? Então, não é que tenha aparecido novos tipos de doença, mas é que elas se tornaram conhecidas, e aí as pessoas começaram a procurar tratamento, e a outra coisa: o nosso povo da zona rural era muito chegado ao tratamento da medicação alternativa, com o chá, o tratamento lá com o curandeiro e aí essa evolução com estudo; o povo foi entendendo que esse tratamento ajuda mas não resolve, ajuda, mas ele precisa procurar médico (Manoel Pantoja da Costa, Secretario Municipal de Saúde de Gurupá, entrevista realizada em 30/03/2016)

O fato é que independente de períodos de aumento ou diminuição nos fluxos de pacientes de Gurupá ou Afuá, Macapá confirma sua centralidade através da importância regional através da oferta de serviços médicos de suas principais instituições de saúde. No caso dos atendimentos aos pacientes de Afuá, de acordo com a Secretaria Municipal de Saúde, sempre houve um papel importante de Macapá na oferta de serviços para o respectivo município Afuá. Mas, não se pode deixar de afirmar que é inegável que nos últimos 25 anos houve um aumento na procura por atendimento em Macapá, especialmente a partir dos últimos 10 e 5 anos. Período em que houve uma modernização nos transportes através do aumento na velocidade das embarcações que transitam entre Afuá e Macapá.

O aumento na velocidade dos barcos se deu em função de que se passou a usar além dos barcos convencionais, as lanchas de alta velocidade. Só para se ter

ideia os barcos mais rápidos que eram referência em velocidade no início dos anos de 1990, gastavam em média 5 horas para fazer o percurso entre Afuá e Macapá. Com a implementação das lanchas de alta velocidade, esse tempo caiu para 1:30 minutos a 2 horas. Isso permite que o passageiro se desloque de Afuá pela manhã para vim à Macapá, e retorne para o Afuá no início da tarde, permitindo assim, uma maior participação de Macapá no cotidiano da população afuaense.

Também importante neste contexto, foi à abertura de novos estabelecimentos hospitalares nas cidades de Macapá e Santana, especialmente a partir do ano 2000. Atualmente, em Macapá são 299 unidades hospitalares, dentre estas apenas 42 são unidades públicas ligadas a Prefeitura de Macapá. Em Santana, são 64 estabelecimentos hospitalares sendo que 32 são controlados pela Prefeitura de Santana e governo do Estado (BRASIL/DATASUS, 2016).

Há dois tipos de fluxos de pacientes da Ilha do Marajó para Macapá. O primeiro é de pacientes que não passam pelo controle dos órgãos, tanto de Gurupá quanto do Afuá. São essas populações que moram na sub-região imediata a Macapá conhecida como Ilha do Pará e a sub – região norte de Gurupá próximo a Santana.

O segundo fluxo é aquele que passa pelo controle das secretarias municipais, mas este fenômeno é mais comum no Afuá, onde dependendo da gestão municipal há a presença de uma Ambulancha (pequena embarcação chamada de voadeira que transporta pacientes graves para Macapá, acompanhado por um profissional de saúde). Neste caso, há o encaminhamento médico de Afuá para Macapá, como afirma o Secretário Municipal de Saúde de Afuá, Roldão de Almeida

Fazemos o uso da referência médica que é um encaminhamento médico para o paciente e acompanhante buscarem atendimento junto à secretaria do Afuá, em seguida usamos a Ambulancha para levar-mos o paciente a Macapá. A Ambulancha é mais utilizada na urgência e emergência e nela vai frequentemente um enfermeiro ou um técnico em enfermagem acompanhando o paciente a Macapá (Roldão de Almeida Filho, Secretário Municipal de Saúde do Afuá, entrevista realizada em 11/02/2016)

Nota-se que independentemente da variação quantitativa no fluxo de pacientes de Gurupá e Afuá para Macapá, a centralidade se expressa na própria representação que uma parte importante das populações dessas áreas tem de que a capital amapaense além de ser o centro urbano mais próximo é a cidade com uma estrutura capaz de atender diferentes demandas da saúde e educação.

### 4.3.2 Educação

No que diz respeito à educação e a busca que se faz em Macapá a partir da década de 1990, existe ritmos diferenciados tanto em relação à Gurupá quanto a Afuá. A Secretaria Municipal de Educação de Gurupá interpreta que houve certo aumento na busca de serviços de educação a partir de 1990 em diante.

Esta busca por estes serviços foi polarizada tanto por Belém do Pará, Breves quanto por Macapá através de Santana. Este fluxo nos últimos anos se dá principalmente, por estudantes que empreenderam cursar o ensino médio, curso técnico, e mais intensamente o curso superior e pós-graduação nas respectivas cidades. Há também servidores municipais da educação que procuram instituições de ensino para fazerem graduação ou pós-graduação.

Neste sentido o Parfor (Plano Nacional de Formação de Professores) é uma plataforma que serve como porta de entrada para atrair servidores públicos da educação para fazerem curso superior. Existem também os próprios programas de interiorização das instituições públicas e particulares de ensino que ofertam curso superior. Os programas de interiorização são mecanismos claros de polarização de certas áreas para determinadas instituições e centros de ensino. Para a Secretaria Municipal de Educação de Gurupá, Belém e Breves polarizam os alunos da capital Gurupá e do seu entorno imediato. Já Macapá, exerce uma centralidade na atração de alunos de 16 a 25 anos residentes na região norte da grande Ilha de Gurupá, área que envolve principalmente a Ilha de Itatupã e as comunidades dos rios Baquiá, Tauarí e Jaburú. A respectiva secretaria de Gurupá identifica que nos últimos 10 a 15 anos houve aumento no fluxo de estudantes do norte de Gurupá para Macapá através de Santana.

Houve certo aumento especialmente com a instalação do ensino fundamental na zona rural de Gurupá e a medida que os alunos terminam o ensino fundamental, eles buscam no caso da região norte do município, buscam diretamente Santana e Macapá para cursarem o ensino médio e a graduação (Antônio Alho, Ex-Secretário Municipal de Educação de Gurupá, entrevista realizada em 01/04/2016)

No caso de Afuá, a Secretaria Municipal de Educação identifica predominantemente a busca do ensino superior em Macapá e reconhece duas causas para um aumento na procura do serviço de educação na capital amapaense: o primeiro é o fato de que ir para Belém torna-se mais caro para as famílias de Afuá. O segundo

fator está na expansão em Macapá do número de instituições de ensino superior, tanto públicas, quanto privadas. Em relação à expansão de instituição superior do setor privado, segundo Petri (2007) eram 10 instituições de ensino superior privado que nasceram ou que se instalaram no período de 1990 a 2005 na cidade de Macapá.

A respeito dessa expansão cabe ressaltar ainda, que esse número de instituições aumentou drasticamente após o ano de 2005. Atualmente, são 29 instituições de ensino superior em Macapá e Santana; sendo que 25 instituições de ensino superior são privadas (MEC 2016). E desse total de 25 instituições privadas de ensino superior, 23 estão sediadas na capital Macapá e 2 em Santana. Além das instituições privadas existe a Universidade Federal do Amapá-UNIFAP, que surgiu como universidade no início dos anos de 1990 e a Universidade Estadual - UEAP, concebida depois do ano 2000 e o Instituto Federal do Amapá – IFAP, concebido após o ano de 2010 (quadro 05).

Quadro 05 - Instituições de Ensino Superior público e privado de Macapá e Santana.

<b>Instituição(IES)</b>	<b>Esfera</b>	<b>Município</b>
Centro de Ensino Superior do Amapá (CEAP)	Privada	Macapá
Centro Universitário de Maringá (UNICESUMAR)	Privada	Macapá
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	Privada	Macapá
Centro Universitário Internacional (UNINTER)	Privada	Santana
Centro Universitário São Camilo (SAO CAMILO)	Privada	Macapá
Faculdade AIEC (AIEC / FAAB)	Privada	Macapá
Faculdade Atual (FAAT)	Privada	Macapá
Faculdade Brasil Norte (FABRAN)	Privada	Macapá
Faculdade de Ensino Superior da Amazônia (FESAM)	Privada	Macapá
Faculdade de Macapá (FAMA)	Privada	Macapá
Faculdade de Tecnologia de Macapá (FTA)	Privada	Macapá
Faculdade de Tecnologia do Amapá (META)	Privada	Macapá
Faculdade de Teologia e Ciências Humanas (FATECH)	Privada	Macapá
Faculdade Educacional da Lapa (FAEL)	Privada	Macapá
Faculdade Estácio do Amapá (ESTÁCIO AMAPÁ)	Privada	Macapá
Faculdade Estácio Macapá (ESTÁCIO MACAPÁ)	Privada	Macapá
Faculdade Madre Tereza (FAMAT)	Privada	Santana
Instituto de Ensino Superior do Amapá (IESAP)	Privada	Macapá
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP)	Federal	Macapá
Instituto Macapaense de Ensino Superior (IMMES)	Privada	Macapá
Universidade Anhanguera (UNIDERP)	Privada	Macapá
Universidade do Estado do Amapá (UEAP)	Estadual	Macapá
Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL)	Privada	Macapá
Universidade Estácio de Sá (UNESA)	Privada	Macapá
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Federal	Macapá
Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)	Federal	Santana
Universidade Luterana do Brasil (ULBRA)	Privada	Macapá
Universidade Norte do Paraná (UNOPAR)	Privada	Macapá
Universidade Paulista (UNIP)	Privada	Macapá
Universidade Potiguar (UNP)	Privada	Macapá

Fonte: MEC, 2016.

Neste caso da educação, a centralidade de Macapá se expressa na capacidade das instituições de atrair alunos gurupaenses e afuaenses, primeiro pelo grande crescimento no número de instituições de ensino superior privado e em seguida pela sempre atraente possibilidade de acessar uma instituição de ensino superior gratuita.

Neste sentido, é importante destacar três momentos da polarização de Macapá exercida sobre Gurupá e principalmente, sobre Afuá através das respectivas instituições de ensino superior. O primeiro é o histórico acolhimento das demandas atendidas pela Universidade Federal do Amapá aos estudantes dessas áreas. O segundo, por sua vez, foi uma projeção formal através da instalação no ano de 2002, na cidade do Afuá de uma base da Universidade Federal do Amapá através do Programa de Interiorização que funcionou até o ano de 2007, e finalmente há um movimento pendular de estudantes afuaenses que frequentam cursos modulares de pós-graduação ofertados nos finais de semana em Macapá, geralmente pelas instituições privadas.

Esse cenário consagra a centralidade de Macapá como um dos principais centros urbanos na oferta de serviços educacionais para Gurupá e Afuá. Isso é referendado pela Secretária Municipal de Educação de Afuá. Para a Secretária Municipal de Educação do Afuá, Narlene Salomão; essa significativa presença de instituições de ensino superior aliado a uma nova velocidade representada pela implementação das lanchas no trajeto entre Afuá e Macapá, vem criando um fluxo crescente de alunos de Afuá para Macapá nos finais de semana para frequentarem cursos de pós-graduação em regime modular.

#### 4.3.3 Fluxo Eleitoral

A dinâmica eleitoral não é menos importante na histórica relação de Macapá com Gurupá e Afuá, pois a participação dos eleitores dessas áreas no processo eleitoral do Amapá está relacionada com os permanentes vínculos políticos entre as áreas. Trata-se da importância que esses eleitores assumiram especialmente na década de 1990, na participação do processo eleitoral de Macapá e Santana em função do fluxo migratório contínuo dessas áreas no período (Quadro 06).

O Sistema de cadastro do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE-AP) só começou registrar a origem dos eleitores no Amapá a partir do ano 2000, mas a

instituição reconhece a importância que os eleitores da Ilha do Marajó tiveram e tem nas eleições amapaenses. Esse entendimento do TRE Amapá da importância do migrante ribeirinho é corroborado pelo fato de que durante a década de 1990, era comum a visita em Gurupá e Afuá de candidatas e políticos de Macapá e Santana no sentido de capturar o eleitorado local.

Quadro 06 - Participação dos eleitores do Afuá e Gurupá no processo eleitoral do Amapá.

Cidade de Origem	Qtd Eleitores na Origem	Período de registro eleitoral na cidade de destino	Cidade de Destino	Qtd Eleitores no Destino	Percentual de Eleitores de Afuá e Gurupá no Colegiado de Macapá e Santana
Afuá	681	2000	Macapá	144393	0,472%
Afuá	895	2005	Macapá	193931	0,462%
Afuá	1527	2010	Macapá	226127	0,675%
Afuá	690	2015	Macapá	281694	0,245%
Gurupá	107	2000	Macapá	144393	0,074%
Gurupá	124	2005	Macapá	193931	0,064%
Gurupá	245	2010	Macapá	226127	0,108%
Gurupá	67	2015	Macapá	281694	0,024%
Afuá	469	2000	Santana	41180	1,139%
Afuá	335	2005	Santana	50918	0,658%
Afuá	550	2010	Santana	61218	0,898%
Afuá	233	2015	Santana	70714	0,329%
Gurupá	273	2000	Santana	41180	0,663%
Gurupá	151	2005	Santana	50918	0,297%
Gurupá	325	2010	Santana	61218	0,531%
Gurupá	150	2015	Santana	70714	0,212%

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral /AP – 2016

No período da década de 1990 segundo Pessini e Giannella Jr (2012) nas comunidades ribeirinhas do Marajó é possível sentir de perto a lógica da política praticada nos grotões do país, segundo a qual não existe o cidadão, mas sim o voto do eleitor que é cooptado com todo tipo de promessa.

Essa prática traduz o esforço durante os anos de 1990, que as elites políticas amapaenses tiveram em polarizar para Macapá e Santana o fluxo de eleitores gurupaenses e afuaenses. Isso fica mais claro quando se observa no relatório de viagem à Gurupá de um dos membros da Ordem do Camilianos e um dos

coordenadores do projeto Missões Camilianas na Foz do Amazonas, Médico Raul Matte em Pessini e Giannella Jr (2012, p. 158).

Outra novidade que me despertou curiosidade foi a dos políticos de Macapá e Santana (Estado do Amapá) que estão freqüentando as comunidades das ilhas com sua conversa deslavada de promessas descabidas para os eleitores mudarem seus títulos eleitorais para o Amapá, onde não moram, e elegê-los nestes outros municípios.

A prática de captura eleitoral fornece indícios de quanto Macapá exerceu importante centralidade eleitoral no cotidiano dessas populações durante os anos de 1990, com a disposição de provocar a transferência do domicílio eleitoral de eleitores de Gurupá e centralizar em Macapá e Santana.

De outro lado, de acordo com a presidência do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, Desembargador Carlos Tork, a partir do ano 2000 quando o TRE - Amapá começa registrar no seu sistema a origem dos eleitores, já havia ocorrido uma redução na importância dos eleitores gurupaenses e afuaenses para os pleitos de Macapá e Santana em função da diminuição no fluxo migratório. Entretanto, percebe-se que até o ano 2000, as elites políticas de Macapá atuavam com certa força na captação da comunidade afuaense residentes em Macapá e no Afuá. Isso acabava por configurar algum nível de centralidade política de Macapá em relação à Afuá, como está posto na entrevista do Presidente do TRE-Amapá.

Na minha observação pessoal isso era comum a dez, quinze anos atrás, hoje não vejo isso, pode ser que eu não tenha acesso a essa informação. Isso existia de diversas formas, por exemplo, o que era muito comum, era a promoção de viagem para o Festival do Camarão no Afuá; você reunia boa parte da comunidade afuaense, e esses pretensos candidatos financiavam essas viagens para o Afuá, que era uma forma de captar esse voto. (Carlos Tork, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá, entrevista realizada em 26/01/2016)

A atuação das elites políticas de Macapá e Santana em Afuá através de candidatos e campanhas reflete, não só o interesse de polarizar eleitoralmente a comunidade afuaense para o interior político do Amapá, mas também funcionou e funciona como afirmação político-econômica regional de lideranças políticas e empresariais de Macapá e Santana através de contratos e programas de governo, que são usados por essas lideranças com o intuito de exercer diferentes níveis de influência nas populações residentes no município do Afuá e vinculá-las

simbolicamente, e até efetivamente, às forças políticas sediadas principalmente na capital amapaense.

#### 4.4 A Centralidade Econômica de Macapá

Não custa reiterar aqui que com o processo de estadualização no início da década de 1990, foi concebido em 1992 o Plano de Ação Governamental do Amapá, como primeiro plano de governo, no recém criado Estado do Amapá. O Plano buscou articular o Amapá com as políticas regionais. Nesse contexto, Macapá assume um papel de preponderância na articulação dos fluxos econômicos de comércio e serviços no Amapá e alguns recortes da sub-região norte do Marajó.

As atividades do comércio e de serviços relativos diretamente a dinâmica econômica são chaves para se desvendar a centralidade nos fluxos econômicos que as cidades médias exercem nas regiões onde estão inseridas, pois essas atividades trazem para o seio da cidade a sua capilaridade a partir dos agentes que constroem a rede de articulação regional e sub-regional. A gênese da centralidade da cidade, portanto, está relacionada com o tipo e a evolução dos agentes nela envolvidos.

A economia de Macapá, principalmente o comércio também se ressentiu positivamente com o plano de reestruturação produtiva implementado no Estado do Amapá na década de 1980, mas foram fundamentalmente os incrementos econômicos advindos das novas estratégias de inserção da economia amapaense no contexto regional e nacional dos anos de 1990, que ditaram os novos rumos para a economia local e garantiu destaque a economia amapaense.

Neste contexto, a configuração da economia de Macapá aliado aos seus novos papéis, proporcionou uma maior importância da cidade; o que se expressa na atração de empresas para Macapá e também para Santana, marcando uma nova fase na evolução da economia. Isso é percebido na evolução do cadastramento e habilitação de empresas, tanto na década de 1980, quanto no período de 1990 em diante (tabela 05).

Tabela 05 - Evolução empresarial de Macapá e Santana-1980 a 1990 e 1990 à 2015.

<b>PERÍODO</b>	<b>REGISTRO DE EMPRESAS EM MACAPÁ</b>	<b>REGISTRO DE EMPRESAS EM SANTANA</b>
1980 a 1990	3188	552
1990 a 2015	26448	4740
Crescimento (%)	829,6%	858,7%

Fonte: Junta Comercial do Estado do Amapá, 1980 - 1990 - 2015.

O primeiro dado importante na análise da tabela acima sobre a evolução econômica de Macapá e Santana aponta a proeminência que Macapá tem em relação a Santana quanto ao espaço polarizador de investimento no interior do aglomerado urbano. Outro elemento importante dessa expansão é a presença principalmente de setores ligados a indústria da mineração, comércio e de serviços.

Nota-se que há um crescimento significativo de empresas desde a década de 1980, mas verifica-se uma visível radicalização do cadastro e habilitação de novas empresas, principalmente em Macapá no período de 1990 em diante. Exatamente, como um visível esforço de colocar Macapá em um novo patamar econômico e, conseqüentemente, permitindo uma maior capacidade na centralidade dos fluxos econômicos a partir da polarização e da distribuição de produtos e serviços diversos.

Um dos atores mais importantes, além do Estado do Amapá, na criação de condições institucionais e administrativas para o incremento de novos agentes econômicos em Macapá, foi a Zona Franca de Manaus através da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. A respectiva Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) presidiu um período importante nessa evolução econômica através do cadastro e habilitação de empresas que chegaram no período posterior a instalação da respectiva ALCMS. O cadastro dessas empresas ocorre em diferentes setores, mas principalmente no setor de comércio. É o que mostra a tabela 6 com a quantidade de empresas atualmente habilitadas e não habilitadas.

A análise das empresas cadastradas junto a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus) revela que atualmente, a força do comércio de Macapá tem continuidade, considerando que é bem superior ao movimento de empresas dos demais setores. Desta forma, a ALCMS continua sendo uma das condições institucionais e comerciais, por onde se ergue a centralidade econômica de Macapá.

Tabela 06 - Quantidade de empresas nos municípios de Macapá e Santana atualmente cadastradas na Suframa por situação de cadastral e setor econômico.

SETOR	MACAPÁ		SANTANA	
	Habilitada	Não Habilitada	Habilitada	Não Habilitada
Agropecuária	2	8	0	1
Comércio	1.051	1.525	177	229
Cooperativa	0	1	0	0
Entidades sem fins lucrativos	4	4	0	0
Governo	3	6	1	1
Indústria sem projeto	31	55	10	19
Mineração	0	1	0	2
Serviço - Outro	145	365	11	29
Serviço Transportador	0	3	0	6
<b>Total Geral</b>	<b>1.236</b>	<b>1.968</b>	<b>199</b>	<b>287</b>

Fonte: Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Zona Franca de Manaus - COGEC / 2016.

Os dados revelam que através da série histórica de 2010 a 2015 apresentada na tabela 07 abaixo, que trata da evolução das compras de Macapá, sistematizada pela Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais - COGEC da Zona Franca de Manaus, é possível perceber melhor a primazia e uma evolução do comércio através do movimento de compra de mercadoria por Macapá e Santana.

As compras efetuadas pelo comércio de Macapá são feitas principalmente no sudeste, sul e norte do país, tidos como os maiores centros urbanos nacionais. Essa condição demonstra que Macapá como a maioria das cidades da Amazônia tem um forte traço comercial. Também por conta disso fica clara a relevância da cidade no consumo e que sua centralidade econômica se inscreve no interior da rede urbana nacional e regional a partir da divisão territorial do trabalho que é o elemento sustentador da subordinação de Macapá às principais metrópoles do país. Nesse caso, a centralidade econômica da capital amapaense é exercida no contexto sub-regional.

Tabela 07 - Evolução das compras dos municípios de Macapá e Santana por setor econômico (2010 - 2015)

MUNICIPIO	SETOR	2010	2011	2012	2013	2014	2015
<b>Macapá</b>	<b>Comércio</b>	<b>R\$ 1.707.768.253,21</b>	<b>R\$ 1.655.112.819,31</b>	<b>R\$1.901.144.473,65</b>	<b>R\$2.161.977.935,16</b>	<b>R\$1.955.704.652,22</b>	<b>R\$2.124.951.149,28</b>
	<b>Indústria</b>	R\$ 31.486.709,59	R\$ 30.340.622,26	R\$ 22.391.294,81	R\$ 19.559.870,82	R\$ 10.299.945,51	R\$ 15.195.665,98
	<b>Outros</b>	R\$ 70.669.545,91	R\$ 48.299.340,06	R\$ 75.162.243,31	R\$ 59.250.584,87	R\$ 38.990.533,71	R\$ 41.702.854,15
<b>Santana</b>	<b>Comércio</b>	R\$ 86.959.636,96	R\$ 101.249.575,10	R\$ 133.037.774,36	R\$ 171.647.377,67	R\$ 157.922.491,61	R\$ 206.997.601,91
	<b>Indústria</b>	R\$ 35.231.020,87	R\$ 39.702.108,08	R\$ 44.178.260,73	R\$ 49.233.260,51	R\$ 53.654.301,38	R\$ 63.860.776,24
	<b>Outros</b>	R\$ 18.365.556,57	R\$ 27.452.424,24	R\$ 40.088.829,01	R\$ 77.483.636,75	R\$ 60.387.488,27	R\$ 55.250.333,23

Fonte: Coordenação Geral de Estudos Econômicos e Empresariais da Zona Franca de Manaus - COGEC / 2016.

Neste sentido, Macapá vem assumindo a condição de um dos principais centros de consumo de bens e serviços na Amazônia Oriental e também de distribuição desses bens e serviços na sub-região norte do Marajó. Mas, é importante ressaltar que ao mesmo tempo em que Macapá exerce uma centralidade no consumo e distribuição de produtos nacionais para a sub-região norte do Marajó, também vem assumindo a condição de centralizadora de fluxos sub – regionais, bem como o consumo de diversos produtos da referida sub-região norte do Marajó, principalmente da produção agroextrativista.

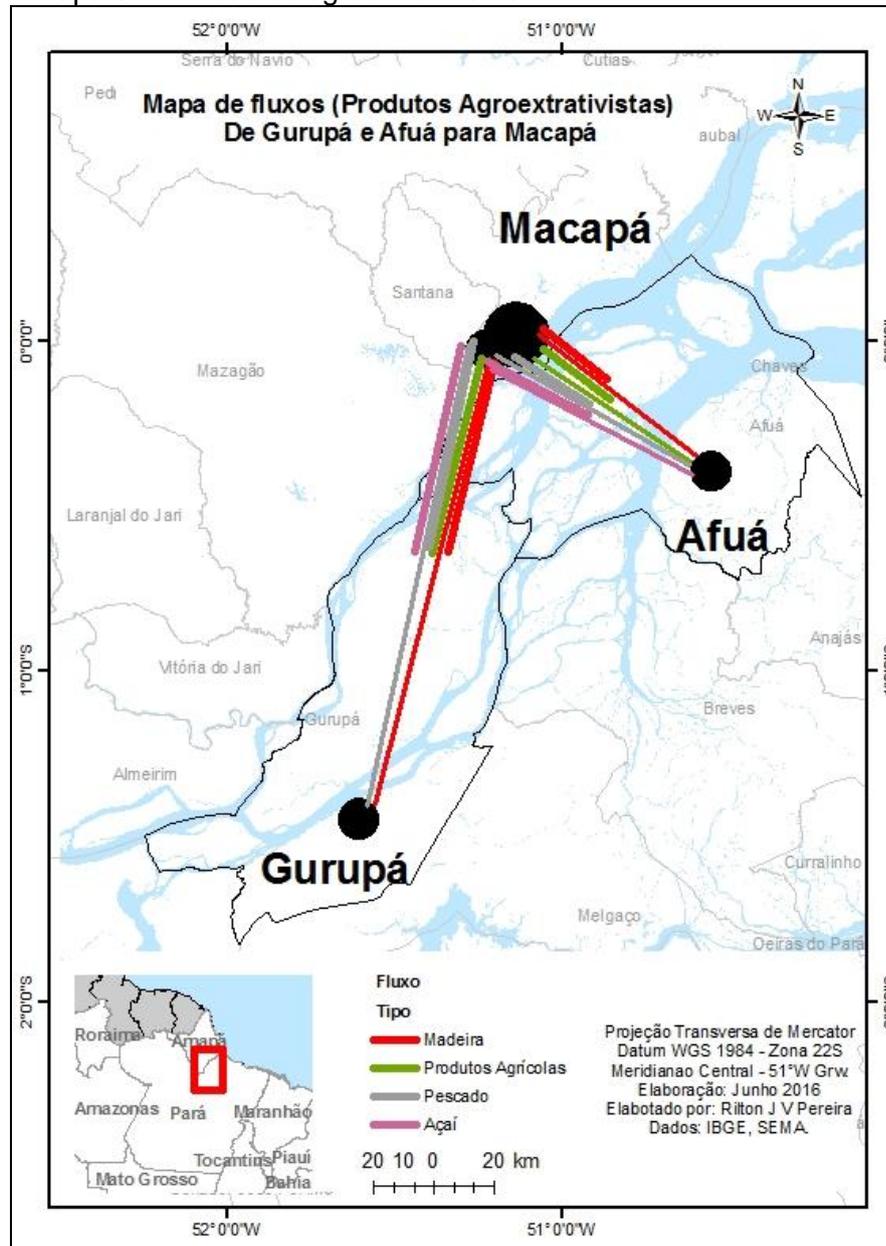
#### 4.4.1 Do Marajó para Macapá: a centralidade de Macapá no comércio de produtos agroextrativistas de Gurupá

Macapá sempre consumiu vários produtos do agroextrativismo marajoara. As áreas mais próximas como norte de Gurupá e toda a região do Afuá recebem destaque na oferta destes produtos para o mercado de Macapá. A oferta dos produtos respeita o tipo do produto, o período em que a produção ocorre e a cultura produtiva de cada área, como mostra o mapa 7.

Em relação ao comércio da madeira, é importante salientar que se identificou em pesquisas na área que até o final da década de 1980, havia um forte fluxo de grande parte da madeira da região de Gurupá para Macapá e Santana, em função da atuação da empresa de cavaco, Brumasa (Brunynzeel de Madeira S. A). Mas, desde 2006 em diante a extração da maior parte da madeira produzida pela região sul de Gurupá é feita por uma única empresa chamada Hadex (Comércio e Indústria de Madeira Ltda), localizada em Belém; portanto a capital paraense polariza o comércio da região sul de Gurupá. Pois, essa empresa destina toda a produção para a capital paraense, de onde opera a exportação.

Outro aspecto relevante a ser destacado no âmbito dessa discussão é que de acordo com o senhor Manoel de Matos, madeireiro de Gurupá que atuou muitos anos no setor; o fluxo de madeira que sai de Gurupá vem sofrendo diminuição a partir do ano de 1992, principalmente em função do esgotamento nos estoques das espécies mais comercializáveis.

Mapa 07 – Produtos agroextrativistas.



Entretanto, Gurupá mantém o fluxo desse comércio com o Amapá através da polarização do mercado de Macapá a partir de outras espécies na região norte do município, que envolve principalmente os Rios Baquiá, Mararú, Mojú. Dessa área saem as madeiras comercializadas em Macapá através das estâncias localizadas no rio Matapi, em Santana. É importante ressaltar que a Secretaria Municipal de Agricultura de Gurupá identifica que o comércio de madeira com Macapá nos últimos 05 e 10 anos começa a aumentar seu dinamismo. Acredita-se

que seja em virtude da crescente demanda na construção civil, que veio com a expansão de condomínios, principalmente em Macapá.

No que diz respeito ao comércio de produtos agrícolas, Macapá vem exercendo centralidade na produção da região norte de Gurupá através do consumo que produtos como o peixe (inclusive da piscicultura), da farinha de mandioca, mas principalmente, através do comércio do açaí. Esse comércio do açaí com a capital amapaense passa por um aumento nos últimos anos. É o que reconhece a Secretaria Municipal de Agricultura de Gurupá e o secretário municipal, Hélio Corrêa.

Eu identifico dois fatores: primeiro o aumento da produção do açaí aqui em Gurupá, segundo a procura por novos mercados; e eu posso te garantir que foi do ano de 2005 pra cá, quando se começou a potencializar mais essa questão do manejo e logo o produtor buscou mercado. E um dos mercados foi o Amapá por conta de abertura de fábricas no Amapá que fazem exportação (Hélio Correa, Secretário Municipal de Agricultura de Gurupá, entrevista realizada em 30/03/2016)

O que se percebe é um aumento na comercialização do Açaí produzido nos últimos anos na região norte de Gurupá; em Macapá e em Santana, tanto pelo consumidor local quanto por empresas de processamento e exportação do Açaí que tem se instalado em Macapá, como é o caso da empresa Amazon Fruit (Frutas da Amazônia). Esta empresa retrata a chegada de novos agentes que são dotados de uma nova capacidade de articular fluxos econômicos com a região marajoara a partir da centralidade econômica que ajudam a densificar a partir de Macapá.

#### 4.4.2 Do Marajó para Macapá: a centralidade de Macapá no comércio de produtos agroextrativistas de Afuá

No comércio agroextrativista desenvolvido entre Afuá e Macapá, é importante registrar alguns aspectos. O Afuá, assim como uma grande parte da Ilha do Marajó, tem um histórico no comércio de madeira com várias regiões. No caso do município de Afuá o comércio de madeira foi bem emblemático no final da década de 1970, em virtude da exportação que o município fazia para outros países, a exemplo dos Estados Unidos, Japão e Itália. Apesar de atualmente existir um arrefecimento no mercado exportador, o Afuá ainda conta com uma empresa que atua na exportação desde o início de 1980, que é a Empresa Exportadora de Madeira no Pará (Emapa).

Apesar do fornecimento do comércio de madeira para Macapá sempre ter existido, foi a partir de 1980 e 1990, que o comércio teve seu maior apogeu. Para dois dos principais madeireiros, atualmente de Afuá, os empresários José Cohem e Hinderburgo Seixas, o crescimento no comércio de madeira durante a década de 1990, se deu principalmente pela estabilidade do país e pelo crescimento urbano de Macapá, entretanto ocorreu uma queda após o ano 2000. Segundo o madeireiro José Cohem o aumento no comércio de madeira foi significativo nos anos de 1990.

Aumentou por que naquela época também foi quando as coisas começaram a melhorar mais, o país passou a ter uma estabilidade melhor e o pessoal começou a comprar mais, construir mais casa e aí Macapá começou a desenvolver mais, porque essa madeira foi para Macapá para aquelas partes de invasões, foi pra isso lá. (José Cohem, Proprietário da Madeireira Cajúina, entrevista realizada em 07/04/2016)

Esse antigo dinamismo faz com que a maioria dos madeireiros de Afuá trabalhem com uma estimativa de que 90% da madeira que circulava no comércio interno da área viessem para Macapá durante a década de 1990. Esses depoimentos revelam também que o aumento no comércio de madeira de Afuá, bem como de Macapá no referido período refletiu a força da economia brasileira e seu espraiamento na rede urbana nacional, mas principalmente traduzem o papel dos agentes urbanos atuantes na produção do espaço urbano de Macapá como os “excluídos”, que ajudaram na conformação de espaços segregados em Macapá, que foram as invasões construídas em áreas úmidas denominadas de ressacas.

A ressaca é um termo usado no Amapá para designar as áreas úmidas, identificadas como campos herbáceos periodicamente inundáveis, que funcionam como bacias de acumulação e drenagem das águas das chuvas. Essas áreas foram fortemente ocupadas com a urbanização dos últimos anos.

Esse processo está relacionado diretamente com a urbanização concentrada resultante da forte migração no referido período, que no caso de Macapá, chegou a uma taxa a 5,7% de crescimento populacional no período de 1991 a 2000 (IBGE, 2001). Isso expressa uma faceta interessante da centralidade econômica de Macapá em relação à Afuá, pois está relacionada com o tamanho da renda da cidade, que por sua vez mantém vínculos com o tamanho demográfico.

Os madeireiros de Afuá também identificam que do ano 2000 em diante começou a ocorrer uma diminuição no comércio de madeira entre Afuá e Macapá,

que em virtude do cerco feito pela legislação ambiental através dos órgãos de fiscalização no desembarque da madeira na capital amapaense, principalmente nos portos das pedrinhas, Igarapé da Fortaleza, Canal do Jandiá e Porto de Santana. Mas, esse arrefecimento dá sinais de mudanças através da retomada de crescimento nos últimos anos; pois Macapá continua sendo o principal polo consumidor da madeira extraída da área.

As áreas afuaenses de onde, atualmente, sai a madeira correspondem principalmente as localidades de Ilha do Meio, Charapukú e Ilha do Pará. Macapá continua exercendo centralidade no comércio com essas áreas, pois ainda é o principal polo consumidor, especialmente com o aquecimento no setor imobiliário e construção de condomínios que se estabeleceu nos últimos anos na capital amapaense.

No que diz respeito ao comércio de produtos agroextrativistas como peixe e açaí, Macapá também se constitui como um dos principais polos consumidores. A produção afuaense é comprada predominantemente por atravessadores que por sua vez revendem os produtos nas feiras e para comerciantes de Macapá e Santana. Os principais produtos agrícolas fornecidos pelo Afuá são: o açaí, a melancia, a banana, a farinha de mandioca e o maxixe.

Em Macapá, os órgãos competentes, não tem um controle efetivo da quantidade de produtos agrícolas que entram na cidade, originários da região do Afuá. Os órgãos competentes de Afuá também não tem o controle preciso desse fluxo com Macapá, entretanto, a Secretaria Municipal de Agricultura do Afuá estima que a região coloque por safra, no mercado macapaense, em média, 5 toneladas de melancia, 5 toneladas de açaí, e entre 2 e 3 toneladas de banana. Esta quantidade de produtos agrícolas, segundo a Secretaria Municipal de Agricultura do Afuá, corresponde a quase totalidade do que é produzido no município.

Entre as áreas do município de Afuá que direcionam sua produção agrícola para Macapá, destaca-se a localidade do Charapuku, de onde vem a farinha de mandioca por ser área de terra firme do município; as localidades do Jurupari, Ilha dos Porcos e Furo dos Botos, onde é produzida a melancia, a banana e o Maxixe; já o açaí é fornecido, principalmente pela ilha do Pará. A ilha do Pará também é responsável por fornecer para o mercado de Macapá o camarão e diferentes espécies de peixes.

Para o secretário Municipal de Agricultura do Afuá, o senhor Sebastião Santana, o consumo que Macapá tem feito de produtos agroextrativistas oriundos da região do

Afuá, sempre foi crescente desde os anos de 1990. A referida secretaria acredita que não houve retração na oferta de produtos. Isso se deu primeiro, porque a demanda de Macapá sempre foi crescente em função do crescimento da cidade; segundo por que Afuá não tem outro centro urbano próximo para onde possa comercializar produtos no mesmo volume e rapidez que comercializa com a capital amapaense. Desta forma, podemos entender que, a centralidade de Macapá em relação a esse comércio com Afuá tem se ampliado, o que pode ser confirmado no testemunho do senhor Sebastião Santana, Secretário municipal de agricultura de Afuá.

Nunca se identificou uma diminuição no comércio dos produtos agrícolas com Macapá. Sempre teve crescimento e esse crescimento ocorreu, eu acredito que foi por que teve um grande crescimento na população de Macapá e Santana (Sebastião Santana, Secretário Municipal de Agricultura de Afuá, entrevista realizada em 12/01/2016)

A verdade é que ao longo histórico de interações espaciais que perpassam os vínculos culturais, políticos e econômicos, entre Macapá e Afuá, acabam por refletir na polarização efetivada por Macapá no comércio dos principais produtos agroextrativistas que saem do Afuá. A partir de Portos como: o Porto do Açaí em Santana, a Rampa do Santa Inês, Igarapé da Fortaleza e Igarapé das Mulheres; Macapá também vem especialmente, nas últimas duas década exercendo importante centralidade no consumo desses produtos, pois é o centro médio mais próximo, além de que os últimos anos foram de notável incremento de agentes urbanos e de consumo desse tipo de produção. Neste sentido, percebe-se que Macapá vem aprofundando os seus tentáculos nos rincões agrícolas do município paraense.

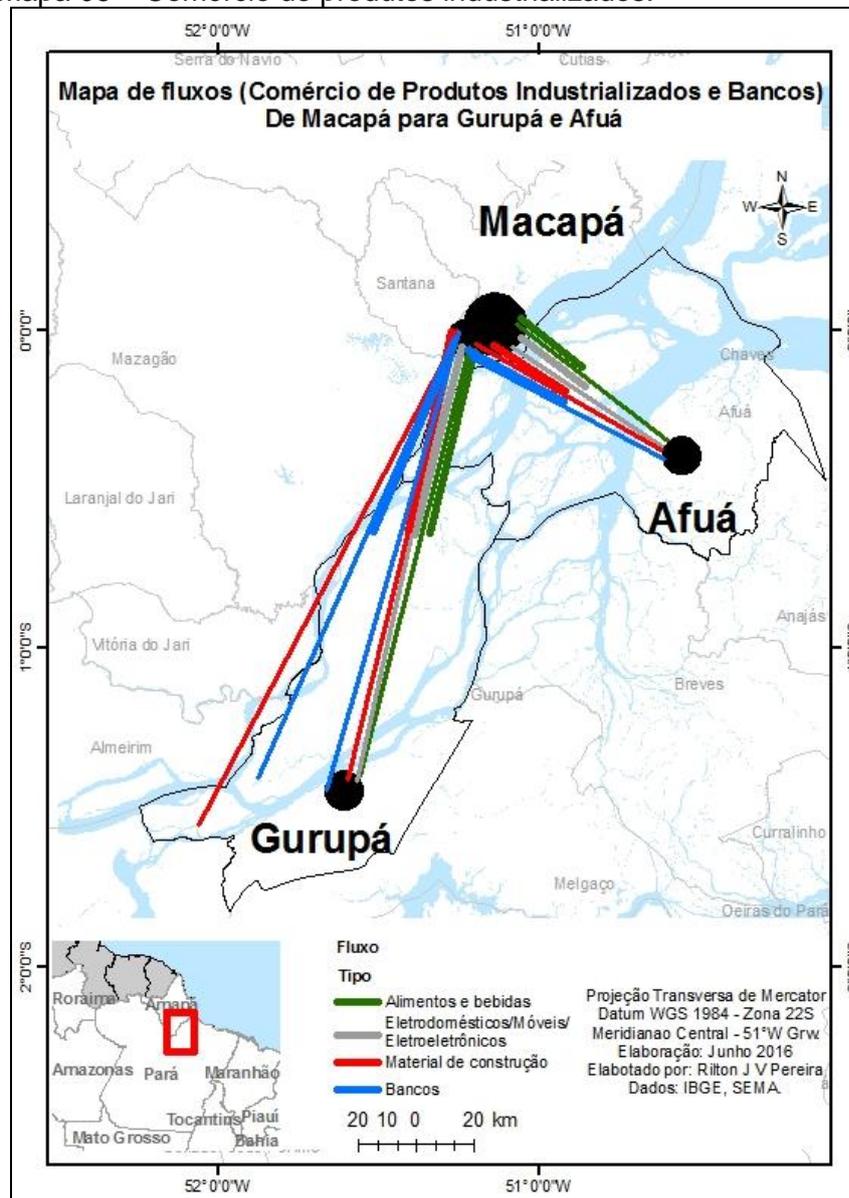
4.4.3 De Macapá para o Marajó: a centralidade de Macapá no comércio atacadista, varejista, eletrodoméstico e materiais de construção com Gurupá e Afuá.

Historicamente na Amazônia oriental, Belém do Pará sempre concentrou os maiores empreendimentos no ramo do comércio de atacado, varejo, do recente atacarejo, móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos e materiais de construção e por isso, sempre articulou os maiores fluxos comerciais nesses setores. Na condição de Metrópole regional, continua sendo o maior centro distribuidor na região, bem como todas as demandas possíveis que são reclamadas pela rede urbana comandada por ela. Entretanto, o aparecimento das cidades médias na Amazônia, a

exemplo de Macapá, permitiu que essas cidades passassem a dispor da capacidade de exercer diferentes níveis de centralidade econômica através da concentração, consumo e distribuição de produtos e serviços econômicos. Como já tratamos, a centralidade surgiu nessas cidades com o desenvolvimento de agentes econômicos capazes de articular fluxos.

É neste contexto que Macapá aparece no interior da rede urbana de Belém, assumindo cada vez mais a função de centro sub-regional e polarizando recortes da sub-região norte do Marajó, entre elas Gurupá e Afuá através de agentes do setor do comércio e serviços como os do atacado, do varejo, móveis, eletrodomésticos e serviços bancários, como mostra o mapa 8.

Mapa 08 – Comércio de produtos industrializados.



A centralidade na oferta de produtos para Gurupá e Afuá tem gradações diferenciadas, dependendo do tempo analisado, do serviço tratado e da área em questão. Nesse sentido, a centralidade de Macapá também passa por essas gradações. É o que confirma a Associação Comercial Industrial Agro-ecológica em Desenvolvimento Sustentável do Município e Distritos de Gurupá (ACIAEDES MUGUPA).

A referida associação através de seu representante Antônio Maradei, estima que até o ano 2000, Macapá ofertasse entre 50% e 70% de tudo que a cidade de Gurupá consumia e o restante era fornecido por Belém. Mas atualmente, a capital paraense abastece a cidade de Gurupá com 80% dos produtos consumidos pelo município, restando para Macapá apenas 20% deste mercado. Nesse contexto, a oferta atual do Mercado de Macapá está votada principalmente, para a região norte de Gurupá que é acessada com os barcos que saem através do Porto de Santana, veja a foto 01.

Foto 01: Embarcação que realiza viagem para o município de Gurupá



**Fonte:** Trabalho de campo 2016.

Esta ideia é reforçada com o parecer das instituições municipais e dos comerciantes de Gurupá ao reconhecer que essa parte do município apresenta

um menor dinamismo econômico em relação a capital do Pará e com a própria cidade de Gurupá.

Para a referida Associação o menor preço em Belém do Pará e a organização comercial do mercado na capital paraense são os elementos mais importantes na centralidade exercida por Belém. Soma-se a estes fatores o valor reduzido do frete cobrado pelos proprietários de embarcações que saem de Belém com destino a Gurupá. Além disso, a alta tributação para os produtos importados comercializados por Macapá; que em virtude da ALCMS, chega a 17% sobre o valor do produto. Isso tem reduzido o interesse de empresários da cidade de Gurupá em adquirir produtos importados em Macapá, pois no mercado de Belém os produtos se tornaram mais baratos.

No caso de Afuá existem algumas peculiaridades que fazem com que as relações comerciais da cidade e do município estejam voltadas muito mais para Macapá. Uma delas é a proximidade com a capital amapaense. Isso é condição para a redução do custo no transporte da mercadoria que chega à cidade de Afuá, pois em virtude da grande distância em relação a capital paraense é mais demorado muitas vezes pedir mercadorias do respectivo mercado de Belém que no mercado de Macapá. Mas, alguns produtos como roupas, calçados, gás de cozinha e combustíveis em geral são fornecidos predominantemente pelo mercado da capital paraense.

A secretaria municipal de agricultura no Afuá tem acompanhado o fluxo de mercadorias que entram na cidade de Afuá e estima que 70% dos produtos alimentícios que entram no Afuá são oriundos diretamente de Macapá e os outros 30% são ofertados pelo mercado da capital paraense. Esse predomínio comercial de Macapá em Afuá, para a referida secretaria é resultado da implementação de barcos maiores e mais rápidos, como é caso das lanchas. Além disso, existe o fenômeno da frequência nas viagens, pois, enquanto que de Belém as embarcações com produtos comerciais chegam semanalmente à Afuá, as embarcações que partem de Macapá chegam diariamente transportando passageiros e produtos, principalmente alimentação e bebidas.

Além das mudanças que ocorreram nos tipos de embarcações que transitam entre Macapá e Afuá, é obvio que as mudanças mais contundentes ocorreram na capital amapaense. Entre as diversas mudanças que ocorreram na cidade de Macapá para que ela tenha assumido em algum nível de centralidade em relação à Gurupá e Afuá, destaca-se o desenvolvimento dos setores

relacionados ao comércio de atacado, varejo e atacarejo. Estes setores são agentes decisivos na articulação de fluxos comerciais de Macapá com o interior do Estado e para a região do Marajó.

Esse setor se desenvolveu em Macapá inicialmente através de pequenos armazéns e distribuidoras que começaram a evoluir com mais intensidade nos últimos anos. Alguns desses pequenos armazéns e distribuidoras se transformaram em empresas de atacado, varejo e atacarejo que estão ampliando conectividades locais, regional e nacional através de redes imateriais, de rede aeroviária, de rodovias e no caso de Macapá com Gurupá e Afuá, principalmente a rede hidrovária.

Nesse sentido, é que já existem empresas nesse setor que são vinculadas as redes nacionais como o Atacadão localizado na Rodovia JK, zona sul de Macapá. De acordo com FECOMÉRCIO - Amapá (2016) existe atualmente em Macapá 18 empresas do ramo de atacado, varejo e atacarejo, sendo que em Santana existe apenas 1 (uma) empresa. Esse setor é fundamental para a relação que Macapá tem ao entorno.

Vale ressaltar que a dinâmica comercial de uma cidade guarda relação com a forma pela qual essa cidade se articula com o país e com a região do entorno. No caso de Macapá a conectividade com resto do país se dá por via aérea a partir do Aeroporto Internacional de Macapá, por hidrovía que tem sua base nos portos distribuídos nas bordas de Macapá e de Santana. São essas embarcações que garantem a maior parte do abastecimento no comércio local dos produtos que chegam ao Amapá saindo do sul, sudeste, norte do Brasil, passa por Belém e chega à Macapá. E a partir de Macapá a distribuição se estabelece para o interior do Estado e no caso das sub-regiões marajoaras.

Importa dizer que esse setor do comércio de atacado, varejo, atacarejo, eletrodomésticos e materiais de construção tem apresentado uma dinâmica crescente para atender as demandas internas de Macapá - Santana, do interior do Estado e da sub-região de Gurupá e Afuá. O quadro 7 abaixo mostra os principais empreendimentos que ofertam produtos para os municípios de Gurupá e Afuá.

Quadro 07 - Fluxo de produtos do comercio atacadista, varejista e atacarejo, eletrodomésticos e materiais de construção em Macapá.

<b>Nome da Empresa</b>	<b>Modalidade</b>	<b>Área para onde comercializa</b>	<b>Principais produtos Comercializados</b>	<b>Detalhamento.</b>
<b>Armazém Brasil</b>	Atacarejo	Amapá, Afuá e Gurupá	Enlatados, material de limpeza, higiene pessoal, arroz, massas.	04 clientes em Gurupá 04 clientes em Afuá. Contato por telefone.
<b>Armazém Lima</b>	Atacado	Todos os municípios do Amapá e Afuá - PA	Arroz, charque, açúcar, sabão e enlatados.	Dois clientes fixos no Afuá. Período de entrega: 5 anos. Contato por telefone.
<b>Cerealista Timbiras</b>	Atacarejo	Amapá, Afuá	Enlatados em geral e Bebidas.	50 clientes atendidos no Afuá. Fornecimento iniciou em 1996. Contato por telefone.
<b>Comercial Norte</b>	Atacarejo	Amapá, toda a sub-região Norte do Marajó.	Enlatados em geral, grãos, massas.	22 clientes em Gurupá 50 Clientes em Afuá. Contato por telefone.
<b>Atacadão</b>	Atacarejo	Amapá (Macapá e Santana)	Alimentos, bebidas e material de limpeza.	Concentra atuação em Macapá e Santana.
<b>Maracá</b>	Atacarejo	Amapá (Macapá e Santana) e interior.	Alimentos, bebidas e material de limpeza.	Concentra atuação em Macapá, Santana e interior do Estado
<b>Domestilar</b>	Eletrodomésticos	Amapá, Afuá e Gurupá	Freezer Horizontal, Roupeiro, Ventilador, TV, Celulares.	Em média são atendidos mensalmente em torno de 150 clientes ao mês de Afuá e uma menor quantidade de Gurupá Contato na loja.
<b>Tropical</b>	Material de Construção	Amapá, Afuá e Gurupá, baixo Amazonas.	Tintas, esmalte sintético, telhas fibrocimento, pregos.	O relacionamento com os clientes de Gurupá e Afuá se dá pelo WhatsApp.

Fonte: Trabalho de campo  
Organização: Jonas Pastana

As pesquisas mostraram que as relações comerciais que presidem a oferta de produtos alimentícios que saem de Macapá para Gurupá e Afuá se dão geralmente de três formas. A primeira forma é o contato direto na loja, a segunda se realiza através das ligações telefônicas feitas pelos comerciantes das cidades de Gurupá e Afuá para o centro de distribuição de Macapá. O mecanismo de contato via ligação telefônica se dá basicamente para produtos alimentícios (enlatados, grãos), bebidas, material de limpeza e material de construção. A outra forma de interação comercial diz respeito a presença do consumidor tanto de Gurupá quanto de Afuá na cidade de Macapá. Neste caso, o consumidor vem para comprar normalmente os eletrodomésticos, mas também móveis e eletroeletrônicos e a forma mais inovadora é o contato por rede social.

A forma de negociação direta é feita exatamente porque a compra de eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos exige certa precisão na escolha, pois envolve elementos subjetivos como beleza e elementos objetivos como preço e eficiência do produto. É através desses três modelos de relacionamento que o setor do atacado, do varejo, de eletrodomésticos, móveis e eletroeletrônicos, que Macapá tem ofertado produtos para Gurupá e Afuá. Dessa forma, a cidade vai erguendo sua centralidade através da inovação e intensidade de relações que frequentam as redes.

Os empreendimentos do ramo de atacado, varejo e atacarejo operam esse comércio através de uma lista de comerciantes dos municípios de Gurupá e Afuá. Os comerciantes presentes nessa lista fazem contato a partir de ligação telefônica, que é realizada para solicitar os respectivos produtos das empresas na capital amapaense. Em Macapá, os produtos pedidos são transportados pela empresa vendedora até o porto, onde o responsável pela entrega faz a conferência juntamente com o dono do barco, que por sua vez, transporta os produtos para o solicitante localizado nas cidades de Gurupá ou Afuá e localidades do entorno. No transporte desses produtos é cobrada do comprador de Gurupá ou Afuá uma taxa de 3% sobre o valor da compra.

O pagamento do produto é feito entre 20 e 30 dias após a entrega da mercadoria. Esse pagamento tanto em Gurupá quanto em Afuá é efetuado via boleto bancário em agências bancárias ou casas lotéricas presentes nas referidas cidades ligadas aos bancos de Macapá, aonde as empresas mantêm suas contas e movimentação financeira.

O pagamento também pode ser feito em qualquer banco de Gurupá e Afuá e o sistema faz a operação bancária para as contas das empresas de Macapá.

Um fenômeno interessante é o fato de que na cidade de Gurupá é comum perceber que os produtos comprados em Belém e em Macapá, são negociados nas localidades por embarcações que funcionam como os antigos regatões que saem da cidade de Gurupá vendendo produtos diversos em regime de crediário. Já no Afuá, os consumidores que não vem à Macapá, normalmente se deslocam por embarcações diretamente a cidade de Afuá para fazerem as compras uma vez por mês em média.

Aqui é importante destacar a fidelização dos clientes aos empresários locais de Afuá que fornecem produtos para a população da sede do município e para os consumidores ribeirinhos das ilhas do entorno, pois esses consumidores têm um dia específico do mês ou da semana para realizar as suas compras.

Nesse sentido, vale ressaltar ainda, que independentemente da dinâmica como o produto é comprado em Macapá pelos consumidores de Gurupá e Afuá, é importante destacar que as embarcações e os Portos ditam o ritmo na circulação de pessoas e mercadorias entre Macapá e esses dois municípios. Vejamos as fotos.

Foto 02: Porto de Gurupá



Fonte: Trabalho de campo 2016.

Foto 03: Barco de linha para Afuá



Fonte: Trabalho de campo 2016.

Portanto, a circulação de pessoas e mercadorias nas embarcações, fornece o desenho da centralidade de Macapá na oferta de saúde, educação, no consumo de produtos agroextrativistas e principalmente, no consumo de produtos industrializados ofertadas por Macapá. O quadro 8 abaixo mostra as principais embarcações que circulam entre Macapá - Afuá e Macapá - Gurupá.

Quadro 08 - Fluxos de embarcações, passageiros e mercadorias de Macapá para Gurupá e Afuá

NOME DA EMBARCAÇÃO	TRAJETO	DIA DE VIAJEM	PORTO DE SAÍDA	CAPACIDADE		FLUXO MÉDIO AFUÁ E GURUPÁ		PRINCIPAIS MERCADORIAS TRANSPORTADAS	INÍCIO
				Passageiros	Carga	Passageiros	Carga		
<b>Siamar II</b>	Santana-Vitória do Xingu	Quinta	Souza Mar	100	70 Ton.	20	1-2 Ton.	Produtos alimentícios (açúcar, arroz, feijão e charque), bebidas.	2013
<b>Ferro Boat São Pedro</b>	Santana-Gurupá-Porto de Moz - Vitória do Xingu	Sábado	Souza Mar	200	50 Ton.	10-15	1 Ton.	Produtos alimentícios, bebidas, material de construção, moveis, eletrodomésticos e eletrônicos.	2012
<b>Motor Napoleão</b>	Santana-Gurupá-Porto de Moz - Vitória do Xingu	Quarta	Souza Mar	110	40 Ton.	15	-	Produtos alimentícios (açúcar, arroz, feijão e charque), bebidas.	2008
<b>Darcy Jr</b>	Santana-Gurupá	Domingo	Souza Mar	83	70 Ton.	10-15	5 Ton.	Produtos alimentícios (açúcar, arroz, feijão e charque)	2011
<b>Cmt Juiz Afonso</b>	Santana-Gurupá	Quinta	Souza Mar	120	90 Ton.	40-60	60-80 Ton.	Produtos alimentícios (açúcar, arroz, feijão e charque), bebidas	2009
<b>Ana Beatriz</b>	Santana-Gurupá	Sexta	Souza Mar	151	98 Ton.	30	10 Ton.	Produtos alimentícios (açúcar, arroz, feijão e charque), bebidas.	1996
<b>Ferro Boat Alice</b>	Gurupá-Vitória – Xingu	Terça	Souza Mar	-	-	-	-	Produtos alimentícios, bebidas, material de construção, moveis, eletrodomésticos e eletrônicos.	-
<b>Alm. Santos (lança)</b>	Macapá-Afuá	Todo dia	Santa Inês	100	Só Bagagem de Mão	70-100	-	Passageiros e Bagagens	2014
<b>Virgem da Conceição 6 (lança)</b>	Macapá-Afuá	Todo dia	Santa Inês	151	Só Bagagem de Mão	30-80	-	Passageiros e Bagagens	2015
<b>Vigem da Conceição 5</b>		Seg/Sex	Santa Inês	300	199.733 Ton.	40-70	15 Ton.	Alimentação, eletrodomésticos, moveis, materiais de construção, banana, farinha.	2012

Fonte: Trabalho de campo  
Organização: Jonas Pastana

As embarcações sempre transportaram e transportam passageiros entre Macapá - Gurupá e Macapá - Afuá para finalidades diversas, tais como a busca de atendimento médico, fazer algum cursos em Macapá, para trabalhar, para visitar casas de parentes, que é muito comum no caso da relação Macapá – Afuá; para fazer compras e até mesmo para entretenimento.

Além, de atenderem as demandas de circulação de pessoas essas embarcações também tem cumprido o seu papel de serem os mais importantes meios de transporte de mercadorias entre Belém - Macapá e Macapá com a sub-região norte do Marajó, portanto são meios indispensáveis para consumidores das ilhas e empresas em Macapá.

A maior empresa do Amapá no ramo de eletrodomésticos é a Domestilar que atua há 34 anos no mercado com diversas lojas localizadas em Macapá e Santana. Essa empresa tem aproximadamente 100 mil clientes e age em todo o território amapaense, inclusive com filiais na cidade de Laranjal do Jarí; sul do Amapá. A empresa atua em Gurupá com vendas de eletrodomésticos, móveis, eletroportáteis, eletroeletrônicos e celulares, mas em volume ainda pequeno.

Já no comércio que envolve Domestilar no município do Afuá o panorama de atuação é mais claro e forte. Nesse mercado a atuação é mais intensa e se deu a partir do ano 2000, quando as embarcações se tornaram maiores e mais velozes. A pesquisa de campo demonstrou que o perfil dos clientes da Domestilar no Afuá é composto, principalmente por pescadores, servidores municipais e revendedores locais (atravessadores). Em média são atendidos mensalmente em torno de 150 clientes, o que representa 2% das vendas da empresa.

Os principais produtos comprados pelo mercado afuaense são aqueles pertencentes da linha branca, como: freezer horizontal, geladeiras, fogões, lavadoras; móveis em geral; os eletroportáteis como ventiladores, liquidificadores, ferro de passar e batedeira; os eletroeletrônicos como TV, mini-system, caixa amplificadora e celulares. A empresa destacou que as compras não se dão por via telefone; é presencial e no caso dos clientes que são pescadores, essas compras são feitas quando da vinda em Macapá para o recebimento de benefícios.

#### 4.4.4 De Macapá para o Marajó: a centralidade de Macapá no comércio de materiais de construção de Gurupá e Afuá

Quanto à atuação do mercado de materiais de construção foi possível identificar que a empresa denominada Tropical Materiais de Construções ligada ao Grupo Monte Materiais de Construção possui maior relevância entre as empresas deste ramo em Macapá. A referida empresa possui mais de 30 anos de atuação e nos últimos anos tem expandido suas vendas para todo o Estado do Amapá e na sub-região norte do Marajó. A atuação dessa empresa na sub-região norte do Marajó vem se dando mais efetivamente a partir do ano 2000 em diante. As áreas marajoaras que a Tropical mantém os maiores fluxos comerciais, são: os municípios paraenses de Porto de Moz, Monte Alegre, Portel, Almeirim, Breves, Óbidos, Alenquer, Chaves, Gurupá e Afuá.

Para Gurupá e Afuá, a empresa tem vendido principalmente tintas convencionais, esmalte sintético, telhas fibrocimento e pregos. De acordo com o setor de venda da empresa, tanto Gurupá quanto Afuá tem comprado volumes significativos de telhas fibrocimento nos últimos meses. Para a empresa, uma das facilidades para comercialização com a região do Marajó e principalmente, Gurupá e Afuá é o uso das redes sociais no processo de pedido da mercadoria.

Dessa forma, os clientes de Gurupá fazem o contato com a empresa por WhatsApp, que faz o registro fotográfico do produto enfatizando uma descrição básica e envia para o celular do cliente na região do Marajó. À medida que o cliente efetua a compra, o produto é transportado pela empresa e entregue nos barcos que saem dos portos em Macapá e Santana com destino à Gurupá e Afuá. O envio dos produtos só ocorre após o cliente fazer o pagamento via boleto bancário e realizar o registro fotográfico via celular do respectivo boleto e enviar até o WhatsApp do setor de vendas na empresa em Macapá.

É interessante notar que a ferramenta de relacionamento no comércio de material de construção pautado no uso largo de redes sociais como o WhatsApp está assentado em uma relação de confiança e fidelidade entre empresa e o comprador. Este é um exemplo claro de como as redes de proximidade relativa estão contribuindo para a efetivação de mecanismos que consolidam a centralidade econômica de Macapá em relação à Gurupá e Afuá.

#### 4.4.5 De Macapá para Marajó: a centralidade de Macapá no serviço exercido pela rede bancária em Gurupá e Afuá

Acredita-se que os bancos tem desenvolvido o papel de sedimentar os fluxos no interior das redes de proximidades territoriais através das redes imateriais, como por exemplo, através da rede financeira, e conseqüentemente sedimentar a centralidade política e econômica. Detectou-se que alguns bancos que estão presentes em Macapá têm algum nível de participação na articulação dos fluxos econômicos de Macapá em relação à região de Gurupá e Afuá. As pesquisas de campo demonstraram com mais clareza que existem dois bancos com notável participação na articulação desses fluxos: Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, especialmente com o município e a cidade de Afuá, como mostra o quadro 9 abaixo.

Quadro 09 - Estrutura e serviços bancários de Macapá presentes ou voltados para a sub-região norte do Marajó.

CIDADE	AGENCIA	ANO DE INSTALAÇÃO	ESTRUTURA E ATIVIDADE	VOLUME
Gurupá	-	-	-	-
Afuá	Banco do Brasil	Agosto de 2005	01 Agencia (4412): Pagamento de benefícios, venda de serviços.	-
	Caixa	Julho de 2012	01 Casa Lotérica: Pagamento de benefício, venda de serviços.	5.689 benefícios pagos

**Fonte:** Superintendência do Banco do Brasil – Amapá, Superintendência da Caixa – Amapá.  
**Organização:** Jonas Pastana.

A participação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal na vida das populações de Gurupá e Afuá se explica também pela proximidade e histórica relação econômica dessas duas áreas com Macapá. Como já mostramos o comércio de produtos agroextrativistas: como o da madeira, farinha de mandioca, peixe e açaí são os mais presentes nessa histórica relação. Para esses produtores, principalmente para o pescador a abertura de uma conta em um dos bancos em Macapá é a garantia de ter uma relação de maior confiança com o comércio de Macapá, pois a partir de uma relação formal com os bancos, é facilitada a abertura de crediário em lojas locais de Macapá.

A presença do Banco da Caixa Econômica Federal na rotina econômica dos pescadores residentes nas regiões de Gurupá e Afuá tem um efeito indiscutível na vida desse grupo à medida que é este banco que agrega e oferta a maior parte dos

pagamentos relativos aos programas sociais do Governo Federal como bolsa família, bolsa verde e de benefícios concedidos aos pescadores como o seguro defeso.

Partindo-se desse pressuposto, vale ressaltar que os valores relativos à bolsa família, bolsa verde são pagos além das agências da Caixa e casas lotéricas, também são pagos em agências do Banco do Brasil. Nesse sentido, os dois bancos vêm juntamente desenvolvendo maior capilaridade nos referidos municípios. Para o município de Gurupá, a articulação se realiza principalmente pela Caixa Econômica, quando da ida dos pescadores dessa região à cidade de Santana para receber o seguro-defeso ou os valores correspondentes aos programas sociais. Assim, a Caixa Econômica e também o Banco do Brasil acabam por articular fluxos econômicos a partir da atividade comercial dos pescadores e de qualquer outro grupo.

No que diz respeito ao papel diretamente ligado a centralidade que os bancos prestam, entre eles, o Banco do Brasil e Caixa; eles estão presentes na articulação do mercado do atacado, do varejo, do atacarejo, de eletrodomésticos, móveis, e materiais de construção, isto é, todo o mercado possível com a sub-região norte do Marajó. Isso independe da presença de agências ou casas lotéricas em Gurupá e Afuá vinculadas diretamente com os bancos em Macapá.

Na prática, tanto para empresas de Macapá como para os consumidores de Gurupá e Afuá, a rede bancária têm um papel central na efetivação das compras através das transações bancárias via boleto, pois torna a compra segura, gerando confiança nos fluxos econômicos entre as respectivas empresas sediadas em Macapá e os consumidores distribuídos em Gurupá e Afuá.

No caso específico de Afuá, como mostra o quadro 9 acima, tanto o Banco do Brasil quanto a Caixa Econômica levaram estrutura e serviços diversos para a cidade. A presença de uma agência do Banco do Brasil no Afuá ligada à Superintendência do Banco do Brasil / Amapá e uma Casa Lotérica ligada a Superintendência da Caixa Econômica / Amapá, ambas sediadas em Macapá; demonstra o quanto os fluxos econômicos, financeiros com essa sub - região são importantes na dinâmica econômica da capital amapaense e ao mesmo tempo, o grande nível nos últimos anos de inserção dessa cidade na rede urbana que Macapá exerce centralidade. Dessa forma, a rede bancária é um agente articulador de fluxo econômico entre Macapá e sub-região norte do Marajó, servindo para sedimentar o processo de centralidade Política e Econômica de Macapá em relação principalmente a área norte de Gurupá e a toda à região de Afuá.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi analisar o processo de centralidade política e econômica de Macapá na sub-região norte da ilha do Marajó, centrando a análise nas cidades de Gurupá e Afuá à luz dos processos políticos e econômicos que afetaram a constituição da rede urbana da Amazônia. Tomou-se como base aportes teóricos ensejados na produção social do espaço a partir da dinâmica territorial que presidiu a difusão da urbanização brasileira.

A urbanização brasileira se ressentiu da entrada dos novos processos econômicos, que nas últimas décadas nortearam a fronteira do capital pelo interior do território nacional. Um desses novos processos econômicos foi o estabelecimento da fronteiras do capital que trouxe uma nova organização do espaço regional brasileiro. Na Amazônia a nova fronteira do capital representou a montagem ou a remodelagem das cidades e da rede urbana.

Para Becker (2001) o estado brasileiro foi um dos grandes articuladores deste processo pelo interior do território, especialmente na Amazônia a partir da década de 1970. A fronteira do capital resultou em poderosas estratégias de ocupação da Amazônia, que por sua vez, encontrou no espaço o meio para manifestação das estratégias e na apropriação do território a condição para dirigir a ocupação. Tratou-se de um importante programa de articulação de diferentes espaços na Amazônia, que paulatinamente encontrou na urbanização da região as condições para requalificar organização regional, a dinâmica territorial e o papel das cidades.

As cidades sempre apresentaram um papel importante na organização do território amazônico, pois foram ferramentas de gestão territorial e de controle de fluxo na organização da região. Nesse sentido, essas cidades através da dimensão e do papel que assumem tem se constituído em locais capazes de organizar, direcionar e exercer centralidade em determinadas regiões e sub-regiões. Desta forma, algumas cidades na Amazônia foram desenvolvendo um poder extraordinário na polarização de fenômenos.

Os novos papéis que as cidades da Amazônia assumiram estão relacionados com a reestruturação da rede urbana na região que ganhou nova intensidade a partir da década de 1990. As metrópoles regionais como Belém e Manaus mantiveram a condição de Metrópoles, mas dentro de uma nova reestruturação da rede urbana em

virtude da emergência de novos centros regionais com capacidade de polarizar sub-regiões através na oferta de bens e serviços, que foram as cidades médias.

A rede urbana brasileira acolheu regionalmente os novos papéis que as cidades médias passaram a reclamar. É claro, que não foram papéis capazes de fazer subverter a divisão territorial do trabalho expressa na configuração das redes, mas foram papéis onde as cidades médias assumiram novas atribuições ou tiveram reforçadas as suas funções de fóruns regionais de debates e decisões políticas, de centros ofertantes de serviços públicos a partir de instituições capazes; finalmente de centros que agregam e promovem a polarização de bens e fluxos econômicos para as sub-regiões, sobre as quais essas cidades exercem centralidades.

A emergência da capital amapaense como cidade média se inscreveu no interior desta reestruturação da rede urbana na Amazônia Oriental e é resultado do incremento de processos políticos e econômicos que surgiram ou se intensificaram a partir na década de 1990. É nesse período, que Macapá é alçada a condição de cidade média para assumir novos papéis na sub-região que preside; aliado a isso o fato de ser a capital política do Amapá, o que lhe confere funções políticas e institucionais refletidas na rede urbana local através do processo de centralidade.

É preciso evidenciar que a transformação do Território Federal do Amapá em Estado do Amapá, no início dos anos de 1990, reafirmou o papel político de Macapá através da ampliação do aparato administrativo e institucional no interior do seu tecido Urbano. Também é importante realçar que a emergência de Macapá como cidade média é principalmente, resultado do crescimento urbano que a cidade tem experimentado nas últimas duas décadas, redundando em novos agentes e serviços agregados na cidade. Nesse período, houve uma urbanização concentrada em Macapá e Santana, configurando o aglomerado urbano de Macapá - Santana.

A centralidade política e econômica de Macapá não pode ser pensada sem considerar o seu papel de capital política e de cidade média. Também foi igualmente necessário reconhecer neste trabalho que as análises sobre Macapá têm mais solidez à medida que é pensada juntamente com Santana, enquanto aglomerado urbano. É necessário afirmar também que no respectivo trabalho concluiu-se que Macapá preside política e economicamente o aglomerado urbano pelo fato de sediar as principais instituições públicas e também, por ser a sede dos principais empreendimentos econômicos e conseqüentemente, processar o maior volume de atividade econômica

principalmente no setor do comércio e serviços. Por isso, a análise da centralidade política e econômica em relação à Gurupá e Santana sempre partiu de Macapá.

O respectivo trabalho nos permitiu construir inicialmente algumas conclusões. Primeiramente, que Macapá enquanto capital política do Amapá, é sede das principais instituições públicas, de agentes não governamentais, exercendo a centralidade política na oferta de serviços públicos para Gurupá, especialmente para o norte do referido município e para todo o município de Afuá, além da condição de sediar as principais instituições políticas, a proximidade territorial de Macapá em relação a referida sub-região do Marajó é condição indispensável para procura de serviços como saúde e educação por parte dessas populações.

O importante fluxo migratório de Gurupá e Afuá para Macapá nas últimas duas décadas foi elemento importante no processo eleitoral do Estado do Amapá, já que migrar para a capital amapaense representou escolher essa cidade para exercer influência política através voto, o que despertou interesses políticos nas elites políticas de Macapá em relação às populações oriundas do Marajó.

O segundo entendimento possível é que Macapá vem agregando agentes não governamentais como a Ordem Camiliana e Colônia de Pescadores. Esses agentes estabelecem centralidade no norte de Gurupá e no Afuá através de ofertas nos serviços de atendimento médico e espiritual, que é o caso da Ordem Camiliana. Através da Colônia de pescadores ocorre a transferência para Macapá das demandas por serviços públicos e comerciais de importante parcela de pescadores gurupaenses e afuaenses. As demandas desses pescadores atendidas em Macapá seriam naturalmente reclamadas em Belém do Pará se Macapá não fosse capital de Estado, facilitando a presença das instituições federais e estaduais que tratam da pesca.

A terceira e última conclusão a que se chega ao presente trabalho diz respeito à centralidade econômica de Macapá em relação à Gurupá e Afuá. É importante ressaltar que a escassez de dados oficiais sobre fluxo de mercadoria entre as regiões tratadas criou dificuldade para precisar o grau de centralidade exercida por Macapá, bem como a centralidade exercida por Belém na área. Mas, as estimativas encontradas apontam para uma centralidade de Macapá que apresenta graduações diferentes, pois depende do período envolvido, da área tratada e dos produtos e serviços comercializados. Percebe-se assim, que a centralidade econômica de Macapá em relação à Gurupá durante a década de 1990, equivalia a

um volume maior aquele que Belém ofertava, principalmente no que tange a produtos alimentícios e importados. Já a partir do ano 2000, a oferta de Macapá tem predomínio na região norte e uma das explicações está, não só na pujança do comércio da capital amapaense para alcançar essa região, mas também no fato de que essa área de Gurupá está próxima de Macapá através do Porto de Santana.

Já a centralidade econômica em relação à Afuá é mais visível, não só pelas estimativas em que as instituições municipais que apontam predomínio no comércio de Macapá, na oferta da maioria dos produtos que o município e a cidade de Afuá consomem, mas também, é uma centralidade econômica que se inscreve no profundo laço cultural que Afuá tem com Macapá. A proximidade territorial intensifica a rede de relações econômicas que se expressa no cotidiano de embarque e desembarque de mercadorias de Macapá para Afuá e Afuá para Macapá. A nova realidade de fluxo rápido permite ao empresário, ao consumidor deslocar-se até Macapá e retornar rapidamente em virtude do aumento na velocidade das novas embarcações usadas no trajeto.

Esses elementos acabam por demonstrar mais claramente que Macapá através de diferentes agentes, mantém uma forte presença econômica na área através da oferta de produtos e serviços. Isso está manifestado na presença em Afuá de uma agência do Banco do Brasil ligada a Superintendência de Macapá, bem como a presença de serviços da Caixa Econômica Federal através de uma casa lotérica também localizada na Cidade de Afuá. Esses serviços bancários tornaram-se indispensáveis na construção de uma relação mais intensa entre Afuá e Macapá através dos correntistas e de beneficiários dos programas sociais pagos pelo Governo Federal.

A efetivação das transações comerciais especialmente entre as lojas de Macapá e os clientes de Gurupá, Afuá e outras regiões do Marajó e até do Baixo Amazonas, nos setores de alimentos, eletrodomésticos e materiais de construção; são agora fortemente marcadas pelo uso de redes sociais como WhatsApp. O WhatsApp, portanto, tem se tornado uma ferramenta mediadora das negociações que definem o tipo do produto, a quantidade e o preço da mercadoria que chega até a região do Marajó e a comprovação de pagamento com boleto bancário através das fotografias enviadas aos WhatsApp das empresas em Macapá. Sendo assim, a centralidade econômica de Macapá tem nas ditas redes como redes sociais e a rede bancária, importantes mecanismos consolidadores de centralidade.

## REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, B. Q. **Políticas públicas de desenvolvimento rural: o caso do Território Rural Centro Oeste-Amapá**. Amapá, 2012. 173 folhas. (Dissertação de Mestrado) - Fundação Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Amapá, 2012.

AMARAL, M. D. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 2010. 344 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Administração. **Lista das instituições públicas sediadas em Macapá e Santana**. Macapá/AP, 2016.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Saúde do Amapá. **Fluxos de pacientes de Gurupá e Afuá com destino a Macapá**. Macapá/AP, 2016.

BASTOS, A. M. **Uma excursão ao Amapá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.

BECKER, B. **Amazônia**. 8ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

BECKER, B. **Geopolítica da Amazônia: a nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982. 233p.

\_\_\_\_\_. **Revisão das políticas de ocupação amazônica: É possível identificar modelos para projetar cenários**. Parcerias estratégicas (Brasília, Brasília, v. 12, p 135-159, 2001.

BRAGA, Erinaldo de Souza. **Mapeando o crescimento urbano da cidade de Macapá (1761-2008): descrição dos principais problemas urbanos**. (Trabalho de Conclusão de Curso), apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Urbana na Universidade Federal do Amapá, para obtenção de grau de especialista. Macapá-AP, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Ensino Superior público e privado de Macapá e Santana**. Disponível em: <[www.mec.gov.br](http://www.mec.gov.br)>. Acessado: 21 maio 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estabelecimentos hospitalares de Macapá e Santana**. Disponível em: <[www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br)>. Acessado: 28 maio 2016.

BRASIL. **Lei Nº 13.266, de 5 de abril de 2016**. Extingue e transforma cargos públicos: altera a Lei Nº 10.613, de 28 de maio de 2003, que dispõe sobre a

organização da Presidência da República e dos Ministérios, e a Lei Nº 11.457 de 11 de março de 2007: que revoga dispositivos da Lei Nº 10.683, de 28 de maio de 2003. Brasília/DF, 2016.

BRASIL. **Decreto Lei 5.812 de 13/09/1943**. Lei que institui o Território Federal do Amapá. Brasília/DF, 2016.

CARLOS, A. F. A, SOUZA, M. L, SPÓSITO, M. E. B. **A Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**, / Maria Encarnação Beltrão Spósito (Organização). – 1. Ed., 2ª reimpressão. – São Paulo: contexto 2013.

CASTELLS, M. A Estrutura urbana. In: **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. p.145-284.

CELARD, A. Análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

CORRÊA, R. L. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

\_\_\_\_\_. **Trajetórias geográficas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

\_\_\_\_\_. **O espaço urbano**. 4 ed. São Paulo: Ática, 2003. (Série Princípios) CORRÊA, R. L. **Espaço, um conceito-chave da Geografia**. In:Castro, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Org.). Geografia: conceito e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995a. P. 17 – 47.

\_\_\_\_\_. **A rede urbana**. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1994.

\_\_\_\_\_. **Região e organização espacial**. 3ª ed. São Paulo: Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. **A Periodização da Rede Urbana da Amazônia**. Revista Brasileira de Geografia, 3ª ed. Rio de Janeiro: n. 3, p. 1 a 164 Jul./Set. 1987.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativos, quantitativos e mistos**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2.ed., 2007.

DAVIDOVICH, F. R.; LIMA, O. M. B. Contribuição ao estudo de aglomerações urbanas no Brasil. In: **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro: IBGE, v. 37, jan/mar, 1975.

DEFFONTAINES, P. Como se constituiu no Brasil a rede das cidades. **Revista Cidades: Presidente Prudente**, n.1, v.1, 2004.

DIAS, L C. Redes: Emergência e Organização. In:Castro, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Org.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. P. 141 – 162.

DRUMMOND, J. A.; PEREIRA; M. de A. P. **O Amapá nos tempos do manganês: um estudo sobre o desenvolvimento de um estado amazônico 1943-2000**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO AMAPÁ. **Quantidade de empresas do atacado, varejo e atacarejo em Macapá e Santana**. Macapá/AP, 2016.

GASKELL, R. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. (org). **Pesquisa Qualitativa com textos, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 64 - 89.

GOMES, P C C. O Conceito de Região e sua discussão. In:Castro, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L (Org.). **Geografia: conceito e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 49 – 76.

GUERRA, A. T. **Estudo geográfico do Território do Amapá**. Rio de Janeiro - RJ: IBGE, 1954.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HUETAS, D. R. M. **Da Fachada Atlântica ao Âmago da Hiléia: Integração nacional e fluidez territorial no processo de expansão da fronteira agrícola**. 2007. 340 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IBGE. **Mapa Temático**. Área do fluxo de relações de Macapá e Santana para o interior e Belém. 2013.<  
ftp://geoftp.ibge.gov.br/mapas\_tematicos/politico/regionais/norte\_politico.pdf>.  
Acessado em: 11/11/2013.

\_\_\_\_\_. **Contagem populacional 2007: uma análise dos resultados do universo do censo demográfico 2000/IBGE**. Rio de Janeiro: IBGE, 2007.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2000**. Dados do Arquivo de Universo. Rio de Janeiro: Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação/IBGE, 2001.

\_\_\_\_\_. **Região de influência das cidades – REGIC 2007**. Rio de Janeiro: IBGE/MPOG, 2008.

JUNTA COMERCIAL DO AMAPÁ. **Quantidade de empresas cadastradas**: entre 1980 e 2015. JUCAP, Macapá/AP, 2016.

LENCIONI, S. **Da cidade e sua região à cidade-região**. In: SILVA, J. B; LIMA, L. C; ELIAS, D. Panorama da Geografia Brasileira. São Paulo: Annablume, 2006.

LIMA, M. de M.; NUNES, D. A. A Cidade Média de Marabá: Novas Dinâmicas Territoriais e Centralidade Urbano-regional na Amazônia Oriental. / Trabalho apresentado no **I Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade**. Rio de Janeiro - RJ – Brasil. Agosto de 2012.

MACHADO, L. O. **Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia brasileira**. Cadernos IPPUR, v. XIII, no 1, 1999, p.109-138.

MARIN, R. E. A. Agricultura no delta do rio Amazonas: colonos produtores de alimentos em Macapá no período colonial. In: **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v.8, n.1, p. 073-114, jun. 2005.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. Porto Alegre: Artmed, 2004.

**MISSÕES CAMILIANAS NA FOZ DO RIO AMAZONAS**: a serviço da vida e da saúde dos mais pobres e doentes / Organizado por Leo Pessini e Fulvio Giannella Jr. – 1 ed. – São Paulo: Centro Universitário São Camilo; Provincia Camiliana Brasileira, 2012.

ONG VIVER CIDADES. **Caracterização sócio econômica de Marabá**. Marabá/PA, 2004.

OTO, J. P. **Educação superior privada em Macapá - AP**: gênese, expansão, dilemas e desafios em um contexto de mercado (de 1990 a 2005). 2007. 201 folhas. Tese (Doutorado em Educação) Faculdade de Educação, PUCRS, Porto Alegre, 2007.

PERROUX, F. **A planificação e os pólos de desenvolvimento**. François Perroux; Jonh Friedmann; Jan Tinbergen. Edições RES limitada. Porto, 1975. 82 [6] p.

PICANÇO, E. V. **Informações sobre a história do Amapá**: 1500-1900. Macapá: Imprensa Oficial, 1981.

PORTILHO, I. S. **Políticas de desenvolvimento urbano em espaços segregados**: uma análise do pdsa na cidade de Macapá(AP). Pará, 2006. 166 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Pará, 2006.

PORTO, J. L. R. **Amapá**: principais transformações econômicas e institucionais – 1943-2000. Macapá: SETEC, 2003.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. 1. ed. São Paulo – EDITORA Ática: 1993.

REIS, A. C. F. **Território do Amapá: perfil histórico**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.

RIBEIRO, A. C. T. Pequena reflexão sobre categorias da teoria crítica do espaço: território usado, território praticado. IN: SOUZA, Maria A. A. (Org.). **Território Brasileiro: usos e abusos**. Campinas-SP: Edições Territoriais, 2003. p. 29-40.

RIBEIRO, M. Â. A rede urbana amazônica: da rede dentríca à configuração de uma rede complexa. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. **Urbanização e Cidades: perspectivas geográficas**. Presidente Prudente – SP; UNESP/FCT, 2001. p. 369 – 389.

RIBEIRO, R. **As cidades médias e a reestruturação da rede urbana amazônica: a experiência de Marabá no sudeste paraense**. São Paulo, 2010. 136 folhas. Dissertação (Mestrado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

SANTOS, E. **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa e segurança da Amazônia** / Durbens Martins Nascimento, Jadson Luis Rabelo Porto. Organizadores. Belém: NAEA, 2013.

SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. 2012. 276 folhas. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Ciência e Tecnologia do Campus de presidente Prudente, Universidade estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP, 2006. (Coleção Milton Santos; 1).

\_\_\_\_\_. **Por uma Geografia Nova**. 6. ed. São Paulo – EDUSP: 2004. (Coleção Milton Santos; 2).

\_\_\_\_\_. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo – EDUSP: 2005. (Coleção Milton Santos; 6).

\_\_\_\_\_. **Espaço e Método**. 5. ed. São Paulo – EDUSP: 2008. (Coleção Milton Santos; 12)

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metamorfoses do espaço habitado**. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC. 1994.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, R V. **Produção do Espaço Urbano Amazônico: reestruturação urbana do aglomerado urbano de Macapá e Santana no Amapá**. 2015. 208 folhas. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Socioeconômico) Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2015.

SECRETARIA NACIONAL DE PATRIMÔNIO DA UNIÃO (Brasil). **Lista das instituições federais em Macapá e Santana**. Macapá/AP, 2016.

SILVA, J. M. P. **Território e Mineração em Carajás** – 1 ed. – Belém: GAPTA/UFGA, 2013.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SOJA, E. W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: ICSA-UFGA, 2009.

\_\_\_\_\_. **Cidades médias: espaços em transição** / Maria Encarnação Beltrão Spósito (Organização) – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SPÓSITO, E. S.; SPÓSITO, M. E. B.; OSCAR, S.; **Cidades médias: produção do espaço** / Eliseu Savério Spósito, Maria Encarnação Beltrão Spósito, Oscar Sobarzo (Organização) – 1 ed. – São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo**. 2004. 508f. Tese (Livre Docência). Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

\_\_\_\_\_. **As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos**. In: Maria Encarnação Beltrão Spósito (Org.) *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. São Paulo: UNESP, 2001b.

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS (Amazonas). Coordenação Geral de estudos econômicos e empresariais da Zona Franca de Manaus – COGEC. **Quantidade de empresas e volume de compra por Macapá e Santana**. Manaus/AM, 2016.

TOSTES, J. A. **Planos Diretores no Estado do Amapá: uma contribuição para o desenvolvimento regional.** Macapá: José Alberto Tostes, 2006.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (Amapá). **Fluxo de eleitores de Gurupá e Afuá para Macapá: entre 2008 e 2015.** Macapá/AP, 2016.

TRINTADE JR., S. C. **Uma Floresta Urbanizada? Legado e Desdobramentos de uma Teoria sobre o Significado da Cidade e do Urbano na Amazônia.** Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), Universidade Federal do Pará (UFPA). Espaço Aberto, PPGG - UFRJ, V. 3, N.2, p. 89-108, 2013.

\_\_\_\_\_. A Amazônia oriental brasileira: processos de territorialização e perspectivas de fragmentação política do espaço. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica / Independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX-XX.** Universidad Nacional de Colômbia. Bogotá, 7 a 11 de mayo de 2012.

\_\_\_\_\_. Cidades Médias na Amazônia Oriental. Das novas centralidades à fragmentação do território. In: **R. B. Estudos Urbanos e Regionais.** V. 13, N. 2 / novembro 2011.

TRINTADE JR., S. C.; PEREIRA, J. C. M. Reestruturação da Rede Urbana e Importância das cidades médias na Amazônia Oriental. In: **Cidades médias: espaço em transição / Maria Encarnação Beltrão Sposito (organização)—1.ed.—São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 313 – 342.**

TRINTADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Paka-Tatu, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. **Relatório Analítico do Território do Marajó.** Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. UFPA, Belém/PA, 2012. 79 p.

VELTZ, Pierre Zonas, polos, Redes: La economia de Archipiélago. In: **\_.Mundialización, Ciudades y Territorios.** Barcelona: Ariel, 1999.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba-PR: Ed. UFPR, 2004.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Nobel, 2001. 373p.

## APÊNDICE A – Entrevistas com gestores públicos em Macapá

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ROTEIRO DE ENTREVISTA  
GESTORES PÚBLICOS – MACAPÁ - TRE**

**NOME DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**SEXO:** MASC. ( ) FEM. ( ) **1.2. IDADE:** \_\_\_\_\_

**FONE:** \_\_\_\_\_ **e- mail:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_\_ **DE** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

**LOCAL: MACAPÁ.**

1. Existe algum tipo de mapeamento do TRE feito nos últimos 10 e 25 anos que possa identificar no colégio eleitoral de Macapá – Santana os eleitores originários da região das ilhas do Marajó, especialmente de Afuá e Gurupá? Que implicações esses eleitores têm na dinâmica política e eleitoral de Macapá e Santana?
2. O TRE, você identifica nos últimos 10 e 25 anos algum período em que diminuíram ou intensificaram fluxos de eleitores, isto é, mudança de domicílio eleitoral de (Afuá/Gurupá) para Macapá - Santana? Qual período?
3. Em sua opinião, quais as principais razões que tem levado nestes últimos 10 e 25 anos a essas mudanças de domicílio eleitoral de Afuá e Gurupá para Macapá – Santana?
4. Como o Tribunal lida com os eleitores que mantêm duas residências: uma no Afuá ou Gurupá e outra em Macapá – Santana? Essa situação é frequente? E que implicação essa situação tem atuação e na plataforma dos candidatos?
5. É possível identifica nos últimos 10 e 25 anos algum período em que diminuiu ou intensificou a interferência de partidos e líderes políticos de Macapá-Santana na vida política de Afuá e Gurupá? Em sua opinião, isso ocorreu por quais razões?
6. Em sua opinião, já existiu nos últimos 10 e 25 anos ou existe algum esforço por determinados candidatos de Macapá e Santana que antes dos pleitos, buscam atuarem politicamente em Afuá e Gurupá com o fim de cooptarem previamente eleitores e familiares a ponto de os induzirem na mudança de colégio eleitoral de Afuá e Gurupá para Macapá-Santana? Como isso ocorre?
7. Em sua opinião, existe influência na vida política e econômica da ilha do Marajó, especialmente em Afuá e Gurupá dos partidos e dos representantes políticos eleitos em Macapá e Santana? Porque isso ocorre? Como ocorre?

8. Em sua opinião, existem conflitos, enfrentamentos de partidos e líderes políticos de Macapá com os partidos, os líderes políticos, as organizações sociais e associações do Pará localizadas em Afuá e Gurupá? Como isso ocorre? Por que correm?

9. Em sua opinião, se existe ou se ainda não existe; é importante uma cooperação, uma parceria entre o Tribunal Eleitoral do Amapá e Tribunal Eleitoral do Pará para tratar de Afuá e Gurupá, bem como com diferentes organizações sociais, associações desses municípios?

10. Em sua opinião, como é possível consolidar e aperfeiçoar o funcionamento de uma cooperação como essa e quais os benefícios para o Pará, Macapá-Santana, para o processo eleitoral, candidatos e eleitores envolvidos?

## APÊNDICE B – Entrevistas com gestores públicos em Gurupá

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
ROTEIRO DE ENTREVISTA  
GESTORES PÚBLICOS DA SAÚDE**

**NOME DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**SEXO:** MASC. ( ) FEM. ( ) **1.2. IDADE:** \_\_\_\_\_

**FONE:** \_\_\_\_\_ **e- mail:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_\_ **DE** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

**LOCAL:** \_\_\_\_\_.

1. Quais os principais motivos que levam pacientes de Gurupá buscarem atendimento em Macapá?

2. Você identifica nos últimos 10 e 25 anos algum período em que diminuíram ou intensificaram os fluxos de pacientes de Gurupá para Macapá? Em sua opinião, isso ocorreu por quais razões?

3. Quais as principais doenças que obrigam os pacientes de Gurupá irem à Macapá?

4. Na sua opinião, quantos pacientes se deslocam de Gurupá para buscarem atendimento em Macapá?

Na semana:

No mês:

No ano

5. Como a Secretaria de Saúde de Gurupá participa do deslocamento de pacientes até Macapá? Existe algum suporte dado a esses pacientes?

6. Em sua opinião, se existe ou se ainda não existe, é importante uma cooperação formal entre a Secretaria de Saúde de Gurupá e Secretaria de Saúde do Amapá?

7. Em sua opinião, como funciona ou poderia funcionar essa cooperação?

8. Em sua opinião, o Estado do Amapá através de Macapá deveria participar mais ativamente no atendimento à pacientes do município de Gurupá?

Por quê?

Como?

10. Atualmente, existe alguma parceria da Secretaria de Saúde de Gurupá com outras instituições de Macapá – Santana que não seja a da Secretaria da Saúde? Quais? E Por quê?

## APÊNDICE C – Entrevistas com gestores públicos do Afuá

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA ROTEIRO DE ENTREVISTA GESTORES PÚBLICOS DA EDUCAÇÃO

**NOME DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_  
**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_  
**FONE:** \_\_\_\_\_ . **e- mail:** \_\_\_\_\_  
**SEXO:** MASC. ( ) FEM. ( ) **1.2. IDADE:** \_\_\_\_\_  
**DATA:** \_\_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **HORA:** \_\_\_\_\_  
**LOCAL:** \_\_\_\_\_.

1. Existe ou já existiu alguma política específica em Belém para atender estudantes da região das ilhas do Marajó, especialmente Afuá?
2. Quais os principais motivos que levam os estudantes de Afuá para estudarem em Macapá – Santana e não em Belém?
3. Qual a média de idade dos estudantes de Afuá que se deslocam na busca de educação em Macapá? \_\_\_\_\_. E quais os níveis de ensino mais procurados: Ensino Fundamental ( ) Ensino Médio ( ) Ensino Superior ( ).
4. Você identifica nos últimos 10 e 25 anos algum período em que diminuíram ou intensificaram os fluxos de estudantes de Afuá para Macapá – Santana? Em sua opinião, isso ocorreu por quais razões?
5. Você sabe em média, quantos estudantes atualmente se deslocam de Afuá para estudarem em Macapá – Santana?  
 Na semana:  
 No mês:  
 No ano:
6. A Secretaria de Educação de Afuá já teve ou tem algum programa de apoio aos estudantes que migram de Afuá para Macapá? Existe algum suporte dado a esses alunos? Como é feito?
7. Em sua opinião, o Estado do Amapá através da Secretaria de Educação do Amapá deveria participar mais ativamente no atendimento de estudantes do município de Afuá?

Por quê?

Como?

8. Em sua opinião, se existe ou se ainda não existe; é importante uma cooperação formal entre a Secretaria de Educação do Pará e Secretaria de Educação do Amapá para atender os estudantes de Afuá? Por quê

9. Em sua opinião, como funciona ou poderia funcionar essa cooperação e quais os benefícios para o Pará, para estudantes envolvidos e a contrapartida para o Amapá (Macapá – Santana)?

## APÊNDICE D – Entrevistas com empreendedores de Gurupá

### UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA ROTEIRO DE ENTREVISTA EMPREENDEDORES - GURUPÁ

**NOME DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**FONE:** \_\_\_\_\_ **e- mail:** \_\_\_\_\_

**SEXO: MASC. ( ) FEM. ( ) 1.2. IDADE:** \_\_\_\_\_

**DATA:** \_\_\_\_\_ **DE** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **HORA:**

**LOCAL:** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

1. O Sr (a) pode relatar um pouco da história, da trajetória do comércio de Gurupá com Macapá e Santana? (origem, evolução e como está atualmente).

2. Houve nos últimos 25 e 10 anos momentos em que o sr (a) sentiu um aumento ou uma diminuição na quantidade de produtos comercializados e transportados de Macapá e Santana para Gurupá? Se, percebeu aumento, quando e por quê? E percebeu uma diminuição, quando e por quê?

3. Especificamente, como você descreve o comércio entre Gurupá e Macapá - Santana antes de 1990?

4. Especificamente, como você descreve o comércio entre Gurupá e Macapá - Santana depois de 1990?

5. Em sua opinião, quais mudanças foram sentidas no comércio entre Gurupá e Macapá – Santana; depois da transformação do Território do Amapá em Estado do Amapá e da instalação da Área de Livre Comércio?

6. Em sua opinião, quais as consequências que o crescimento das cidades de Macapá e Santana trouxe de positivo e negativo para o comércio com Gurupá?

7. Quais as principais facilidades para o comércio com Macapá e Santana?

( ) Preço menor ( ) Transporte mais rápido e barato

( ) Organização comercial

( ) Acesso a financiamentos

( ) Outros \_\_\_\_\_

Quais as principais facilidades para o comércio com Belém?

( ) Preço menor ( ) Transporte mais rápido e barato

( )

Organização comercial

( ) Acesso a financiamentos

( ) Outros \_\_\_\_\_

8. Que tipos de mercadorias são mais compradas em Macapá e Santana, e comercializadas em Gurupá? E quais as mais compradas em Belém?

9. O Comércio de Gurupá vende mercadoria para localidades e vilas do Marajó? ( )  
Sim ( ) Não. Se sim, quais?

10. Em média, qual a quantidade em toneladas de mercadoria que são compradas em Macapá – Santana e entram no comércio de Gurupá?

Semana: \_\_\_\_\_

Mês: \_\_\_\_\_

Ano: \_\_\_\_\_

11. Em sua opinião, qual o percentual de mercadoria que circula no comércio de Gurupá com a cidade Belém?

( ) 20% ( ) 30% ( ) 50 ( ) 70%. Outro: \_\_\_\_\_. E quais produtos são comprados em Belém?

12. Existe nos últimos 25 e 10 anos uma diminuição ou um aumento no volume do comércio feito com Belém?

( ) Sim ( ) Não. Se sim, por quê?

13. Que implicações a Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana teve no Comércio com Gurupá até 2010? E como tem sido nos últimos 05 anos?

14. Existe algum tipo de parceria, acordos de comerciantes ou Associação de Comerciantes de Macapá e Santana junto à comerciantes ou Associação de Comerciantes de Gurupá?

( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais são esses acordos? E qual a importância deles?

15. Existem conflitos de interesses de comerciantes ou Associação dos Comerciantes de Macapá e Santana com comerciantes ou associações comerciais de Belém que atuam em Gurupá?

( ) Sim ( ) Não. Se sim, quais são esses conflitos?

Como ocorrem?

E porque ocorrem?

16. De quais grupos ou comerciantes de Macapá – Santana os comerciantes de Gurupá compram seus produtos?

17. De quais grupos ou comerciantes de Belém os comerciantes de Gurupá compram seus produtos?

18. O comerciante que compra mercadoria de Macapá – Santana para Gurupá; vende algum produto, mercadoria para Macapá – Santana?

Sim ( ) Não ( ) Que tipo de mercadoria? E como é feita essa negociação?

19. Em sua opinião, existe interesse dos empresários, comerciantes de Macapá e Santana em ter maior controle do comércio de Gurupá?

( ) Sim ( ) Não. Se sim, como isso tem se manifestado?





**APÊNDICE G – Questionário para proprietários de embarcações**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA  
QUESTIONÁRIO  
PROPRIETÁRIOS DE EMBARCAÇÕES**

**NOME DO ENTREVISTADO:** \_\_\_\_\_

**FORMAÇÃO:** \_\_\_\_\_

**FONE:** \_\_\_\_\_ **e- mail:** \_\_\_\_\_

**SEXO:** MASC. ( ) FEM. ( ) **1.2. IDADE:** \_\_\_\_\_

**LOCAL DE NASCIMENTO:** \_\_\_\_\_

**TRAJETO:** MACAPÁ – AFUÁ – MACAPÁ ( ) MACAPÁ – GURUPÁ – MACAPÁ ( )

**DATA:** \_\_\_\_\_ **DE** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_. **HORA:**

**LOCAL:** \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_.

1. Cidade onde reside? Há quanto tempo você reside?
2. Por qual motivo você veio morar aqui na cidade, na região?
3. No que você trabalhava antes de chegar aqui?
4. Condição da Embarcação: Própria ( ) Alugada ( ), Outro \_\_\_\_\_
5. O sr(a) pode relatar um pouco de sua história, sua trajetória no ramo dos transportes? (Origem, como adquiriu capital para iniciar o negócio).
6. Há quanto tempo você atua no transporte de mercadorias e pessoas para o Afuá e ilha do Marajó? Menos de cinco Anos ( ) Entre cinco e dez anos ( ) Mais de 10 anos ( ). Outro \_\_\_\_\_
7. Que tipo de mercadoria você transporta?
8. Qual a quantidade de mercadoria você transporta? Por:  
Semana: \_\_\_\_\_  
Mês: \_\_\_\_\_  
Ano: \_\_\_\_\_
9. Qual a quantidade pessoas você transporta? Por:  
Semana: \_\_\_\_\_  
Mês: \_\_\_\_\_  
Ano: \_\_\_\_\_

10. Em sua opinião, quais os principais motivos que tradicionalmente levam os moradores de (Afuá, Gurupá) para Macapá-Santana? Comércio ( ) Trabalho ( ) Serviços ( ) Lazer ( ) Outro \_\_\_\_\_
11. Em sua opinião, quais os principais motivos que levam os moradores de Macapá-Santana para (Afuá, Gurupá) Comércio ( ) Trabalho ( ) Serviços ( ) Lazer ( ) Outro? \_\_\_\_\_ Por quê?
12. Nestes anos em que o sr(a) trabalha no transporte de mercadorias e pessoas, houve momento em que você sentiu um aumento no número, no fluxo de passageiros e mercadorias? Quando? E uma diminuição? Quando? Por quê?
13. Em qual período do mês e ano você percebe aumento no volume de mercadorias e passageiros? E em qual período ocorre a diminuição?
14. Que tipo de mercadoria sua embarcação leva de Macapá – Santana para (Afuá, Gurupá)? E que tipo de Mercadoria você transporta de (Afuá, Gurupá) para Macapá-Santana?
15. Quem é que mais recebe em (Afuá, Gurupá) a mercadoria comprada em Macapá–Santana? Empresários ( ) Que tipo de empresário? \_\_\_\_\_ Governo ( ) Que Secretaria do Governo? \_\_\_\_\_ ( ) Outros \_\_\_\_\_.
16. Além de (Afuá, Gurupá); para quais outras cidades (localidades) sua embarcação faz transporte? \_\_\_\_\_. E que tipo de mercadoria é levada para essa (s) cidade(s)? \_\_\_\_\_
17. Que tipo de mercadoria o sr(a) não costuma levar de Macapá - Santana para o Afuá, por que vem de Belém? E quando isso começou ocorrer?
18. Em sua opinião, nos últimos 10 e 25 anos, aumentou a quantidade de mercadorias compradas em Macapá e levada para (Afuá, Gurupá)? Sim ( ) Não ( ). Porque?
19. Em sua opinião, nos últimos 10 e 25 anos, aumentou a quantidade de passageiros entre Macapá e (Afuá, Gurupá) e vice-versa? Sim ( ) Não ( ). E por quê?
20. Em sua opinião, nos últimos 05 anos quais motivos mais levam os moradores de (Afuá, Gurupá) à Macapá? Compras ( ), Lazer ( ), Atendimento Médico ( ); Estudar ( ) Outro \_\_\_\_\_. E quais motivos mais levam os moradores de Macapá – Santana à (Afuá, Gurupá)?